



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Fábio Grotz Majerowicz

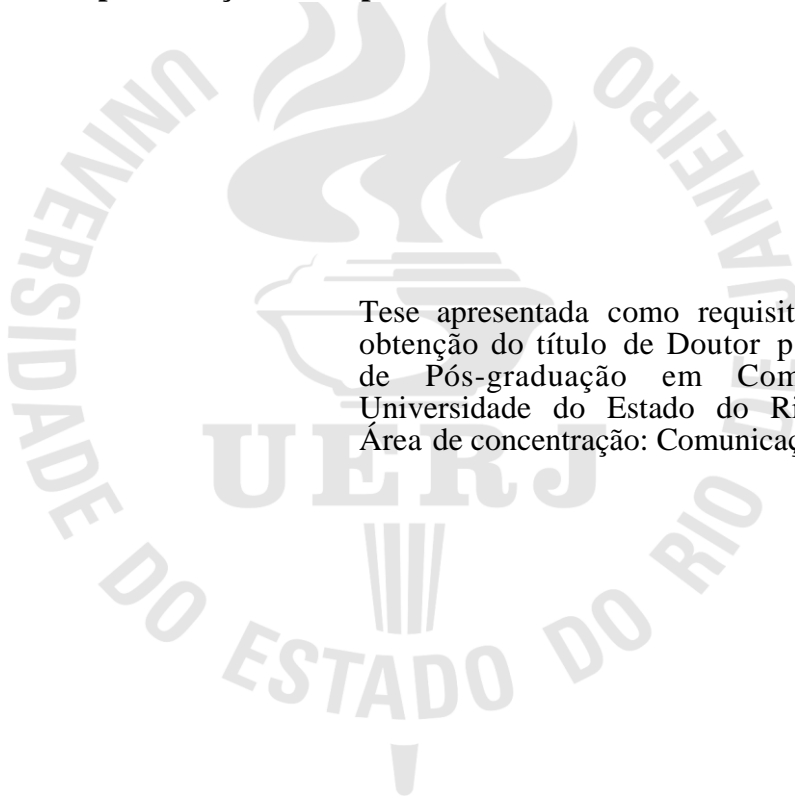
**Aborto em pauta: corpo e emoções na imprensa brasileira do século XIX ao
século XXI**

Rio de Janeiro

2019

Fábio Grotz Majerowicz

Aborto em pauta: corpo e emoções na imprensa brasileira do século XIX ao século XXI



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Comunicação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Denise da Costa Oliveira Siqueira

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M233 Majerowicz, Fábio Grotz.
Aborto em pauta: corpo e emoções na imprensa brasileira do século XIX ao
século XXI / Fábio Grotz Majerowicz. – 2019.
288 f.

Orientadora: Denise da Costa Oliveira Siqueira.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Comunicação Social

1. Comunicação Social – Teses. 2. Periódicos Brasileiros – Teses. 3. Aborto
– Teses. I. Siqueira, Denise da Costa Oliveira. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es CDU 316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fábio Grotz Majerowicz

Aborto em pauta: corpo e emoções na imprensa brasileira do século XIX ao século XXI

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2019.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Denise da Costa Oliveira Siqueira (Orientadora)
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Maria Luiza Heilborn
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof. Dr. Ricardo Freitas
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Denise Tavares da Silva
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Antonio Herculano Lopes
Fundação Casa de Rui Barbosa

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha família e a meus amigos/as.

AGRADECIMENTOS

À professora Denise da Costa Oliveira Siqueira, pela segurança da orientação, rigor teórico-metodológico e acolhimento demonstrado desde o mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa no Brasil e pela oportunidade de desenvolver parte desta tese na Universidade de Strasbourg, através de bolsa sanduíche. – Código de Financiamento 001

À banca de qualificação e de defesa, pelas sugestões e conselhos fundamentais para a conclusão da pesquisa.

Ao professor David Le Breton, pela hospitalidade e ensinamentos durante meu estágio sanduíche na Universidade de Strasbourg.

Ao professor Ricardo Freitas, cuja disciplina “Seminário de Tese” (2016.2) foi fundamental para a estruturação e desenvolvimento do trabalho.

Aos professores do PPGCom/UERJ, cujas disciplinas foram instigantes e providenciais para as escolhas teóricas e metodológicas usadas nesta tese.

Ao corpo de funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom/UERJ), pelo suporte e prontidão nas questões administrativas.

Ao Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), em especial à professora Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), pela formação profissional e intelectual que proporcionaram.

À Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) e ao Observatório de Política e Sexualidade (SPW), pela oportunidade de ampliar o olhar crítico sobre os Direitos Humanos.

À Sonia Corrêa, co-coordenadora do Observatório de Política e Sexualidade (SPW), pelo rigor e tenacidade na busca pela precisão conceitual, bem como pela argúcia e olhar afiado para compreender as nuances, sutilezas e complexidades da realidade social e política.

Aos amigos e amigas, de dentro e fora da UERJ, que me fizeram companhia durante o doutorado.

Por fim, à UERJ, que enfrenta tantos contratemplos e, mesmo assim, resiste, tornando possível fazer ciência e produzir conhecimento.

RESUMO

GROTZ, Fábio M. Aborto em pauta: corpo e emoções na imprensa brasileira do século XIX ao século XXI. 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A pesquisa consiste em um estudo acerca das narrativas sobre o fenômeno do aborto espontâneo e voluntário, em jornais do Rio de Janeiro, em um intervalo histórico que compreende momentos dos séculos XIX (1830, 1840 e 1890), XX (1940 e 1970) e XXI (2004 e 2005). Parte-se do referencial teórico das mediações, segundo o qual os meios de comunicação possuem densidade cultural e participam da ordenação da realidade social. Também integra a fundamentação teórica a perspectiva antropológica das emoções, que compreende os afetos e sentimentos como fenômenos moldados culturalmente. As referências teóricas apoiam-se ainda em conceitos como imaginário e corpo, na medida em que os debates sobre interrupção da gravidez mobilizam inúmeras formas de saberes e conhecimentos, ao mesmo tempo em que tais debates desenvolvem-se em termos emotivos nos quais a corporeidade constitui um elemento simbólico e social central. São analisados textos, artigos, chamadas, títulos, localização editorial e imagens. A metodologia parte da pesquisa documental em direção ao procedimento de análise de narrativas. Ao longo dos capítulos, cada período em análise é detalhado em suas particularidades históricas, contextos sociais e jurídico-legais. Nesse sentido, o que se observa é que o tema do aborto constitui um assunto multifacetado, porque ao longo de dois séculos reúne personagens sociais variados, como operadores do direito, religiosos, médicos e feministas, que debatem tendo como referência argumentos igualmente variados, que colocam em cena aspectos filosóficos, morais, demográficos, sanitários, jurídicos, teológicos, biomédicos e bioéticos, entre outros. Também é importante destacar que a trajetória narrativa do tema constitui uma brecha para a descrição e análise da realidade social e das tensões políticas em que o aborto está inserido. Desse modo, o objetivo desta tese foi oferecer ao campo da Comunicação um panorama dos debates sobre aborto no jornalismo brasileiro, o que amplia e enriquece o campo de pesquisa sobre interrupção da gravidez em suas dimensões interdisciplinares.

Palavras-chave: Aborto. Narrativa. Jornalismo. Antropologia das Emoções. Corpo.

ABSTRACT

GROTZ, Fábio M. The agenda of abortion: body and emotions in the Brazilian press from the 19th century to the 21st century. 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The research consists of a study about miscarriage and abortion narratives, in Rio de Janeiro's newspapers, in a historical interval that includes moments of the 19th century (1830, 1840 and 1890), 20th (1940 and 1970) and 21st (2004 and 2005). It starts from the theoretical reference of mediations, according to which the media have cultural density and participate in the ordering of social reality. The anthropological perspective of the emotions, which frames affections and feelings as culturally molded phenomena, also integrates the theoretical grounds. Theoretical references are also based on concepts such as imagery and body, given the fact that the abortion debates mobilize various forms of knowledge, at the same time as these debates are ruled by emotive terms in which corporeality constitutes a central symbolic and social element. This work analyzes texts, articles, headlines, editorial location and images. The methodology starts from documentary research towards the procedure of narrative analysis. Throughout the chapters, each period under analysis is detailed in its historical particularities, social and legal contexts. In this sense, it's worth to underscore that abortion is a multifaceted subject, because over two centuries it brings together different social figures, such as law, religious, medical and feminist operators, who debate with equally varied arguments that brings together philosophical, moral, demographic, sanitary, legal, theological, biomedical and bioethical aspects, among others. It is also important to emphasize that the narrative trajectory of the theme constitutes a breach for the description and analysis of the social reality and the political tensions in which abortion is inserted. Thus, the purpose of this thesis was to offer the field of Communication an overview of the debates about abortion in Brazilian journalism, which broadens and enriches the field of research on the interruption of pregnancy in its interdisciplinary dimensions.

Keywords: Abortion. Narrative. Journalism. Anthropology of Emotions. Body.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Diário do Rio de Janeiro</i> – 1ª página - 13/07/1839	35
Figura 2 – <i>Diário do Rio de Janeiro</i> – página 2 – 01/09/1842.....	39
Figura 3 – <i>Diário do Rio de Janeiro</i> - página 2 - 03/07/1844.....	40
Figura 4 - <i>Diário do Rio de Janeiro</i> – página 2 - 03/07/1844.....	41
Figura 5 – <i>Diário de Saúde</i> – página 141 - 15/08/1835	42
Figura 6 - <i>Imperio do Brasil: Diario Fluminense</i> – página 15 - 09/03/1831	44
Figura 7 – <i>Revista Médica</i> – p. 268 – 01/04/1836.....	46
Figura 8 – <i>Revista Médica</i> – p. 269 – 01/04/1836.....	47
Figura 9 – <i>Diário de Notícias</i> – p. 1 – 19/10/1891.....	57
Figura 10 – <i>Diário de Notícias</i> – p. 1 – 19/10/1891.....	58
Figura 11 – <i>Gazeta de Notícias</i> – 1ª página – 04/11/1896	60
Figura 12 – <i>Gazeta de Notícias</i> – página 02 – 30/08/1890	61
Figura 13 – <i>Diário de Notícias</i> – 1ª página – 27/01/1890.....	63
Figura 14 – <i>Gazeta de Notícias</i> -1ª página – 20/20/1897	64
Figura 15 – <i>Diário de Notícias</i> – página 2 – 03/08/1891	65
Figura 16 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 9 – 25/04/1940.....	73
Figura 17 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 36 – 10/08/1941.....	78
Figura 18 – <i>Jornal do Brasil</i> – 1ª página – 14/09/1941.....	79
Figura 19 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 8 – 26/04/1945.....	82
Figura 20 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 6 – 04/05/1945.....	83
Figura 21 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 9 – 22/06/1945.....	84
Figura 22 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 8 – 30/01/1948	85
Figura 23 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 5 – 03/03/1948.....	87
Figura 24 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 5 – 03/06/1948.....	88
Figura 25 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 6 – 23/07/1949.....	92
Figura 26 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 10 – 20/09/1949.....	93
Figura 27 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 9 – 22/09/1949.....	95
Figura 28 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 9 – 01/10/1949.....	96
Figura 29 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 9 – 01/10/1949.....	97
Figura 30 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 11 – 01/01/1970.....	107
Figura 31 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 11 – 01/01/1970.....	107
Figura 32 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 11 – 03/01/1970.....	109

Figura 33 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 11 – 03/01/1970.....	110
Figura 34 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 1 (Caderno Especial) – 11/01/1970.....	111
Figura 35 – <i>Jornal do Brasil</i> - página 1 (Caderno Especial) – 11/01/1970.....	111
Figura 36 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 11 – 06/02/1970.....	113
Figura 37 – <i>JB</i> – primeira página <i>Caderno B</i> – 17/02/1970 – legenda da foto: a velha imagem	114
Figura 38 – <i>JB</i> - primeira página <i>Caderno B</i> – 17/02/1970 – legenda da foto: a nova elite ..	114
Figura 39 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 11 – 27/02/1970.....	115
Figura 40 – <i>Jornal do Brasil</i> – página 11 – 27/02/1970.....	117
Figura 41 – <i>Revista Life</i> – 30/04/1965	119
Figura 42 – <i>JB</i> – página 11 – 28/02/1970.....	120
Figura 43 – <i>JB</i> – capa – 28/03/1970.....	121
Figura 44 – <i>JB</i> – página 11- 01/04/1970	122
Figura 45 - <i>JB</i> – página 14 – 09/04/1970	123
Figura 46 - <i>JB</i> – página 14 – 28/07/1971	124
Figura 47 - <i>JB</i> – página 12 – 29/07/1971	125
Figura 48 - <i>JB</i> – página 6 – Suplemento Livro - 31/07/1971	127
Figura 49 - <i>JB</i> – página 2 – Internacional- 14/08/1971	128
Figura 50 – <i>JB</i> - 16/08/71 – Revista de Domingo – p. 2.....	129
Figura 51 – <i>JB</i> - 02/09/71 – 1º Caderno – p. 18	131
Figura 52 – <i>JB</i> - 02/09/71 – 1º Caderno – p. 26	132
Figura 53 – <i>JB</i> - 04/09/1971 – Internacional – p.2.....	133
Figura 54 – <i>JB</i> - 19/09/71 – Internacional – p. 12.....	134
Figura 55 – <i>JB</i> - 19/09/71 – Internacional – p. 14.....	136
Figura 56 – <i>JB</i> - 30/09/71 – Caderno B – p. 2.....	137
Figura 57 – <i>JB</i> - 14/10/1971 – Internacional – p. 11.....	139
Figura 58 – <i>JB</i> - 16/10/71 – 1º Caderno – p.2	140
Figura 59 – <i>JB</i> - 29/10/71 – 1º Caderno - p. 14.....	141
Figura 60 – <i>JB</i> - 03/11/71- Caderno B – p. 3	142
Figura 61 – <i>JB</i> - 07/11/1971 – 1º Caderno – p. 32	143
Figura 62 – <i>JB</i> - 11/10/71 – 1º Caderno – p. 15	145
Figura 63 – <i>JB</i> - 13/11/71 – 1º Caderno – p.7	146
Figura 64 – <i>JB</i> - 26/11/71 – 1º Caderno – p.2	147
Figura 65 – <i>JB</i> - 01/12/1971 – Internacional – p. 2.....	148

Figura 66 – JB - 31/12/71 – Caderno B - capa	150
Figura 67 – JB - capa - 08/01/75	151
Figura 68 – JB - 08/01/75 – 1º Caderno – p. 20	153
Figura 69 – JB - 10/01/75 – Saúde – p. 11	154
Figura 70 – JB - 11/01/75 – Internacional – p. 8.....	156
Figura 71 – JB - 16/01/75 – Europa – p.9	158
Figura 72 – JB - 26/01/75 – Coluna do Zózimo/Caderno B – p. 3.....	159
Figura 73 – JB - 08/02/75 – 1º Caderno/Europa – p. 8	161
Figura 74 – JB - 17/02/75 – capa.....	163
Figura 75 – JB - 19/02/75 – 1º Caderno/Europa – p. 2	165
Figura 76 – JB - 20/02/75 - capa	166
Figura 77 – JB - 20/02/75 – página 22 – 1º Caderno	167
Figura 78 – JB - 24/02/75 – 1º Caderno – p. 7	168
Figura 79 - JB – 09/03/75 – p. 5	170
Figura 80 – JB - 12/03/75 – Caderno B – p. 4.....	172
Figura 81 – JB - 12/03/75 – Caderno B – p.4.....	172
Figura 82 – JB - 28/03/75 – 1º Caderno – p. 8	174
Figura 83 – JB - 02/04/75 – Nacional – página 12.....	176
Figura 84 – JB - 17/09/75 – Caderno B – página 2	178
Figura 85 – JB - 11/01/78 – Caderno B – p. 5.....	180
Figura 86 – JB - 20/01/78 – 1º Caderno-Europa – p.13	181
Figura 87 – JB - 25/01/78 – Internacional - ~p. 12	182
Figura 88 – JB - 27/01/78 - capa	183
Figura 89 – JB - 27/01/78 – Internacional – p. 13.....	184
Figura 90 – JB - 01/02/78 – Internacional – p. 12.....	185
Figura 91 – JB - 02/02/78 – Internacional – p. 14.....	186
Figura 92 – JB - 04/02/78 - capa	187
Figura 93 – JB - 18/03/78 – Caderno Livro – p. 4	188
Figura 94 – JB - 06/04/78 – 1º Caderno – p. 19	190
Figura 95 – JB -11/04/78 – 1º Caderno – p. 16	195
Figura 96 – JB - 05/07/1979 – Internacional – p. 14.....	198
Figura 97 – JB - 06/07/79 – Caderno de Serviços – p. 7.....	199
Figura 98 – JB - 13/07/1979 – 1º Caderno – p.6	200
Figura 99 – JB - 15/07/1979 – Caderno B - capa	201

Figura 100 – <i>JB</i> - 17/07/1979 – Internacional – p. 19.....	203
Figura 101 – <i>JB</i> - 18/07/1979 – Internacional – p.14.....	204
Figura 102 – <i>JB</i> - 19/08/1979 – Internacional – p. 17.....	206
Figura 103 – <i>JB</i> - 01/09/1979 – Caderno B - capa.....	207
Figura 104 – <i>JB</i> - 06/09/1979 – Internacional – p. 15.....	208
Figura 105 – <i>JB</i> - 17/09/79 – Internacional –p. 8.....	210
Figura 106 – <i>JB</i> - 19/09/1979 – Internacional – p. 14.....	212
Figura 107 – <i>JB</i> - 01/10/1979 – Internacional – p. 8.....	213
Figura 108 – <i>JB</i> - 02/10/1979 – 1º Caderno/Viagem do Papa – p. 12.....	215
Figura 109 – <i>JB</i> - 05/10/79 – 1º Caderno/Visita do Papa – p. 14.....	216
Figura 110 – <i>JB</i> - 06/10/79 – capa.....	217
Figura 111 - <i>JB</i> - 06/10/79 – 1º Caderno/Viagem do Papa - p.12.....	218
Figura 112 – <i>JB</i> - 18/10/79 – Caderno B - capa.....	219
Figura 113 – <i>JB</i> - 09/11/79 – Internacional – p.13.....	220
Figura 114 – <i>JB</i> - 19/11/79 – Internacional – p. 9.....	222
Figura 115 – <i>JB</i> - 21/11/79 – 1º Caderno – p. 16.....	223
Figura 116 – <i>JB</i> - 11/12/79 – 1º Caderno – p. 6.....	224
Figura 117 – <i>JB</i> - 26/12/79 - capa.....	225
Figura 118 – <i>JB</i> - 26/12/79 – Internacional –p. 12.....	226
Figura 119 – <i>O Globo</i> – 08/11/2004 - capa.....	234
Figura 120 – <i>O Globo</i> – 08/11/2004 - O País – p. 3.....	235
Figura 121 – <i>O Globo</i> – 08/11/2004 - O País – p.3.....	237
Figura 122 – <i>O Globo</i> – 08/11/2004 - O País – p.3.....	239
Figura 123 – <i>O Globo</i> – 09/12/2004 – capa.....	240
Figura 124 – <i>O Globo</i> – 09/12/2004 – O País – p.3.....	241
Figura 125 – <i>O Globo</i> – 14/12/2004 - O País – p. 5.....	243
Figura 126 – <i>O Globo</i> – 16/01/2005 – O Mundo –p. 44.....	244
Figura 127 – <i>O Globo</i> – 30/01/2005 – O País – p. 4.....	247
Figura 128 – <i>O Globo</i> – 12/02/2005 – Ciência e Vida - p. 33.....	248
Figura 129 – <i>O Globo</i> – 17/02/2005 – O País – p. 12.....	250
Figura 130 – <i>O Globo</i> – 23/02/2005 – O Mundo – p. 29.....	252
Figura 131 – <i>O Globo</i> – 27/03/2005 – O Mundo – p.36.....	254
Figura 132 – <i>O Globo</i> – 07/04/2005 – O País – p. 4.....	256
Figura 133 – <i>O Globo</i> – 19/04/2005 – O País – p. 9.....	257

Figura 134 – <i>O Globo</i> – 20/04/2005 – O País – p.8	259
Figura 135 – <i>O Globo</i> – 21/04/2005 – O País – p. 9	261
Figura 136 – <i>O Globo</i> – 23/04/2005 – O País – p. 8	262
Figura 137 – <i>O Globo</i> – 28/04/2005 – O País – p.8	264
Figura 138 – <i>O Globo</i> – 21/07/2005 – O Mundo – p. 34	265
Figura 139 - <i>O Globo</i> – 21/07/2005 – O Mundo – p. 34	267
Figura 140 – <i>O Globo</i> – 31/07/2005 – Economia – p. 36	269
Figura 141 – <i>O Globo</i> – 01/12/2005 – O País – p. 16	272

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA	13
1 BANALIDADE, MORALIDADE E EMOÇÃO: O ABORTO NA IMPRENSA NAS DÉCADAS DE 1830-1840	30
1.1 Aborto e o jornalismo de <i>fait divers</i>	34
1.2 Narrativas jurídicas e médicas: moralidade e afeto na esfera pública	43
1.3 Considerações finais.....	47
2 “AMEAÇA DO FIM DO MUNDO”: NARRATIVAS “FETAIS” NOS ANOS 1890.....	50
2.1 O mundo em perigo: narrativas “fetais” e a razão emotiva	53
2.2 Honra, pudor e monstruosidade: emoções e narrativas policiais	59
2.3 Considerações finais.....	66
3 ENTRE A BATINA, O JALECO E A TOGA: CLAMORES NACIONALISTAS NA DÉCADA DE 1940	69
3.1 Demografia e progresso: o aborto em tempos de calamidade	72
3.2 Novas arenas no Pós-Guerra: bioética, debates globais e política parlamentar ...	80
3.3 Considerações finais.....	99
4 EXPLOSÃO POLISSÊMICA: (A)FETOS TECNO-CIENTÍFICOS E NARRATIVAS CONTRA-MAJORITÁRIAS NOS ANOS 1970.....	103
4.1 Novos costumes: imaginário cultural e os movimentos feministas.....	106
4.2 (A)fetos do outro mundo: técnico-ciência e representações moleculares.....	115
4.3 “Giramundo”: um tema global e nacional.....	123
4.4 Guerras culturais: uma tematização política e cultural	150
4.5 A crescente ofensiva da Igreja	178
4.6 “O papa é pop”: João Paulo II e a Igreja contra o aborto	197
4.7 Considerações finais.....	226
5 ANOS 2000: TEMPO DA POLÍTICA FORMAL E INSTITUCIONAL	230
5.1 Um tema da política: narrativas institucionais	233
5.2 Considerações finais.....	273
CONSIDERAÇÕES FINAIS	276
REFERÊNCIAS	284

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

Em seu clássico texto “Falando sobre sociedade”, no livro *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais* (1993), Howard Becker discorre sobre os limites da representação no curso do dia a dia. O autor descreve o impasse pelo qual muitos turistas passavam na cidade de São Francisco (EUA), onde então morava. Com mapas em mãos, os visitantes encontravam-se comumente confusos e perdidos. Demonstravam-se surpreendidos. Para onde caminhar? Muitos desistiam de seus passeios ao se deparar com colinas que não constavam nos mapas turísticos da cidade. Os registros cartográficos simplesmente não operavam no mesmo universo simbólico das pessoas, na medida em que eram planejados a partir de uma perspectiva rodoviária. Para um automóvel, um morro ou colina está longe de ser um obstáculo.

Tal qual os transeuntes desorientados, assim me encontro quando sou instado a comentar sobre esta pesquisa. Não por receio do debate crítico, mas sim pelos seus desdobramentos potencialmente radicais e pela dificuldade em lograr um diálogo razoável e lúcido. Em encontros de família, reuniões com amigos e conversas informais com conhecidos e desconhecidos, diversos assuntos emergem, provocando discussões, contrariedades, consensos e dissensos. Em meio a variados pontos de vista, as conversas fluem. Contudo, parece haver determinados assuntos resguardados, nos dias atuais, por colinas simbólicas cuja ultrapassagem converte-se em anátema.

Há quase dez anos atuando e pesquisando no terreno dos direitos sexuais e reprodutivos, noto que o aborto tem figurado como um desses temas cuja simples menção constitui a invocação de um mal. Para onde caminho com a conversa? O tema provoca calafrios, reprimendas categóricas, olhares condenatórios, não raro reações fulminantes e furiosas. E também silêncio. Estou convicto das tensões que cercam o fenômeno do aborto, dos seus contornos éticos e dimensões morais, mobilizados por razões múltiplas. Ainda assim, fico com a constante e incômoda sensação de que a sociedade percorre mapas simbólicos e discursivos inconciliáveis nesse terreno, obrigando-me a experimentar a sensação de subir uma árdua e traiçoeira cordilheira cuja rota, além de sinuosa e íngreme, é imprevisível em seus meandros. Haveria um deserto do outro lado?

Trata-se de uma observação pessoal e subjetiva, que ao longo dos anos foi se consolidando como uma inquietação recorrente, sobretudo quando, no noticiário diário, assiste-se à repetição trágica de uma trama em que as mulheres aparecem no papel de vítimas fatais, quando não simplesmente ignoradas. Por que, a despeito dos efeitos deletérios da

criminalização do aborto sobre a saúde e vida das mulheres, além dos dilemas privados e dos impactos sobre as famílias, a discussão interpessoal é tão difícil? Seria o aborto um tema interdito, proibido? O que torna a conversa tão difícil?

Não obstante, a imprensa brasileira tem pautado o assunto nos últimos anos, concedendo-lhe espaço considerável. O debate jornalístico, de certa forma, acontece. Voltando um pouco mais no tempo, aos anos 1990 e 2000, os jornais também incluíram o fenômeno do aborto em sua pauta regular, conforme apontam alguns estudos (ALÉSSIO, SANTOS, 2008; CORRÊA, PAZELLO, 2002; FONTES, 2012). O que explica, então, a aparente discrepância em que os jornais abordam a questão, mas as pessoas evitam-na ou se negam ao diálogo, quando não o emplacam sob efeito da exasperação? Não é responder tal questão o propósito desta pesquisa, mas certamente é um elemento inspirador, primeiro porque situa o fenômeno como uma problemática nas relações interpessoais e, portanto, torna a questão sedutora enquanto objeto de pesquisa, além de evidenciar os contornos sociais tensionados que estão em jogo.

Em segundo lugar, pelo reconhecimento dos processos comunicacionais, especialmente o jornalístico, como um fenômeno de difusão de representações e de ordenação da realidade social, aquilo que Martín-Barbero (2009) identifica como mediação (conceito fundamental desta tese), no qual os meios de comunicação ocupam lugar privilegiado. Se nas relações pessoais, o aborto constitui um ruído paralisante, impedindo muitas vezes que a conversa se desenvolva, nas narrativas jornalísticas é possível desviar-se de tal barreira e identificar com mais clareza as nuances discursivas, bem como os imaginários implicados no assunto.

Não se trata de uma inquietação tão somente contemporânea. À medida que os últimos anos foram passando, a curiosidade foi sendo direcionada a outros períodos históricos. A literatura sobre o fenômeno indica lacunas. Como o tema era tratado no passado? Nos registros bibliográficos, especialmente no âmbito da Comunicação, o tratamento do aborto na imprensa não é um objeto privilegiado. Panorama semelhante quando se recua ainda mais no tempo, percorre-se o século XX e contempla-se o século XIX, período em que, oficialmente, já no Brasil pós-colonial, o aborto é incorporado ao ordenamento jurídico nacional. A inquietação em pesquisar o assunto tornou-se incontornável e consolidou-se em objeto de tese.

O campo desta tese são os jornais, e o objeto é a narrativa sobre interrupção da gravidez (espontânea ou voluntária) neles exposta ao longo de quase 200 anos. Compreendidos como atores sociais cruciais para processos históricos, políticos, econômicos

e culturais, particularmente no Brasil do século XIX, quando foram determinantes para a constituição da esfera pública, das instituições e da própria concepção de nação (BARBOSA, 2013; MOREL, 2016; SODRÉ, 1999), os periódicos representam espaços de circulação, produção, reprodução e apropriação de sentidos. Conforme Martín-Barbero (2009) argumenta,

a possibilidade de compreender o que realmente se passa na imprensa tem tanto ou mais a ver com o que realmente se passa na fábrica e na taberna, nos melodramas e nos comícios com seu alarido, com suas faixas e panfletos, que com o que se passa no mundo dos periódicos mesmo (2009, p. 117).

Nos jornais, a linguagem aparece não apenas como enunciativa da realidade, mas também como parte constituinte e construtiva do que é narrado. Por isso, os eventos descritos em periódicos não estão ali ao acaso. Derivam da compreensão de que algo é percebido socialmente como problemático, disparador de ansiedades e preocupações, reunindo as condições para ser notícia. No universo das teorias de jornalismo, o estatuto da notícia é um ponto de reflexão contínuo. Por que determinados acontecimentos estampam jornais e figuram nos meios de comunicação em geral? E por que outros, não? Não há notícia inata, como se fosse uma emanção natural do mundo ou uma percepção instintiva de algum indivíduo. As notícias não surgem espontaneamente. Antes de tudo, tornam-se notícias. Silva (2005), por exemplo, dedica-se a esmiuçar a condição noticiosa e argumenta que toda informação jornalística é fruto de um, ou vários, vieses. Negociações, tensões, moralidades, contingências das mais variadas ordens, juízos de valor, apelos emocionais e retóricos, convenções culturais, rotinas profissionais e uma série de fatores contribuem para a emergência da notícia.

Os chamados valores-notícia, outro conceito crucial para a pesquisa, constituem a formulação teórica que a pesquisa em jornalismo convencionou denominar os critérios pelos quais o profissional percebe os fatos (uma espécie de óculos) e operacionaliza dados, circunstâncias e personagens de modo a alçá-los ao status de notícia. Silva (2005) destaca que tais protocolos/parâmetros, também designados como critérios de noticiabilidade, representam um mapa cultural, pois permitem entrever o que é relevante ou não para um determinado grupo social. A notícia é, portanto, uma construção cultural e não resulta apenas de um processo de seleção, como se fosse um mero efeito de escolhas profissionais; é também um ofício de representação, pois coloca em circulação formas de ver o mundo, códigos simbólicos que marcam, moldam e instituem uma sociedade, com seus saberes compartilhados. A noticiabilidade é um processo simbólico, e suas representações, que falam

sobre a sociedade, não podem ser compreendidas senão como pontos de vista, como versões de uma realidade impossível de se mostrar em sua totalidade. Não são relatos autoevidentes. Conforme Becker (1993), autor importante no âmbito das reflexões sobre relações sociais: “Qualquer representação da realidade social é necessariamente parcial” (1993, p. 140).

Nesse sentido, este estudo parte do pressuposto da comunicação como processo simbólico, no qual o jornalismo é caixa de ressonância das relações sociais, das práticas culturais e políticas e permite enxergar, portanto, estruturas nas quais determinada sociedade está baseada e organizada. Para Traquina (2012, p. 29), os jornalistas “interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante”.

A sensação de anormalidade, ou deslocamento daquilo que é tido como aceitável, não me é estranha. Falar e debater a questão do aborto, conforme relatado, assemelha-se usualmente a transitar em terreno minado. Quando falar? É conveniente ou não levantar o tema? Em que condições? “Você pesquisa o quê?” “Mas precisa de pesquisa sobre isso?” “Que horror!”. São reações rotineiras, das que se pode considerar decorosas e, ato contínuo, relatar. Não surpreende que seja um tema carente de debates mais amplos, francos e sistemáticos. Nas disciplinas em que é tradicionalmente investigado, como Ciências Sociais e Ciências da Saúde, o aborto tem sido um tema constante e ativo na literatura científica do Brasil, particularmente nos últimos 30 anos (DINIZ, Debora; CORRÊA, Marilena; SQUINCA, Flávia; BRAGA, Kátia, 2009).

Os estudos baseados em dados empíricos concentram-se na área de Saúde Pública. Já os trabalhos sem base empírica aparecem com frequência no campo do Direito, Teologia e Filosofia (Ibid, 2009). A predominância na área de Saúde é sintomática dos temores de abordar, mesmo que cientificamente, o assunto: a confidencialidade e o sigilo oferecem proteção a pesquisadoras/es e mulheres/pacientes consultadas. Para falar de aborto, há que se resguardar e se proteger.

Na Comunicação, há uma lacuna grande, pois é notável a falta de estudos sistemáticos de um procedimento pelo qual uma em cada quatro mulheres reconhece já ter passado (DINIZ; MEDEIROS, 2014). Nos anos 1990, houve esforços de acompanhamento e análise na imprensa brasileira que revelaram padrões discursivos acerca do tratamento da temática, como a polarização (“entrincheiramento”) da discussão em torno da dualidade ser “contrário” ou “favorável” à legalização, além dos atores sociais que habitualmente se posicionam a respeito, como feministas, operadores do direito, gestores públicos, policiais, figuras religiosas, profissionais da saúde (CORRÊA, PAZELLO, 2002). Também Pedro (2003)

produziu análises sobre o tema do aborto que incluem reflexões sobre a tematização na imprensa ao longo do século XX, com foco especial na cidade de Florianópolis (SC).

A presente pesquisa tem como meta preencher algumas lacunas e ampliar os olhares para além do cenário contemporâneo e dos estudos já existentes de modo a esboçar um percurso histórico do tema na cena jornalística brasileira¹. Como o debate social aparece na imprensa nos últimos dois séculos? Esta é a pergunta e o problema centrais da pesquisa. Em que termos a temática vem sendo enquadrada? Havia, de fato, uma incitação discursiva da prática em períodos remotos da história jornalística do Brasil pós-independência? Quem falava sobre aborto, a partir de onde e de quais pontos de vista, quais os imaginários e representações mobilizados? Quais os enquadramentos editoriais? Quais as interações sociais e políticas em torno do assunto podem ser identificadas? Que trajetória narrativa é possível traçar desde o século XIX até XXI? Interrogações que constituem os objetivos específicos.

Em termos metodológicos, as respostas a tais questões tiveram que ser buscadas dentro de certos limites, diante da amplitude documental disponível no acervo online da Biblioteca Nacional e do jornal *O Globo* (inacessíveis em cortes metodológicos mais amplos por inevitáveis limitações humanas e de tempo). O estudo toma como marco temporal determinados intervalos históricos. Sendo o aborto uma prática inscrita no âmbito da legislação penal desde o primeiro Código Penal brasileiro, a intenção foi tomar cada década de promulgação dos três textos criminais (1830; 1890; 1940) existentes na história do país como base de coleta de dados. Parte-se da compreensão de que leis são espaços de mediação inscritos em momentos sócio-históricos específicos e constituem-se em expressão de valores e práticas do cotidiano (MAXIMILIANO, 1998).

Ou seja, as leis aparecem como elementos que compõem e ordenam, tal como a narrativa jornalística, a realidade social, proporcionando-lhe densidade simbólica e cultural. Assim, as décadas de 1830/1840 (capítulo 1), 1890 (capítulo 2) e 1940 (capítulo 3) figuram entre as que serão analisadas. Com o adensamento das discussões públicas e a politização crescente da questão a partir da segunda metade do século XX, os anos 1970 (capítulo 4), período de intensa mobilização do movimento feminista e de transformações sociais e tecnológicas profundas, bem como de uma tentativa de reforma, malsucedida, do Código de 1940 que perdurou praticamente toda a década, são examinados. Igualmente, o início do século XXI, precisamente os anos 2004 e 2005 (capítulo 5), momento relevante em que uma

¹ Esta pesquisa não é um trabalho de historiografia, que possui seus métodos, paradigmas, referenciais teóricos e objetos de estudo próprios. Constitui uma empreitada interdisciplinar que se apoia em diferentes ferramentas teóricas e metodológicas para, no âmbito da Comunicação, analisar as narrativas sobre aborto através de vestígios e rastros deixados por periódicos e impressos no curso de dois séculos.

Comissão composta por membros do Executivo, Legislativo e da sociedade civil almejou reformar o ordenamento penal no tocante ao aborto, também será mapeado. As definições oficiais sobre a prática na lei brasileira remontam ao início do século XIX, quando o aborto é pela primeira vez registrado no Código Criminal do Império de 1830 (LEOCÁDIO, 2006). Nesse texto, é definido como crime provocar aborto e fornecer conhecimento e instrumentos para a sua prática.

A proclamação da República, em 1889, trouxe pouca alteração ao cenário, com a diferença de que o Código Penal de 1890 (promulgado antes mesmo da Constituição de 1891) ampliou a criminalização da prática para os casos de auto-aborto; em outras palavras, o aborto voluntário. No Código Penal de 1940, promulgado sob o governo autoritário de Getúlio Vargas e em vigor a partir de 1942, a interrupção voluntária da gravidez também se manteve na condição de crime, mas desta vez duas exceções foram estabelecidas: quando a gestação decorresse de estupro ou quando colocasse em risco a vida da mulher. Essas exceções são conhecidas como os “permissivos legais” e foram motivo de intensos debates no Congresso (LEOCÁDIO, 2006).

Durante a segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1970, as mobilizações do movimento feminista introduzem a questão do aborto na agenda pública a partir da ótica da autonomia sobre o corpo e da reflexão sobre saúde pública (ROCHA, 2009). Nesta década, o regime militar tentou reformar a legislação penal, mas não obteve êxito. A proposta endurecia o rigor, posto que excluía a gravidez por estupro do escopo do abortamento legal. Neste processo político que perdura até os dias atuais, o Estado brasileiro tem sido confrontado com propostas não punitivas e liberais sobre o fenômeno, o que gera periodicamente reação de setores contrários à legalização da prática.

Em 2004, dois anos após a eleição de um governo considerado de esquerda e comprometido em suas bandeiras com a descriminalização do aborto, uma Comissão Tripartite foi criada para debater a reforma do Código Penal no tocante ao tema e propôs, ao final dos trabalhos, a despenalização da interrupção da gravidez até a 12ª semana. O desfecho não seguiu o roteiro idealizado, pois uma grave crise política em 2005 (mensalão) ceifou a iniciativa, cujo projeto de lei foi apeado da pauta do Congresso. A se destacar ainda, a fim de registro histórico, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, que descriminalizou o aborto para os casos de gestação de fetos anencéfalos.

De todo modo, o aborto permanece como um crime conforme o ainda vigente Código Penal de 1940. A atual reforma do Código, apresentada em 2011, debatida entre 2012 e 2014 e logo adormecida no Congresso Nacional, mantém o texto de 1940 no tocante à prática,

acrescentando apenas a permissão de aborto para fetos anencéfalos ou com anomalias graves incompatíveis com a vida pós-uterina. No STF, uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), impetrada em 2017, propõe descriminalizar a prática até a 12ª semana de gravidez e foi tema de audiências públicas em 2018. A decisão final, a ser definida em plenário, não tem data prevista.

A fonte de pesquisa para os séculos XIX e XX é o acervo da Biblioteca Nacional, cuja Hemeroteca Digital fornece vasto material de pesquisa online, facilitada pelo fato de permitir a busca por período, local e, sobretudo, palavra-chave. Para o século XX, é utilizada a base online do jornal *O Globo*, também munida de recurso de busca similar. As informações coletadas na pesquisa documental estão organizadas em um banco de dados, com os itens: jornal/periódico; data de publicação; número/edição; página; seção/editoria; autor; título; e resumo do texto. Nesse sentido, é importante destacar o que será levado em conta no exercício de análise. Títulos, chamadas, localização editorial, fontes, personagens sociais, imagens e, evidentemente, os textos (noticiosos, artigos e opinativos) e seus percursos e bases narrativas são o *locus* específico do estudo.

É importante destacar que os periódicos e jornais consultados são do Rio de Janeiro, uma decisão arbitrária, mas justificável. A cidade ocupou e ocupa lugar de destaque na cena administrativa, econômica, política e social brasileira, especialmente a partir do século XIX, com a instalação da Corte Portuguesa em 1808 e a conseqüente chegada da tipografia e todos os efeitos deslançados a partir da gradativa construção de uma esfera pública alicerçada no exercício jornalístico (MOREL, 2016; BARBOSA, 2013). Ou seja, parte-se do pressuposto de que o Rio de Janeiro possui status privilegiado na cena nacional, uma espécie de grife geográfica, que lhe concede protagonismo territorial e, conseqüentemente, proeminência na cartografia simbólica brasileira. E que, como se verá, emerge como teatro de enredos sociais dramáticos e barulhentos, sobretudo no século XIX, com tramas envolvendo escândalos, disputas familiares, contendas verbais públicas, debates acadêmicos, especulações científicas, clamores religiosos, afetos inflamados, detetives, crimes, assassinatos, doenças, curas, corpos dissecados e morte, entre tantos outros elementos.

Ao longo de cada capítulo, as particularidades históricas, políticas e sociais de cada década, assim como as legais, serão apontadas e contextualizadas. Também por motivos de recursos e tempo, diante da amplitude geográfica que a Hemeroteca oferece à consulta e que compreende localidades de várias regiões do país, o escopo da pesquisa foi restringido. Seria instigante e indubitavelmente ofereceria um panorama mais amplo acerca do tema analisar jornais e periódicos de outros estados. Contudo, é por meio de amostras que o trabalho será

desenvolvido. Amostras estas que não serão numericamente iguais, posto que os distintos níveis e amplitude de tematização variaram ao longo dos períodos em análise, obrigando a proceder a amostras probabilísticas por escolha. Isto é, a definir os registros arbitrariamente, embora não de forma inteiramente aleatória, porque os próprios jornais, durante o levantamento e análise, iam fornecendo narrativas que ajudavam a prefigurar os rumos da pesquisa e, assim, a articular o conjunto de registros de forma ordenada e coerente, de modo a encontrar padrões e especular hipóteses e conclusões. Em outras palavras, a variação do *corpus* de cada década deve-se à própria particularidade que cada época fornecia em relação ao tema do aborto, seja em termos de aparição jornalística, seja em termos dos imaginários e densidade cultural implicados.

Nas décadas de 1830 e 1840, foram encontrados nove registros sobre interrupção da gravidez no acervo da Hemeroteca; todos incluídos e examinados nesta tese. O *Diário do Rio de Janeiro*² aparece com quatro registros, ao passo que os periódicos *Diário de Saúde* e *Revista Médica Fluminense*, gênero de impresso científico típico de meados do século XIX (MOREL, 2016) oferecem dois registros cada. *Império do Brasil: Diário Fluminense* apresenta um registro.

Na década de 1890, há um notável incremento no volume de narrativas jornalísticas sobre aborto. A imprensa começava a se massificar, diante do gradativo aprimoramento e do surgimento de técnicas de impressão, que permitiam não apenas mais jornais em circulação, como também mais debates em curso. Uma espécie de “imaginário de papel”, em pleno vigor na Europa (KALIFA; RÉGNIER; THÉRENTY; VAILLANT, 2011), por aqui adensava-se e revolucionava, criando hábitos, sensibilidades, sociabilidades e representações em um país que se modernizava em diversos aspectos. Um regime social influenciado pela “civilização dos jornais” amadurecia. Foram encontrados 29 registros nos periódicos *Gazeta de Notícias* e *Diário de Notícias* que, de acordo com Sodré (1999), atuaram ativamente na campanha republicana, contribuíram para o desenvolvimento de técnicas gráficas e foram títulos de destaque na cena carioca no final do século XIX. Desse universo, oito são postos em análise. Se o número é menor em relação ao *corpus* das décadas 1830/1840, é porque os debates ampliaram-se tanto do ponto de vista textual – havia mais espaço físico para tanto – quando

² De acordo com Sodré (1999), o *Diário do Rio de Janeiro* dominava o cenário dos impressos no Rio de Janeiro, projetando-se como difusor privilegiado de discursos e narrativas.

do ponto de vista narrativo, isto é, do ponto de vista dos imaginários e camadas de representações acionados.³

Na década de 1940, há um novo incremento da tematização nas páginas dos jornais, apesar de ser um momento de censura oficial no contexto do autoritário regime Vargas, que vigorou até 1945. Toma-se como periódico referência o *Jornal do Brasil*, que surge no final do século XIX para “enfileirar-se entre os grandes” (SODRÉ, 1999), rapidamente ocupando lugar especial na imprensa ao longo do século XX, bem como participando ativamente na vida política e nas coberturas internacionais. Nas décadas de 1930 e 1940, desempenha papel relevante no teatro político e social, demonstrando estrutura empresarial sólida e inovando editorialmente (Ibid, 1999). Não por acaso, o *JB* mostrou-se, para os objetivos desta tese, um vigoroso fornecedor de dados empíricos. Diante da amplitude desses dados – mais de 30 --, fui obrigado a restringir o *corpus* através do seguinte escalonamento: cada ano da década foi mapeado por semestre; desta feita, o ano de 1940 foi analisado de janeiro a junho; 1941, de julho a dezembro; em 1942, os meses de janeiro a junho. O ano de 1945 é analisado inteiramente com o intuito de abarcar, com mais representatividade, o miolo da década, e os dois últimos anos da década são escrutinados também alternadamente: 1948 (janeiro a junho) e 1949 (julho a dezembro), totalizando 18 registros em análise.

Na década de 1970, a temática explode e cresce exponencialmente nas páginas dos jornais, aparecendo regularmente, estando distribuída de maneira mais ordenada do ponto de vista editorial. Foram identificados quase 170 registros. Também analisa-se o *Jornal do Brasil*, naquele momento um dos principais periódicos do país após ter passado por uma profunda reforma gráfica e editorial nos anos 1950, lançando “as bases para outras reformas que vieram nos anos seguintes na imprensa” (SEABRA, 2006). Além disso, contava com nomes de peso da crônica política e cultural (FERREIRA, 2008). O levantamento escalonado e alternado repetiu-se, focando nos anos de 1970, 71, 75 (analisado também integralmente), 78 e 79, com 86 registros examinados.

Nos anos 2004 e 2005, o foco restringe-se entre os meses de dezembro de 2004 e dezembro de 2005, período de duração da Comissão Tripartite, formada por membros do Legislativo, do Executivo e da sociedade civil, e da subsequente movimentação no Congresso para votar o projeto proposto. A base de dados é o jornal *O Globo*, que nos anos 2000 deslanchava à frente dos demais periódicos do Rio de Janeiro, sobretudo em relação ao *Jornal*

³ Além disso, em termos quantitativos, notas e textos de conteúdo muito semelhante, como relatos de fetos e recém-nascidos encontrados sem vida, foram bastante numerosos, de modo que pouco contribuiriam para revelar a diversidade narrativa e semântica, prestando-se mais a uma exposição empírica repetitiva. Assim, oito registros pareceram suficientes para representar o panorama da tematização da prática naquele período.

do Brasil, que lentamente agonizava. O periódico da família Marinho integrava o maior conglomerado de mídia do país, sendo o segundo maior em circulação no país em 2005, com média de 274,9 mil exemplares em circulação diária⁴. Foram encontradas oceânicas 5.384 matérias e menções ao tema ao longo dos anos 2000. Entre 2004 e 2005, 608, das quais 24 são analisadas. O recorte temporal também se justifica pela imensidão de dados empíricos.

Este trabalho procura esboçar um percurso jornalístico das narrativas sobre aborto e, por isso, empenha-se em mapear panoramicamente tais narrativas, sem a pretensão, inviável de qualquer forma, de dissecar integralmente cada década, cada registro, cada texto, ou mesmo de restringir-se e ficar refém de periódicos específicos. Parte-se do princípio de identificar, em um número restrito de objetos, particularidades que permitam revelar características e padrões de narrativa, bem como imaginários predominantes e gerais.

A tese está estruturada sem os habituais capítulos de fundamentação teórica e metodologia, cujas bases estão postas nesta introdução e serão, quando necessário, para articular as análises, retomadas. Da mesma maneira, os contextos legais e políticos, assim como aspectos sociais, religiosos e científicos – trata-se, afinal, de um tema interdisciplinar e multifacetado que mobiliza diferentes campos de saber -, serão discutidos e analisados mais detalhadamente ao longo de cada capítulo, com o intuito de situar historicamente o fenômeno no contexto brasileiro.

Depois de coletados, os dados são analisados a partir do conceito de narrativa consagrado por Motta (2013). Para o autor, a análise de narrativa contempla “interpretar criticamente a configuração dos enredos e intrigas, compreender as estratégias de uso da linguagem, a intencionalidade, [...], o conteúdo de fundo ético, moral e ideológico e os efeitos de sentido” (p. 9).

Motta (2013) define narrativa como um processo universal de constituição da realidade, seja ela ficcional ou fática. Contudo, há a preocupação de se perscrutar as situações em que as narrativas são estabelecidas, bem como identificar os interlocutores em cena. Por isso, prevalece uma leitura das narrativas que privilegia menos os aspectos linguísticos e mais a dimensão cultural dos discursos. “As estruturas narrativas são um fato cultural anterior aos acontecimentos e aos fenômenos que relatam” (MOTTA, 2013, p. 18)

Eis uma compreensão da comunicação também como um processo social, tal qual a tese das mediações de Martín-Barbero (2009), na qual a narrativa jornalística emerge como uma voz importante, pois organiza enredos temáticos a partir de informações dispersas na

⁴ Circulação de jornais aumentou 3,9% no ano passado, diz IVC. Fonte: Folha de São Paulo, 12 fev. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1202200605.htm>>

sociedade e institui um presente imediato (Ibid, 2013, p.14). Da mesma forma, Charaudeau (2010) compreende os processos comunicacionais como fenômenos de troca, em que os sentidos almejados e criados não são unilaterais, mas, sim, frutos de uma co-intencionalidade. Isso envolve mais do que emissor e receptor, mas todo o meio ambiente que os circunda, com sua gramática cultural, heranças históricas, influências políticas etc. Ou seja, a sociedade como esteio da comunicação. “A informação é uma ação humana; é pura enunciação, ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimento que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento” (CHARAUDEAU, 2010, p. 40). Em outras palavras, a informação é um ato de mediação, no sentido de reunir inúmeros fatores e referências que a determinam e produzem sentidos.

A reflexão sobre narrativa está situada no âmbito das teorizações sobre discurso, poder e relações sociais, da qual o filósofo francês Michel Foucault é um dos pensadores mais importantes da contemporaneidade. Por isso, suas ideias e concepções marcam presença no conjunto de bases teóricas e conceituais que presidem este trabalho.

No clássico e paradigmático *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*, Foucault (1999) percorre séculos para situar a linguagem como um fenômeno que, em determinado momento, adquire uma espécie de autonomia ontológica e passa a ser, ela própria, independente dos objetos (as coisas) e do mundo que descreve. Foucault (1999) não envereda pela teorização da narrativa como objeto de estudo e/ou ferramenta metodológica específicos. Seu intento é outro, de natureza epistemológica, decifrando a chamada “virada linguística”, ocorrida no século XIX (período que abriga parte considerável do objeto desta pesquisa), quando a linguagem “se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história e uma objetividade que só a ela pertencem” (FOUCAULT, 1999, p. 318). Assim, a linguagem perde a sacralidade que a governava antes do período moderno e enraíza-se socialmente, tornando-se passível de historicização, investigação e questionamento. Torna-se objeto de conhecimento. É nesse contexto que Foucault (1999) discorre sobre o exercício de arqueologia, que se baseia em um empreendimento epistemológico voltado a identificar como o conhecimento/saber (e as palavras) nascem, consolidam-se e definem o repertório simbólico ao qual o ser humano se vê vinculado. “Como é possível que as coisas em geral sejam dadas à representação?”, interroga-se (Ibid, 1999, p. 360).

Essa reflexão é necessária, pois esta tese percorre distintas épocas e, embora não seja um exercício de arqueologia do jornalismo, tampouco do fenômeno do aborto, não prescinde

de situá-los no tempo, de identificar palavras, imaginários⁵ e narrativas prevalentes (e também ausentes). Vale ressaltar que Foucault (1999) reconhece o poder da linguagem na constituição da ordem e das estruturas que formam o mundo social, bem como a capacidade das palavras em conduzir narrativas. Para o pensador francês,

a ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas com sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem. [...] os códigos fundamentais de uma cultura – aquilo que rege sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais há de se encontrar (Ibid, 1999 p. 11).

No capítulo 1, relativo às décadas de 1830/1840, a temática do aborto aparece de uma maneira peculiar e curiosa, aos olhos contemporâneos. O *Diário do Rio de Janeiro*⁶, de 30/06/1841, noticiava na página 3, na seção “Leilões”, a venda de “trastes concernentes ao espólio da finada Emilia Roza dos Santos, e outros móveis e fazendas por conta de quem pertencer, ouro, prata, relógios, quinquilharias, [...] e mais artigos. 1 frasco de cristal guardando um aborto de criança”⁷.

Que condições sociais tornam rotineiras e aceitáveis a venda de fetos? Aliás, por que “criança” ao invés de “feto”? São aspectos cruciais para a presente pesquisa, pois os relatos/textos apresentam diferentes direções e configurações, produzindo uma polissemia narrativa, amparada por linguagens múltiplas, do campo jurídico, religioso, médico etc,

O mesmo *Diário do Rio de Janeiro*, de 03/07/1844, estampava na página 2, seção “Correspondências”, o título “Clínica Homeopática”, de autoria de Duque-Estrada. Nas notas, o autor descrevia situações em que medicamentos homeopáticos eram úteis à resolução de ocorrências médicas. Uma dessas situações era protagonizada por “Sophia, escrava da Sra. D. Estella Joaquina de Moraes”, que já passara por pelo menos sete abortos, todos ocorridos do segundo para o terceiro mês. A perda da gravidez era precedida de “vômitos secos ou biliosos,

⁵ Imaginário, na concepção antropológica de Durand (1988; 2002), é um amplo horizonte, ou um museu de imagens, no qual estão situados os símbolos e representações que preenchem o mundo social: “o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens (...), o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano” (DURAND, 2002, p.18).

⁶ É importante ressaltar que, apesar de constituírem o campo de estudo, os jornais não serão objeto de perfis e caracterizações detalhadas. A preocupação metodológica é com o local de circulação (RJ) e período histórico, devidamente delimitados. São elementos importantes, que merecerão contextualização, mas o foco são as narrativas e as interações sociais que neles são passíveis de identificação e análise.

⁷ Para compreensão fácil e imediata, os textos foram atualizados gramaticalmente, operação que será padrão ao longo da pesquisa toda vez que a discrepância gramatical for aguda. A forma original, contudo, será reproduzida fielmente no rodapé nestas ocasiões. A da citação acima é: “trastes concernentes ao espólio da finada Emilia Roza dos Santos, e de outros moveis e fazendas por conta de quem pertencer, oiro, prata, relojos, quinquilharias, [...] e mais artigos. 1 frasco de cristal guardando um aborto de criança”.

aparecendo logo depois hemorragia uterina, e poucos instantes depois a saída do feto”⁸. O autor escreve que, estando Sophia acometida por vômitos, deu-lhe “uma dose da 15ª dinamização de beladona”. O relato continua, e chama atenção a menção nominal ao “feto”, um personagem protagonista nas narrativas, assim como a perspectiva médica e a prática de cuidado com a mulher que sofre um aborto, o que irá contrastar com discursos daquele mesmo século que expressavam condenação, ira e indignação com a interrupção da gravidez.

Nas narrativas encontradas, é possível notar que campos de saber específicos, bem como instituições e atores sociais (médicos, por exemplo), se destacam na produção de narrativas sobre aborto. Conforme Motta (2013) ressalta, evocando Michel Foucault, a narração é um ato situado, que origina-se a partir de sujeitos, grupos e instituições com posições de poder. Para analisá-la, é necessária uma leitura rigorosa e sistemática.

Todo discurso é poder, um poder que se exerce na relação entre quem fala e quem escuta. [...] Cada situação de comunicação implica uma correlação social e comunicativa própria, local, específica, empírica, que precisa ser levada em conta pelo analista e seu método (MOTTA, 2013 p. 19).

Nesse contexto, é ponto pacífico reconhecer em toda comunicação uma finalidade arbitrária e estabilizadora, no sentido de reduzir ambiguidades e facilitar a compreensão. E também de marcar e assegurar, no ambiente social, um ponto de vista, um lugar de fala. Assim funciona o jornalismo, independente do momento histórico. A comunicação busca coerência e uniformidade, a fim de garantir os pressupostos que balizam a mensagem e a tornam compreensível. A informação guarda afinidades que unem, no tecido cultural, emissores, receptores e o meio social. É um ato relacional, dependente do outro, não necessariamente um interlocutor pessoal, postado diante, mas um interlocutor mais difuso, que ouve/lê/vê, se reconhece e institui diálogos, como é o caso da sociedade. Os jornais enunciam para um coletivo. Por isso, a narrativa é um ato de troca, às vezes consensual, outras tantas vezes conflituoso.

Um ato sobretudo inventivo. Wagner (2010), refletindo sobre o exercício antropológico, destaca que toda ação e discurso humano é um ato de simbolização. Isto é, um ato de invenção, pois a emissão de enunciados não é mero ato de descrição, na medida em que derivam de intenções e inclinações subjetivas, nem sempre evidentes. Por isso, nomear e narrar podem ser compreendidos como exercícios de criação, pois estruturam a realidade a partir de articulações e convenções.

⁸ Grafia original: “vômitos seccos ou biliosos, aparecendo logo a pos estes a hemorragia uterina, e poucos instantes depois tem lugar a sahida do feto”.

Todo empreendimento humano de comunicação, toda “cultura” encontra-se atada a um arcabouço relacional de contextos convencionais. Esses contextos nunca são absolutamente convencionalizados, no sentido de serem idênticos para todos aqueles que os compartilham; sempre têm pontas soltas, estão em processo de mudança. (WAGNER, 2010 p. 81).

Na perspectiva de Motta (2013), as narrativas não são apenas representantes da realidade, são também organizadoras do mundo, conferindo-lhe sentido. Assim, há um fio condutor que interliga a concepção do autor com as de Foucault (1999) e Wagner (2010), qual seja, a de que as narrativas, tal como as palavras e o ato de simbolização, têm a competência não apenas de representar o mundo, mas de constitui-lo, nomeando-o, classificando-o. Isso permite às narrativas serem passíveis de análise científica, de modo a empreender a historicização dos parâmetros que pretendem naturalizar (e estabilizar) o mundo.

Traquina (2012) destaca que as notícias estão construídas de modo a facilitar a compreensão e tornar o mundo relatado menos ambíguo. Estão referendadas por parâmetros de “normalidade”, para os quais existem uma série de atos, acontecimentos, atitudes e condutas “desviantes”. Nesse sentido, o jornalismo reúne não apenas competência para nomear, definir e estruturar o mundo, mas também de estabelecer os limites dentro dos quais o mundo está seguro, e fora dos quais há perigo e instabilidade. Isso converge com a ideia de Motta (2013) da narração como uma técnica de enunciação dramática da realidade, uma operação que é argumentativa, busca persuadir e, para tanto, precisa ser sedutora e atraente. Para compreendê-la, o autor aponta a necessidade de uma análise de caráter multidisciplinar, afastando-se do lugar imanente, o texto, e aproximando-se do terreno das relações sociais e culturais. Por essa ótica, o jornalismo pode ser encarado como uma forma de conhecimento imediato da sociedade.

Multidisciplinaridade. Eis uma perspectiva teórico-metodológica relevante para esta tese, que está localizada no âmbito da Comunicação, mas entrelaça-se a outros campos do saber, sobretudo por causa das narrativas múltiplas que o tema do aborto mobiliza. A análise das narrativas é um exercício de observação das ações e performances socioculturais, que envolve uma “antropologia da notícia”, destinada a dissecar e recompor os elementos com o objetivo de identificar os sentidos culturais em jogo (MOTTA, p.100, 2013). No caso das reportagens e textos jornalísticos, é importante ter em vista que representam uma, dentre uma infinidade, de possibilidades de discurso, de versões. Conforme Becker (1993) ressalta em sua obra, não há monopólio das representações da realidade, ainda que elas se pretendam universais, autoevidentes e inquestionáveis. Ou, para retomar o vocabulário de Wagner (2010) e pensá-lo no âmbito do jornalismo, versões que inventam, criam, e não descrevem fielmente

o mundo, como se fossem uma emanção natural. Por isso, o trabalho busca analisar descrições, personagens, categorias, núcleos temáticos, ênfases, ausências, repetições e recorrências, percepções, apelos retóricos, e tantos outros elementos, todos situacionais e simbolicamente valorados, que compõem narrativas capazes de instaurar, reproduzir e fazer circular imaginários.

Nas observações pessoais que contribuíram para a formulação desta tese, comportamentos fulminantes, biliosos e abrasivos foram recorrentes. Não pareceu, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, um ponto fora da curva da realidade histórica em que estou inserido. Pelo contrário, foi possível paulatinamente observar continuidades e paralelos entre o mundo dos jornais, o mundo social e o mundo pessoal. Os jornais, por assim dizer, nunca me pareceram tão familiares. Debates e posicionamentos inflamados sobre aborto já foram expressados na imprensa brasileira em períodos recentes, conforme bibliografia sobre o tema (CORRÊA, PAZELLO, 2002). E, também, conforme este estudo apresenta, verbalizados no século XIX.

Também os interlocutores com os quais interagi, ou mesmo com aqueles que sequer o diálogo foi iniciado, emitiram, através de sinais não verbais, além dos habituais impropérios e interjeições, desconforto e fúria. Sobrancelhas apertadas, rostos avermelhados, mãos e braços tesos e/ou expansivos, troncos desalinhados sob o peso de ombros rígidos. As emoções acionadas pelo tema do aborto foram se tornando evidentes por meio de uma vasta linguagem corporal, influenciadas pelo sentimento geral de estranhamento e reprovação que tanto Pedro (2003) quando Boltanski (2004), autores relevantes para os estudos sobre aborto, apontam como regra em relação ao tema do aborto. Pedro (2013), cujas reflexões também percorrem o mundo dos jornais, destaca que, historicamente, tanto pela imprensa como pelas narrativas políticas e judiciais, o aborto aparece como um ato repugnante que exige punição.

Corpos respondendo a outros corpos, isto é, os interlocutores interagindo não somente com o emissor em frente, mas igualmente com o tema, com os personagens em cena e em debate, como o feto e a mulher, por exemplo. Ao reparar em meus interlocutores, pensava nas narrativas jornalísticas incendiárias com as quais me deparava na base empírica. Como se jornais e indivíduos fossem um mesmo corpo, sintonizados socialmente.

O trabalho que tem como campo os jornais, e como objeto as narrativas sobre aborto, suscitou questões empíricas incontornáveis: emoção e corporeidade como elementos rotineiros e centrais na tematização jornalística sobre interrupção da gravidez.

As emoções têm sido um objeto de pesquisa e teorização no campo das Ciências Sociais. Um fenômeno que aparece intimamente entrelaçado ao estatuto do corpo. O

fenômeno do aborto consegue reunir múltiplas perspectivas: corpo e emoções são constantemente acionados nas narrativas jornalísticas. Há uma longa história que se dedicou e se dedica a interrogar-se, a produzir apontamentos sobre as dimensões simbólicas da corporeidade no universo humano. Corpos grávidos, corpos sexualizados, fetos, crianças abortadas, cadáveres compõem a vasta nomenclatura que define e conduz narrativas sobre interrupção da gravidez.

Por isso, não é possível levar à frente o presente trabalho sem enveredar pelo pensamento social e crítico acerca da corporeidade e suas manifestações, tais como as emoções. O cientista social David Le Breton (2004; 2009; 2010) é um dos principais intelectuais voltados a esses temas articulados. Seu olhar é antropológico. Nesse sentido, a perspectiva antropológica das emoções e do corpo constitui um referencial teórico fundamental. Para o autor, a existência humana é corporal:

O corpo é um vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, expressão de sentimentos, cerimoniais dos ritos e interações, conjunto de regras e mímicas, produção de aparência, jogos sutis de seduções, técnicas do corpo, relação com a dor e o sofrimento. (LE BRETON, 2009 p. 7)

Assim é que o corpo não é encarado como um conjunto exclusivamente anatômico e biológico, explicado apenas nessas chaves. É sobretudo um acontecimento, uma estrutura física, com processos fisiológicos e particularidades orgânicas, que está submetida às condições sociais e culturais circundantes, a um processo pedagógico que lhe condiciona limites, regras, competências. Não são apenas os meios de comunicação que estão submetidos aos processos de mediação analisados por Martín-Barbero (2009). Também corpo e sentimentos configuram-se como fenômenos comunicativos, mediados pela ordem social e cultural, que lhes confere sentidos, conforme o tempo histórico e a cultura. A ordem social adquire, nesse sentido, força de lei (LE BRETON, p. 9, 2009).

Assim é, especialmente, com a figura do feto, cujo lugar social e histórico é minuciosamente dissecado por Duden (1996), para quem o corpo fetal é, antes de uma estrutura orgânica, uma criação discursiva; uma figura nascida e instituída por processo de simbolização - para ficar na terminologia usada por Wagner (2010). Ou, para utilizar outro autor capital para as reflexões sobre aborto, o feto como um corpo da ordem do arbitrário, que pode se constituir, de um lado, como projeto e expectativa, quando acolhido socialmente, ou, por outro lado, como uma manifestação tumoral, quando não é tomado como projeto, nem investido de afeto, mas sim como um organismo meramente fisiológico e químico, sem valor ontológico obrigatório, e que representa um problema para a gestante (BOLTANSKI, 2004).

Um corpo, em resumo, passível de olhares e considerações contraditórias, de uma economia moral e simbólica ambígua.

Neste trabalho, o feto é um personagem central, mas não único. Há outros protagonistas, como o médico, o delegado, a mulher, os vizinhos, a autoridade, o religioso, o juiz, o estrangeiro, a feminista. Em suma, uma ampla rede de personagens – muitos dos quais vestindo o uniforme daquilo que Becker (2008) denomina como empreendedor moral, indivíduo que define regras e traça as fronteiras simbólicas entre o “normal” e o “desvio” a serem reiteradas na interação social - que protagonizam o enredo do aborto nas narrativas jornalísticas do século XIX, XX e XXI. Um enredo marcado por tensão, protesto, indignação, repúdio, apelos racionalistas, acusações de monstrosidade etc. Marcado fundamentalmente por afetos. Le Breton (2009) argumenta que as emoções não são espontâneas, manifestações naturais, estando ritualmente organizadas e pertencendo a um sistema de valores e sentidos próprios a um grupo social. Como fundamentação, o autor evoca o caso de crianças nascidas e abandonadas que se desenvolvem e crescem junto a animais, como lobos por exemplo. Configura-se um quadro de inacabamento psicológico e cultural, justamente pela ausência de vínculo social, que não instaura o regime simbólico no corpo das crianças. “A natureza do homem se realiza somente na cultura que o acolhe” (LE BRETON, p. 16, 2009). Para o autor, isso está profundamente ligado à formação e manifestação das emoções, como raiva e alegria, cujo nascimento depende do acontecimento e da interação sociais.

No terror que contagia uma multidão, na raiva racista ou nas manifestações de furor individual ou coletivo, não há triunfo da “irracionalidade” ou da “natureza”, mas a aplicação de um raciocínio e de uma lógica mental ao meio social. (LE BRETON, 2009 p. 121)

Os sentimentos carregam uma poderosa competência gregária, uma capacidade centrípeta, que atrai os indivíduos a operarem conforme um regime sentimental comum.

Para que um sentimento (ou emoção) seja experimentado ou exprimido pelo indivíduo, ele deve pertencer, de uma forma ou de outra, ao repertório cultural do seu grupo. Um saber afetivo difuso circula por intermédio das relações sociais e ensina aos atores as impressões e as atitudes que se impõem, de acordo com suas sensibilidades sociais, nas diferentes vicissitudes que podem afetar suas histórias. As emoções são modos de afiliação a uma comunidade social, uma maneira de se reconhecer e de poder se comunicar em conjunto sobre a base da proximidade sentimental. (LE BRETON, 2009 p. 126)

Nesta tese, conforme se verá, o repertório sentimental do aborto constitui um aspecto empírico incontornável, na medida em que mobiliza e eletriza o imaginário nacional há séculos.

1 BANALIDADE, MORALIDADE E EMOÇÃO: O ABORTO NA IMPRENSA NAS DÉCADAS DE 1830-1840

A primeira metade do século XIX foi um período de profundas transformações. De colônia a território independente, o Brasil viu-se, do ponto de vista formal, livre da submissão em relação a Portugal. No entanto, os laços entre as duas nações mantiveram-se firmes. Política, social e economicamente, não se pode dizer que a separação foi plena. Em 1824, dois anos após a proclamação da Independência, uma Constituição era promulgada. O regime seria o monárquico; o rei, português. O Brasil continuava sendo parte de Portugal.

A corte portuguesa chegara ao Brasil, mais especificamente ao Rio de Janeiro, em 1808, fugindo das tropas napoleônicas. A cidade tornar-se-ia, desta feita, a capital do Império lusitano. E isso implicaria transformações intensas, que viriam a culminar, por diversos motivos, tanto na Independência quanto na constituição de novas dinâmicas nas relações sociais na cidade. A imprensa, cujo estabelecimento está ligado à tipografia trazida na frota de D. João VI, desempenharia papel crucial nesse processo.

A Imprensa Régia representaria o germe do jornalismo impresso e massivo no Brasil. De caráter oficial, a instituição seria responsável por toda publicação do Império. Foram tempos da censura prévia, que viria a ser eliminada na Constituição de 1824, que garantia a liberdade de expressão, embora previsse sanções relativas aos atos de comunicação impressa.

Os debates legais e jurídicos foram uma marca daquele período, e a ordem letrada se instaurava lenta e gradativamente na medida em que a produção e a difusão de conteúdos impressos estimulavam uma nova ordem comunicacional, conforme Barbosa (2013) e Morel (2016) destacam – autores centrais para a compreensão do século XIX proposta nesta tese. Nesse sentido, visões de mundo, representações e palavras se disseminavam e multiplicavam significados e imaginários. À cultura oralizada soma-se a cultura escrita, ampliando a circulação de narrativas por reentrâncias sociais até então remotas, produzindo ecos simbólicos até então restritos ao mundo oral. Do ponto de vista do ordenamento jurídico-legal, a Constituição de 1824 estabelecia o Catolicismo como religião oficial e consagrava a escravidão, paradoxalmente ao fato de ser inspirada no paradigma liberal e igualitário das revoluções iluministas do século XVIII (CORRÊA, KARAM, 2018). Particularmente, a Carta de 1824 refletia as diretrizes e princípios da Constituição da França de 1791 e da Constituição da Espanha de 1812, que são consideradas marcos na construção de direitos civis e políticos.

Naquele momento (1822), a população do país era estimada em 3,6 milhões de habitantes, dos quais 1,9 milhão eram de escravos (Ibid, 2018). No Rio de Janeiro, o

contingente de habitantes vinha crescendo, sendo a cidade polo centrípeto de estrangeiros, comerciantes e uma série de atores sociais inerentes à expansão econômica e à projeção geopolítica. É curioso notar como, também a despeito da inspiração liberal, alicerçada na concepção de igualdade, liberdade e direitos civis e políticos, o voto foi definido como restrito (reservado a homens maiores de 25 anos ou com renda mínima de 100 mil réis). Escravos e mulheres que, juntos, representavam maioria da população, não tinham direito ao voto. Não obstante, apesar de em evidente posição socialmente desfavorável, estavam inseridos naquela ordem comunicacional impressa que se expandia e reverberava na vida cotidiana (BARBOSA, 2013), estando, portanto, inscritos na lógica do mundo impresso, suas mediações e invenções.

Em 1830 o Código Criminal do Império, decretado por D. Pedro I⁹, foi promulgado. Instituíu a igualdade de todos perante à lei, estabelecia a individualidade da pena, fatores atenuantes e agravantes, além de criar a figura dos crimes justificáveis. Era inspirado no Código da Louisiana (EUA) e, portanto, possuía uma abordagem específica para crimes e penalidades para escravos, tais como a pena de morte para líderes de insurreição e o açoite.

No que tange aos crimes sexuais, o Código Criminal expressava desigualdades no tocante às relações de gênero. Se, de um lado, abolia o crime de sodomia, tornando o país pioneiro na descriminalização da conduta abaixo do Equador, por outro, estabelecia uma rigorosa concepção tutelar, vigilante e punitiva em relação à mulher. Por exemplo, o estupro estava definido como um delito de ordem particular, que colocava em risco a segurança da honra, ou seja, situava a mulher menos como um indivíduo autônomo e portador de dignidade e mais como uma extensão do marido, cujo prestígio seria danificado em caso de violação sexual da esposa. Além disso, havia penas distintas para o estupro de “mulher honesta” (pena maior) e de “prostituta” (pena menor). O adultério também figurava no texto penal. Era considerado crime contra a segurança do estado civil e doméstico, com a pena de prisão tanto para a mulher adúltera quanto para o amante. O homem casado, por sua vez, tendo mantido relações extraconjugais, era condenado somente se ficasse comprovado o concubinato. Claramente, havia clivagens morais e de gênero no texto.

É nesse espírito que o Código de 1830 dedicava uma parte à tipificação de crimes policiais, nos quais estavam criminalizados a distribuição, exposição ou venda de papeis contendo ofensas à moral e aos bons costumes. A palavra impressa expressava poder e potenciais ameaças. O aborto estava localizado na seção de infanticídio, inserido no capítulo

⁹ A íntegra do texto está disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1612-1830.htm

de crimes contra a segurança da pessoa e a vida, sendo penalizado tanto nos casos em que houvesse consentimento da gestante quanto naqueles em que não. A pena variava de um a cinco anos. Também o fornecimento de substância ou meios que provocassem a interrupção da gravidez era caracterizado como crime. Era, portanto, um cenário jurídico legal longe da plenitude do ideal de liberdades e direitos, apresentando um caráter repressivo e punitivo em diversos âmbitos da vida social e privada.

A realidade social do Rio de Janeiro no período que vai da Independência até os anos 1840 é afetada por vertiginosas transformações. O rei que proclamara a Independência abdicaria ao trono em 1831, dando início ao período regencial, no qual tutores eram responsáveis pelos destinos do país enquanto o futuro D. Pedro II ainda era um infante. Foi um período de grande instabilidade política e social, com a eclosão de várias revoltas em diferentes regiões do país.

A imprensa teve um papel crucial em todo esse processo. Participou ativamente das tramas, intrigas, crises e rupturas que levaram à Independência, à abdicação, à instauração da Regência, em suma, foi elemento constituinte da ordem social que se erigia aos solavancos. É um ponto de vista determinista afirmar que as transformações foram fruto exclusivamente da imprensa, tendo em vista que entre o ato de ler jornal e a eclosão de uma revolução existem mediações numerosas (MOREL, 2016). Mas a influência é inegável.

Desde a chegada oficial da tipografia (1808), uma cultura letrada foi florescendo. Editores, figuras políticas e sociais de proeminência engajavam-se na aventura de produzir e colocar em circulação panfletos, periódicos e livros. As ideias estavam em franca circulação, energizadas pela ebulição social, econômica e política de uma cidade que recebia comerciantes e gente de outros continentes. E de um país imerso em instabilidade de distintas ordens, organizado à base de desigualdades abissais. Nesse contexto, há uma forte influência de imaginários, discursos e práticas europeias, especialmente franceses¹⁰ e ingleses, além, obviamente, da ligação com Portugal. O Rio de Janeiro caracterizava-se por ser um local de criação de redes e circuitos de interação social de dimensões internacionais (Ibid, 2016).

A efervescência era vivenciada na ruas e nos jornais. Havia uma continuidade entre essas duas instâncias da vida social. E o clima era de ebulição, no contexto de um país cujas instituições se formavam e a própria nação construía-se naquele panorama conturbado. Era mais um período de dissensos, usualmente ríspidos e agressivos, do que de concórdia. Morel

¹⁰ Entre tais influência, será visível a prevalência de publicações e revistas especializadas no campo da medicina, interessadas, entre tantos outros temas, na questão do aborto. Uma espécie de versão brasileira de um modelo de impresso que, na França, também era disseminado e comumente atraído pelo debate sobre aborto (LE NAOUR, VALENTI, 2003)

(2016) esmiúça o período entre 1820 e 1840. Os jornalistas constituíram personagens históricos, sem os quais a vida política não seria da forma como foi. A comunicação panfletária, irascível politicamente, dava o tom naquele ambiente.¹¹ Circulavam pasquins e folhas incendiárias, artesanais em termos de produção técnica e modelo editorial, em uma atmosfera exasperada.

Durante a Regência, os jornais pulularam, multiplicando-se, no Rio e nas províncias. [...] quase todos agressivos, injuriosos, menos preocupados com os problemas gerais do que com as pessoas, espalhando a confusão e sem o menor respeito pela vida privada de ninguém. (Otávio Taquino de Sousa apud SODRÉ, 1999, p. 122)

Mas não apenas isso: papéis oficiais, relatos de acontecimentos na Europa, informações variadas, descrições de celebrações e comemorações, anúncios de produtos à venda eram estampados, de forma desorganizada, nas páginas dos jornais (BARBOSA, 2013).

Havia um circuito de comunicação específico, com informações da Europa sendo privilegiadas no cardápio noticioso. Os jornais da capital representavam irradiadores de informação, pois ecoavam em outras cidades. O inverso também ocorria. A materialidade dos periódicos replicava o modelo de gazetas do final do século XVIII: quatro páginas, formato in-quarto (Ibid, 2013), além de uma “paginação sem movimento e sem graça, colunas frias, monotonamente alinhadas, títulos pobres, ausência de subtítulos [...] uma coisa precária, chã, vaga, morna e trivial”, conforme o juízo de Sodré (1999, p. 282). Eram periódicos sem imagens ou fotografias, cujas bases tecnológicas só viriam a se desenvolver em finais do século XIX.

Do ponto de vista da estratégia discursiva das narrativas jornalísticas daquele período, há uma diferença elementar em relação ao que, nos dias atuais, define o estatuto da notícia. Conforme Barbosa (2013) destaca:

Notícia no século XIX não tinha o mesmo sentido de informação nova e recente que terá a partir do século XX. Naquele momento, notícia é ilustração, esclarecimento, conhecimento de algo até então não sabido. [...] O uso do verbo correr – as notícias e as vozes também corriam – mostra ainda a predisposição para transcrever para os leitores tudo aquilo que ainda não era do seu conhecimento no prazo mais exíguo possível (BARBOSA, 2013, p. 47-48).

¹¹ É fundamental ressaltar que a linguagem e o estilo de escrita da época eram radicalmente distintos aos princípios contemporâneos de objetividade, isenção e neutralidade que se consolidam, a partir da segunda metade do século XX, como parâmetro deontológico para o exercício profissional do jornalismo. Enquanto no século XIX, a escrita era abertamente opinativa e panfletária, ao longo do século XX a linguagem jornalística passa por um processo de reformulação em que traços de subjetividade, emoção e apologia são desqualificados e, teoricamente, abandonados. Assim, o ideal de texto objetivo consolida-se como valor e marco supremos, ainda que essas mesmas pretensões de objetividade e neutralidade possam ser objeto de múltiplas críticas sobre a possibilidade real de serem alcançadas e concretizadas.

As Luzes estavam recém-desembarcadas no território. Ainda de acordo com Barbosa (2013), predominava um jornalismo de ensaio, baseado em artigos e panfletos. Foi um período de emergência de novas práticas e novas relações possibilitadas pelos impressos. O estatuto da palavra, seu valor e prestígio, foi valorizado no contexto em que a palavra impressa explodia pelo território, especialmente a partir do período regencial, quando no Rio de Janeiro há um significativo incremento no número de títulos impressos (BARBOSA, 2013; MOREL, 2016). As narrativas jornalísticas se alastravam.

Também o público-leitor se multiplicava, apesar das clivagens educacionais e econômicas, que situavam um contingente reduzido da população - funcionários de primeiro escalão, oficiais de alta patente, alto clero, grandes fazendeiros, juízes, procuradores, tabeliães, lojistas, profissionais liberais como médicos e advogados (MOREL, 2016) - na condição de consumidores diretos das informações impressas. Contudo, a maioria da população (funcionários públicos e militares de baixo escalão, artesãos, pescadores, marinheiros e escravos) não pode ser desconsiderada como partícipes da ordem letrada, ressalta Barbosa (2013). O mundo oral e impresso eram complementares, e suas gramáticas e dinâmicas se articulavam na esfera pública da cidade imperial.

Assim é que notícias diversas emergiam naquele contexto. E o aborto integrava tal cardápio noticioso.

1.1 Aborto e o jornalismo de *fait divers*

O primeiro aspecto a chamar atenção é a pouca tematização do aborto nas décadas de 1830/40. Evidentemente, a produção e circulação dos jornais, ainda que em franca expansão, se dava em escala incomparavelmente menor que nos dias atuais e mesmo em relação às tiragens do final daquele século. O jornalismo impresso era incipiente, em um período histórico cuja tecnologia diferia do que conhecemos atualmente no sentido de massificação da produção e distribuição. O quadro tecnológico era precário e rudimentar para a produção de notícias.

O primeiro registro do tema não remete diretamente à prática de interrupção da gravidez. Trata-se do uso do termo “aborto” em um texto político. Algo que viria a ser constante ao longo daquele período, com o termo sendo abertamente utilizado de maneira retórica para ataques e críticas a personagens, acordos e acontecimentos do mundo político. Assim, com o intuito de repreensão e valor negativo, para designar algo como impróprio a anômalo, indivíduos e fatos eram definidos como “aborto”, o que remete ao contexto de

instabilidade política e social, no qual ataques e desqualificações muitas vezes grosseiros povoavam as narrativas e alimentavam um imaginário de intolerância e injúrias (MOREL, 2016). O aborto surgia como um recurso lexical de cunho agressivo, numa voltagem retórica que revelava o caráter de estranhamento, escândalo e repugnância que a prática podia suscitar (PEDRO, 2003).

Figura 1 – *Diário do Rio de Janeiro* – 1ª página - 13/07/1839



O primeiro registro de fato encontrado sobre o término de uma gestação é uma nota no *Diário do Rio de Janeiro*¹², do dia 13 de julho de 1839, edição 154, publicada na primeira página, na seção “Exterior”, com o título “Notícias Diversas - Biografia de S. M. A. Rainha Adelaide” (Figura 1). O texto, sem autoria identificada, traça a história de vida da rainha Adelaide da Inglaterra, viúva do rei Guilherme IV. A infância, os estudos, o envolvimento com a política e a religião, a vida amorosa e matrimonial são relatados no texto. Especial atenção é dada às dificuldades da rainha em sua vida reprodutiva. Todas as gestações que tivera foram problemáticas. Alguns bebês morreram com pouco tempo de vida; outras gestações sequer foram completadas, sendo interrompidas em algum momento antes dos nove meses.

¹² De acordo com Sodré (1999), o *Diário do Rio de Janeiro* praticamente monopolizava o panorama dos impressos no Rio de Janeiro, o que não   pouco, tendo em vista o padrão artesanal característico dos periódicos daquele momento (MOREL, 2016), cujas reverbera es sociais não eram desprez veis em um peri do de aguda instabilidade política.

Mencionando as expectativas suscitadas sobre a maternidade da rainha, o texto afirmava que no inverno de 1820 “novas esperanças surgiram na expectativa de que a duquesa desse um herdeiro à coroa da Inglaterra, e em devido tempo veio à luz uma filha, que deram o nome de Elisabeth, nome caro aos anais da Inglaterra; mas desgraçadamente, passados três meses, adoeceu de uma moléstia fatal das entranhas, que a levou em breves horas; nova gravidez e novo aborto, tiveram lugar seis meses depois, e desde essa ocasião a duquesa nunca mais teve filhos”¹³.

O aborto é citado de maneira sucinta e descritiva, como um dado biográfico. Apesar do registro lacônico, chama atenção o rótulo “Notícia diversas”, pois é importante para a compreensão da organização editorial do discurso jornalístico no século XIX. E também para ajudar a analisar as demais mediações narrativas do assunto.

Estudos de teoria do jornalismo apontam que a produção noticiosa consiste numa prática social e cultural, permeada de valores e condicionalidades (NEVEU, 2003). Para Traquina (2012) e Silva (2005), as notícias são construções sociais, fruto de múltiplas interações entre agentes sociais (empresas de comunicação, fontes, jornalistas e a própria sociedade) que significam os fatos estrategicamente. Por isso, toda notícia passa por filtros que a tornam apta a constituir-se como tal, por critérios de noticiabilidade que lhe conferem o estatuto de notícia. Embora os autores mencionados analisem o jornalismo do século XX, não é indevido considerar que o jornalismo, sendo um fenômeno humano (e simbólico), também fosse uma atividade inscrita socialmente naquele período, sobretudo um momento de ampla efervescência e no qual vigorava o regime monárquico, tal qual na Inglaterra, cujas conexões culturais com o Brasil se materializavam por meio de um intercâmbio de impressos e livros (MOREL, 2016).

O próprio surgimento da imprensa no cenário global remete ao enraizamento social da atividade. De acordo com Angrimani (1995), que analisa os primórdios do gênero popular do jornalismo, imprensa e “sensacionalismo” nasceram juntos. No século XVI, jornais franceses privilegiavam notícias e histórias consideradas catastróficas, bizarras, incomuns, engraçadas, emotivas. O mesmo cenário desenvolveu-se nos EUA, no final do século XIX, com destaque para os jornais *New York World* e *Morning Journal* (AMARAL, 2006).

¹³ Frase gramaticalmente original: “novas esperanças houverão de que a duquesa desse um herdeiro à coroa da Inglaterra, e em devido tempo veio à luz uma filha, a que derão o nome de Elisabeth, nome caro nos annaes da Inglaterra; mas desgraçadamente, passados três mezes, adoeceo de uma molestia fatal das entranhas, que a levou em breves horas; nova gravidez e novo aborto tiveram lugar seis mezes depois, e desde essa ocasião a duquesa nunca mais teve filhos”.

Em ambos os casos, nota-se o enquadramento da realidade social através da exploração do incomum, do inadequado, do não-convencional, em um contexto marcado pela disputa por leitores e consumidores. Existe uma íntima relação ao longo da história entre o jornalismo e o insólito/extraordinário, ou entre o jornalismo e aquilo que Barthes (1964) definiu como *fait divers*. Para o pensador francês, o *fait divers* difere de outras notícias por ser uma informação total, imanente. Isso significa que o *fait divers* traz em seu conteúdo todo o saber necessário para sua compreensão.

[...] ele não remete formalmente a nada além dele próprio, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos (BARTHES, 1964, p. 1, tradução nossa).

Diferentemente do que provém do que é classificado como “horizonte nomeado” (Ibid, 1964), ou seja, do universo da política, economia, ciência, cultura etc. Notícias desses campos não são entendidas de imediato, pois são elementos de uma trama maior, exterior, de uma intertextualidade narrativa mais densa. Nesse sentido, o assassinato de um político não é considerado um *fait divers*, pois não possui estrutura própria, estando ligada a um sistema (político) que o precede. O *fait divers*, por sua vez, encerra-se em si próprio, remetendo ao mundo em sua dimensão escandalosa, bizarra, peculiar, sentimental e engraçada. É um evento de importância circunstancial, cuja transformação em notícia pode ser vista como um recurso de entretenimento (DEJAVITE, 2001).

Ambroise-Rendu (2011) também observa que o *fait divers* é menos um gênero jornalístico e mais uma mistura de gêneros, que se consolida ao longo do século XIX, hierarquizando visualmente a informação. Constitui, ao longo deste século, uma forma noticiosa com forte apelo político, na medida em que passa a constituir o corpo social e simbólico, reverberando coletivamente, bem como projetando o espaço doméstico e privado em direção à esfera pública. No *fait divers*, a ambiguidade é constante, pois o conteúdo oscila entre o ordinário e o extraordinário: jantares, casamentos e nascimentos dividem espaço com mortes, mistérios, suicídios etc.

Por isso, o rompimento com o curso cotidiano da vida, bem como o aspecto dramático dos acontecimentos são valores de noticiabilidade no contexto de relatos que privilegiam o *fait divers*, conforme exemplifica a biografia da rainha Adelaide – e seu histórico de abortos - apresentada como uma “notícia diversa”.

Motta (2013) também se dedica, ainda que brevemente, a examinar o *fait divers*. De acordo com o autor, a estrutura é destinada mais a efeitos estéticos próximos da ficção do que

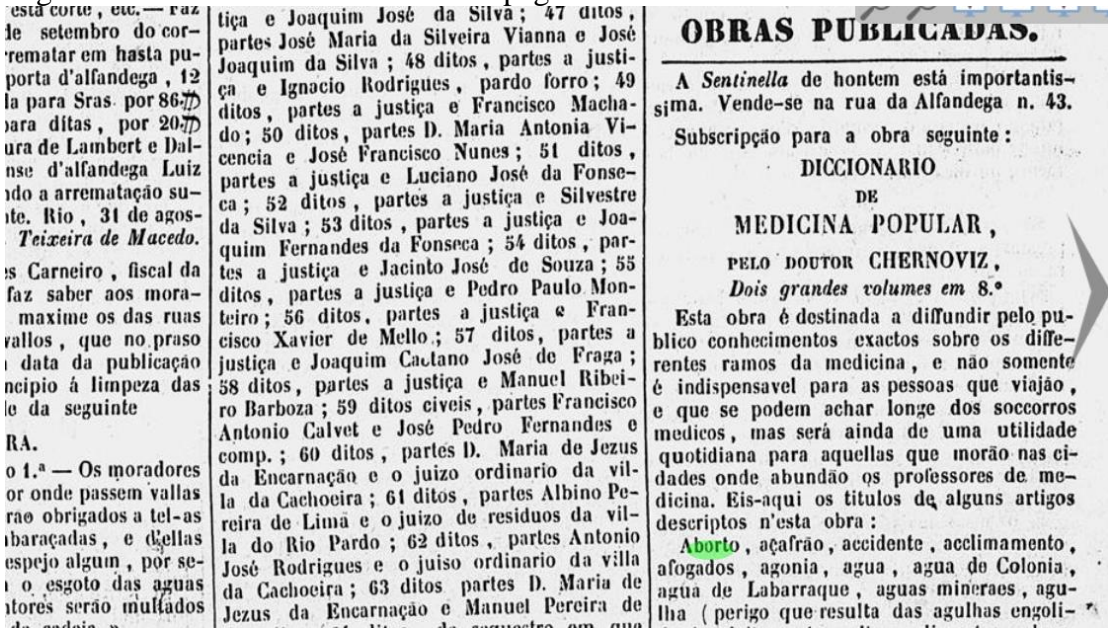
à produção de algum efeito de veracidade. A dramaticidade prepondera no *fait divers*, que além de “informações banais, esse tipo de notícia repassa outras instruções de uso aos interlocutores: ativam excedentes de significação para muito além da informação. Essas notícias [...] desencadeiam nos interlocutores performances cognitivas e metacognitivas de exploração permanente entre o verossímil e o inverossímil, o absurdo e o normal” (MOTTA, p.95-96, 2013).

O segundo registro sobre aborto também remete à lógica do *fait divers*. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 30/06/1841 (edição 141), apresentava na página 3 o título “Leilão de gênero”, na seção “Leilões”, tratando da venda de “trastes concernentes ao espólio da finada Emilia Roza dos Santos, e outros móveis e fazendas por conta de quem pertencer, ouro, prata, relógios, quinquilharias, [...] e mais artigos. 1 frasco de cristal guardando um aborto de criança”¹⁴. Nesse caso, a natureza extraordinária do anúncio surge de imediato, tendo em vista a situação ímpar informada pela venda de um feto abortado, noticiada de forma banal, em meio a outras notícias consideradas diversas.

Chama atenção ainda, no âmbito da reflexão sobre palavras e coisas que ampara este estudo (FOUCAULT, 1999), que o aborto seja “de criança”, o que possivelmente remete ao imaginário que equiparava, já naquele momento histórico, feto à criança, como lembra o próprio Código Penal do Império ao tratar do crime de aborto na seção de “Infanticídio”. Além disso, a figura do feto já estava, naquela época, inscrita em um processo de tematização social e científica, conforme aponta Duden (1996). Através de um conjunto de discursos, como anatomia (séc. XVI), embriologia (séc. XVII), direito moderno (séc. XVIII) e também narrativas teológicas (séc. XIII), e do advento e incremento de técnicas de impressão, o feto assimilava um status (e uma imagem) específico, assumindo o lugar de objeto/sujeito histórico, ontologicamente singular, e passando a frequentar as narrativas jornalísticas no Brasil do século XIX. Nesse contexto, é possível identificar elementos de uma atração mórbida associada ao fenômeno do aborto.

¹⁴ Grafia original: “trastes concernentes ao espólio da finada Emilia Roza dos Santos, e de outros moveis e fazendas por conta de quem pertencer, oiro, prata, relosjos, quinquilharias, [...] e mais artigos. 1 frasco de cristal guardando um aborto de criança”.

Figura 2 – *Diário do Rio de Janeiro* – página 2 – 01/09/1842¹⁵



O *Diário do Rio de Janeiro*, de 01/09/1842, edição 192, trazia na página 2 (Figura 2), na seção “Obras publicadas”, a notícia sobre o livro *Diccionario de Medicina Popular*, do Doutor Chernoviz. O texto informava que a obra tinha como objetivo difundir “conhecimentos exatos sobre os diferentes ramos da medicina” e era útil tanto para viajantes que se encontrem longe do socorro médico quanto para o uso cotidiano mesmo em cidades “onde abundam os professores de medicina”. Entre os artigos que integravam o livro estavam “aborto, açafraõ, acidente, aclimamento, afogados, agonia, água, água de Colônia, [...] amor, aneurisma, [...]”, entre outros tantos assuntos. O texto dividia a página com assuntos de outras seções, como “Editaes”, “Communicado”, “Declarações”, “Repart. de Polícia”, que versavam sobre eventos sociais, vendas, anúncios de leilões, obras públicas, processos judiciais, prisões etc, num formato editorial típico da época.

¹⁵ As imagens exibidas nesta tese contêm com frequência setas e símbolos de zoom, localizadas nas extremidades laterais e nos cantos superiores. São ferramentas próprias para a consulta online do acervo da Hemeroteca Digital e não estão sujeitas à edição ou apagamento. Igualmente, é recorrente que uma mancha verde destaque a palavra aborto, o que faz parte do mecanismo de leitura ótica da Hemeroteca que permite identificar o termo.

Figura 3 – *Diário do Rio de Janeiro* - página 2 - 03/07/1844

<p style="text-align: center;">CORRESPONDENCIAS.</p> <p style="text-align: center;">CLINICA HOMŒOPATHICA.</p> <p>Rogo-lhe Sr. Redactor a publicação dos seguintes factos : sirvão elles para excitar o homem medico ao estudo e pratica da homoeopathia. Não intentento inculcar-me como se poderá suppor : não, se meu alvo esse fosse, teria de a muito accettata refeitadas offerlas de pessoas sizudas que pela Imprensa hão querido agradecer-me; e um ou dous annuncios d'esse genero que apparecerão, só d'elles tive conhecimento quando os li no <i>Jornal do Commercio</i>.</p> <p>Os factos de cura que vou citar tiverão logar n'esta cidade; pessoas mul fidedignas e conhecidas os poderão attestar, e se narrando-os, alguém julgar-me menos viridico, poderá citar-me a parte em que eu tiver faltado a fidelidade.</p> <p>Antes de meu trabalho clinico direi: que a homoeopathia me tem dado tão bons resultados nas molestias chronicas, como nas agudas, e que é n'estas ultimas que melhor se pode avaliar a força, promptidão e energia da parte dos medicamentos, como igualmente da susceptibilidade demastadamente pronounciada do organismo</p>	<p>— Pela secretaria do imperio se faz pu á cadeira publica de ultimamente annuncia rente, fica transferid mesmo, á hora e ne cretaria de estado do em 2 de julho de 18 <i>Paiva Guedes de An</i></p> <p style="text-align: center;">BANCO C</p> <p>A direcção do Ban aos Srs. accionistas videndo do semestre e quinhentos réis po pagamento no dia 8 do Banco Commercial 2 de julho de 1844. -</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

No mesmo *Diário do Rio de Janeiro*, o tema do aborto appareceria na data de 03/07/1844, edição 6656, na página 2, seção “Correspondências”, com o título “Clínica Homeopática” (Figura 3), de autoria de Duque-Estrada (Figura 4). Nas notas, o autor descrevia algumas situações em que medicamentos homeopáticos foram eficientes para resolver problemas de saúde. Entre os casos, dois tratavam de mulheres grávidas. O primeiro referia-se à “Sra. do Sr. Mattos”, grávida de três meses que sofrera uma queda que lhe causou “uma forte pancada na região do baixo abdômen, sentindo pouco tempo depois todos os sinais preconizadores do aborto”.¹⁶

¹⁶ “uma forte pancada na região hypogastrica, sentindo pouco tempo depois todos os signaes preconizadores do aborto”

Figura 4 - Diário do Rio de Janeiro – página 2 - 03/07/1844

<p>m S. S. se ha mostraculando uma me-presidente advoga a io, e que elle empreito pequena escala, e ante as conveniencias a a quantia (que julrancos, marcada para a respeitavel casa do kerque, obrigou-se a r esse preço: assim, iverim nas condições repudiados; e quidice, que a dita quant é dada pela qualida-individuos contrata-lemnisação das des-medorias, e incomo que nao importa s que de máus colobyio, tanto custaria ros: não é pois, sadiminuta somma que r bons colonos para mo S. Ex procedeo, trato muita garantia, m summa são as van-</p>	<p>nor pressao sobre o estomago, vomitos de sangue, resfriamento de extremidades. Uma dose de aconito fez cessar os vomitos; repeti-a no seguinte e 4.º dia, e nada mais foi mister. Quasi 2 annos se hão passados, e esse menino nédio e bello existe ainda hoje sem ter sentido desde então o mais pequeno incommodo.</p> <p>2.º CASO.</p> <p>A Sra. do Sr. Mattos estabelecido na rua de S. Clemente, achava-se no 3.º mez de gravidez quando recebeu uma forte pancada na região hypogastrica em consequencia de uma queda, sentindo pouco tempo depois todos os signaes preconizadores do aborto; a hemorragia uterina foi tão excessiva, que chegou a causar-lhe o desfalecimento; alguém antes de mim lhe prestou socorros, porém infructuamente. Foi chamado a vel-a, e a encontrei assaz abatida, seu rosto mui pallido e frio, pulso fraquissimo, voz sumida, útero mui sensível com fortes contrações, a hemorragia continuava. Nestas circumstancias ministrei-lhe uma gota da 15.ª diluição de Pulsatilla, que satisfez completamente minhas vistas.</p> <p>3.º CASO.</p> <p>Sophia, escrava da Sra. D. Estella Joaquina de Moraes, tem abortado 7 ou 8 filhos, o que ordinariamente acontece do 2.º para o 3.º mez. Os abortos são annunciados por vomitos seccos ou biliosos, apparecendo logo a pos estes a hemorragia uterina, e poucos instantes depois tem lugar a sahida do feto. Muitos melos em outras occasões se empregarão mas sem efficaçia. Gravida actualmente pela 7.ª ou 8.ª vez, é no periodo do costume sorprendida pelos vomitos, seu primeiro signal de aborto, os quaes cedem immediatamente a uma dose da 15.ª dynamisação de belladonna, e ella passa sem mais novidade ao 3.º mez. Na passagem porém do 3.º para o 4.º, reaparecem os vomitos e a hemorragia se manifesta acompanhada de contrações dolorosas do utero, dor por todo o ventre etc. oo/, de nux-vomica faz cessar toda a desordem, e actualmente está no seu 6.º mez.</p>	<p>meltidos Correo geral da cõrte, 1.º de julho de 1844. — O administrador, José Maria Lopes da Costa.</p> <p>— Reune-se hoje quarta feira, o conselho da sociedade Amante da Instrucção. — Luiz Antonio da Silva Nazareth, 1.º secretario.</p> <p>CONTINUAÇÃO, DA SUBSCRIPÇÃO PROMOVIDA, pelas Irmandades do Santissimo Sacramento e do Patriarca S. José d'esta cõrte, por si e pelos fieis devotos, para com seu producto comprarem um orgão para as mesmas duas irmandades, a saber:</p> <p>Os Illms. Srs.</p> <table border="0"> <tr> <td>Transporte.....</td> <td>2:325</td> </tr> <tr> <td>Eleuterio José de Souza.....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Um anonimo.....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>José Luiz Teixeira e Loureiro.....</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>Pacheco.....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>C. Marim.....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Antonio Pinto Costa Saraiva.....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Antonio Luiz dos Santos Lima.....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Raimundo Rodrigues dos Santos....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>D. Raton.....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>José Rodrigues dos Santos.....</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Joaõ Francisco de Pinho.....</td> <td>10</td> </tr> </table>	Transporte.....	2:325	Eleuterio José de Souza.....	10	Um anonimo.....	10	José Luiz Teixeira e Loureiro.....	16	Pacheco.....	10	C. Marim.....	10	Antonio Pinto Costa Saraiva.....	10	Antonio Luiz dos Santos Lima.....	10	Raimundo Rodrigues dos Santos....	10	D. Raton.....	10	José Rodrigues dos Santos.....	10	Joaõ Francisco de Pinho.....	10
Transporte.....	2:325																									
Eleuterio José de Souza.....	10																									
Um anonimo.....	10																									
José Luiz Teixeira e Loureiro.....	16																									
Pacheco.....	10																									
C. Marim.....	10																									
Antonio Pinto Costa Saraiva.....	10																									
Antonio Luiz dos Santos Lima.....	10																									
Raimundo Rodrigues dos Santos....	10																									
D. Raton.....	10																									
José Rodrigues dos Santos.....	10																									
Joaõ Francisco de Pinho.....	10																									

O autor relata a “hemorragia excessiva” que causou o desmaio da mulher. Submetida a exames pelo autor, a mulher foi descrita “assaz abatida, seu rosto mui pálido e frio, pulso fraquissimo, voz sumida, útero mui sensível com fortes contrações”. Para resolver o caso, o autor relata que administrou “uma gota da 15ª diluição de Pulsatilla, que satisfez completamente minha vistas”.

O outro caso referia-se a “Sophia, escrava da Sra. D. Estella Joaquina de Moraes”, que naquele momento já abortara entre sete e oito vezes, geralmente do 2º para o 3º mês. Os abortos eram precedidos por “vômitos seccos ou biliosos, apparecendo logo depois a hemorragia uterina, e poucos instantes depois tem lugar a saída do feto¹⁷”. O autor relata que, uma vez mais acometida a mulher dos vômitos, forneceu-lhe “uma dose da 15ª dynamisação de belladonna”. A mulher, então, chega ao 3º mês de gestação sem problemas. Na passagem do 3º para o 4º mês, os vômitos, a hemorragia e as contrações ressurgem. É administrada dose de “nux-vomica”, que interrompe “toda a desordem, e atualmente está no seu 6º mes”.

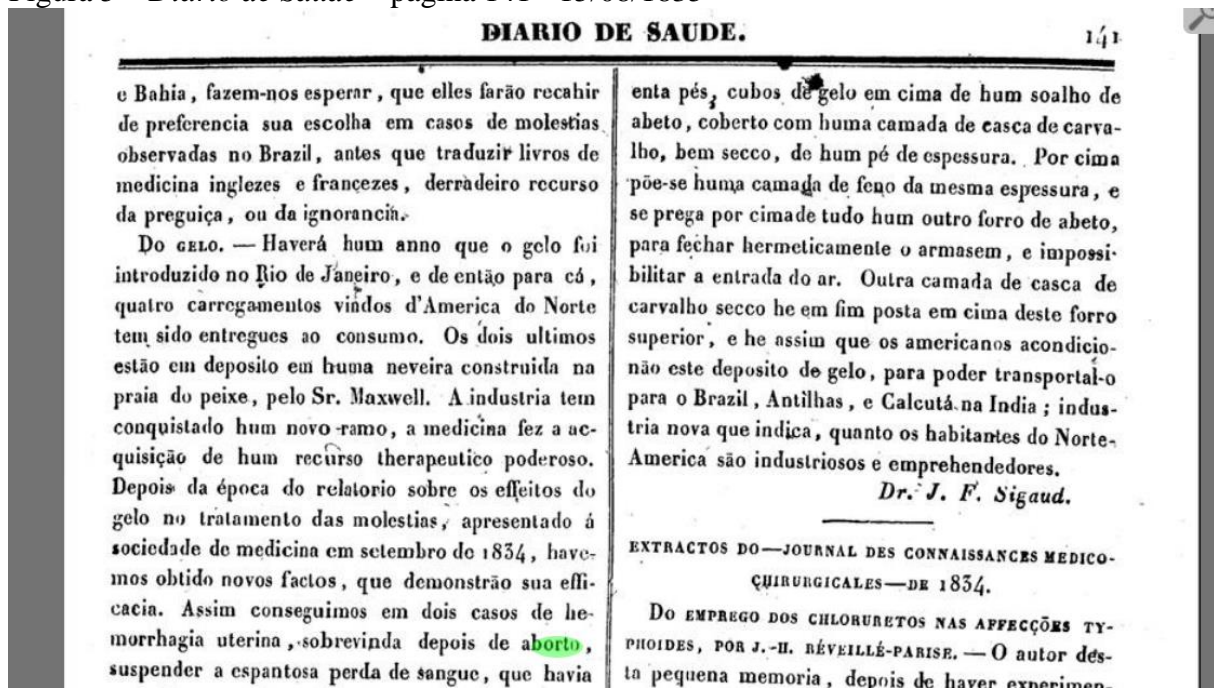
Há nesses dois últimos relatos sobre aborto um novo elemento a se destacar: a tematização médica do assunto, revelando a entrada em cena de uma linguagem específica para narrar o assunto, o discurso científico, localizado editorialmente como uma notícia diversa, embora naquele período a circulação de notícias científicas, por meio de periódicos do gênero, fosse uma marca da emergente esfera pública e letrada (BARBOSA, 2013;

¹⁷ Grafia original: “vômitos seccos ou biliosos, apparecendo logo a pos estes a hemorragia uterina, e poucos instantes depois tem lugar a sahida do feto”.

MOREL, 2016). A presença e protagonismo social dos médicos eram, conforme Pedro (2003) expõe, decisivos para a construção de imaginários sobre sexualidade, corpos e, particularmente, sobre a questão do aborto ao longo do século XIX.

No *Diário de Saúde*, edição 18, de 15/08/1835 (Figura 5), o tema foi apresentado novamente através do discurso médico-científico. Na página 141, o Dr. J. F. Sigaud relatou o uso e a eficácia do gelo para tratar de diversas moléstias, entre as quais hemorragias ocasionadas por abortos. Discorrendo sobre novos fatos que demonstravam a eficácia do gelo, o autor afirmou que “[...] conseguimos em dois casos de hemorragia uterina, sobrevinda depois de aborto, suspender a espantosa perda de sangue, que havia resistido aos meios ordinários. Uma bexiga cheia de pedaços de gelo, e posta sobre os rins, bastou para operar uma súbita suspensão do fluxo hemorrágico”.

Figura 5 – *Diário de Saúde* – página 141 - 15/08/1835



Esse tipo de narrativa, conforme se nota, foi recorrente ao longo do século XIX, na medida em que a nação brasileira erigia-se e formava suas instituições com base em referenciais iluministas, característicos da Modernidade, na qual o discurso das Luzes era tido como o caminho ideal para o aperfeiçoamento moral e material das sociedades. Conforme Morel (2013) sublinha, as camadas privilegiadas e abastadas do Brasil da primeira metade do século XIX tinham formação predominante nos campos do Direito e da Medicina. A chamada “nobreza cultural”, fundamental para a invenção da esfera pública brasileira, estava

interessada na questão do aborto, incluindo-a no privilegiado espaço de produção de narrativas jornalísticas e impressas.

[...] tal presença de médicos na vida pública já em princípios do XIX é uma das novidades da modernidade política que se implantava no Brasil. A presença pública dos médicos marcaria aquele século, no qual os esforços higienistas e de controle médico eram componentes essenciais na construção de um espaço público moderno. Pode-se acrescentar ainda que as próprias características da atividade profissional dos médicos, com suas movimentações e contato com número crescente de pacientes, além da autoridade que o domínio científico lhes conferia, permitia a formação de clientela, de redes de laços pessoais (MOREL, 2016, p. 217-218).

Mais do que uma descrição terapêutica e da farmacopeia existente, em que sangue e corpo humano protagonizam a cena, as narrativas expressam um discurso científico em pleno estado de especulação, de experimentação, como se o aborto fosse, ele próprio, um evento de reflexão sobre o saber teórico e sua conseqüente prática. Nesse terreno, a ciência médica tomaria a dianteira na narrativização do tema, sendo então capturada por referências de outros campos de saber, sobretudo quando clamores regulatórios de ordem jurídico-legal aparecem.

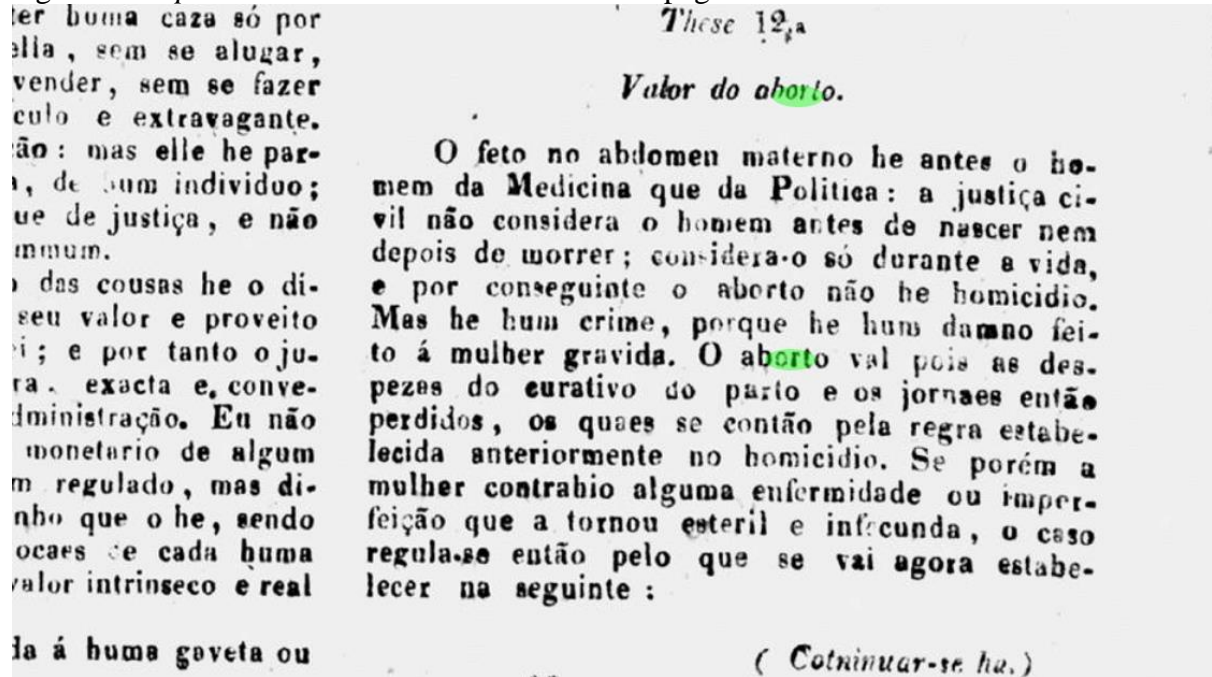
1.2 Narrativas jurídicas e médicas: moralidade e feto na esfera pública

No mesmo periódico, em sua edição 39 do ano de 1836, foi listado na página 7 o estatuto com uma série de regras que conferiam à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro a categoria de Academia. Foram informadas regras de organização administrativa, bem como artigos de punição para os médicos associados. O artigo 26 estabelecia que “serão riscados do corpo da academia” os membros que “descerem da sua dignidade, passando atestações falsas, os que fornecerem substâncias que ocasionem aborto, ou derem conselho para tal fim, e os que tiverem uma conduta notoriamente depravada ou imoral”.

O periódico *Imperio do Brasil: Diario Fluminense*, do dia 09/03/1831, edição 17, trazia na página 15, na seção *ARTIGOS NAM OFFICIAES*, assinado pelo Sr. Redactor, uma reflexão sobre o Código Penal (Figura 6). O autor argumentava que, tendo o Brasil naquele momento um Código Penal, “cheio de filosofia, e feito por uma Assembleia composta de varões muito conspícuos por sua sabedoria”, seria um esforço engenhoso e necessário ao aprendizado a publicação de uma *Theoria das Penas*. Começava a partir daí a enumerar “Theses”. A “These 12” intitulava-se “Valor do aborto”, na qual o autor relatava que “o feto no abdômen materno é antes o homem da Medicina que da Política: a justiça civil não considera o homem antes de nascer nem depois de morrer; considera-o só durante a vida, e por conseguinte o aborto não é homicídio. Mas é um crime, porque é um dano feito à mulher

gravida”¹⁸. A sequência do texto é inacessível pois o parágrafo é abruptamente descontinuado sem explicações - presume-se por causa das condições precárias de instalação, manutenção e operacionalização da tipografias naquele período, conforme relatado por Barbosa (2013).

Figura 6 - *Imperio do Brasil: Diario Fluminense* – página 15 - 09/03/1831



Nesses dois últimos registros, é possível notar que a tematização do aborto incorpora aspectos médicos e jurídico-legais (prevalentes naquela esfera pública), que giram em torno sobretudo da ideia do aborto como crime contra a vida, tal como o então vigente Código Penal definia. Tais dados são importantes, pois situam o tema em um cenário narrativo mais amplo, complexo, congregando noções que o habilitam a diferenciar-se do fenômeno do *fait divers*. O aborto adquire contornos de um assunto específico, com um “horizonte nomeado” (BARTHES, 1964), passando a mobilizar, através de reflexões sobre vida e morte, narrativas com destacado valor emocional no horizonte crispado do Brasil do início do século XIX.

Particularmente no universo jornalístico do Brasil do século XIX, as emoções ocupavam um lugar de relevo. Partindo de um olhar antropológico que compreende as emoções como estados mediados por repertórios culturais, e não como fenômenos espontâneos ou meramente naturais, Le Breton (2009) argumenta que as emoções não devem ser vistas como experiências universais e estáveis. Para o autor, os estados afetivos são

¹⁸ “o feto no abdômen materno he antes o homem da Medicina que da Politica: a justiça civil não considera o homem antes de nascer nem depois de morrer; considera-o só durante a vida, e por conseguinte o aborto não he homicidio. Mas he um crime, porque he hum damno feito á mulher gravida”

condicionados pelo grupo social em que se vive, no qual a moral desempenha papel relevante na constituição da sensibilidade.

Em uma aproximação com a Comunicação, é razoável pensar as emoções como fenômenos submetidos a mediações, isto é, aos filtros sociais diversos que moldam um grupo. Conforme Siqueira (2015) aponta, os processos midiáticos também estão inseridos na dinâmica simbólica das emoções, ativando repertórios culturais e (re)produzindo estados afetivos por meio de notícias. Também E. D. Siqueira (2015) destaca como os meios de comunicação constituem mediadores das emoções, inclusive autorizando ou deslegitimando estados afetivos. O aborto passava a integrar esse cenário crispado, com suas emoções extremadas, que condicionava afetos em relação ao tema do aborto.

Os últimos registros sobre o tema foram encontrados na *Revista Médica Fluminense*, edição 1, de 01/04/1836. A publicação é citada por Morel (2016) como tendo sido um ator social importante na construção da esfera pública no século XIX, bem como no estímulo a formas de sociabilidade baseadas em associações (tais como a Maçonaria). Conforme é evidente, trata-se de uma narrativa no âmbito do discurso médico-científico. O aborto era cada vez mais uma temática de interesse das Luzes tropicais, imbricada em um contínuo narrativo que articulava leis, impressos e imaginário científico nas relações sociais.

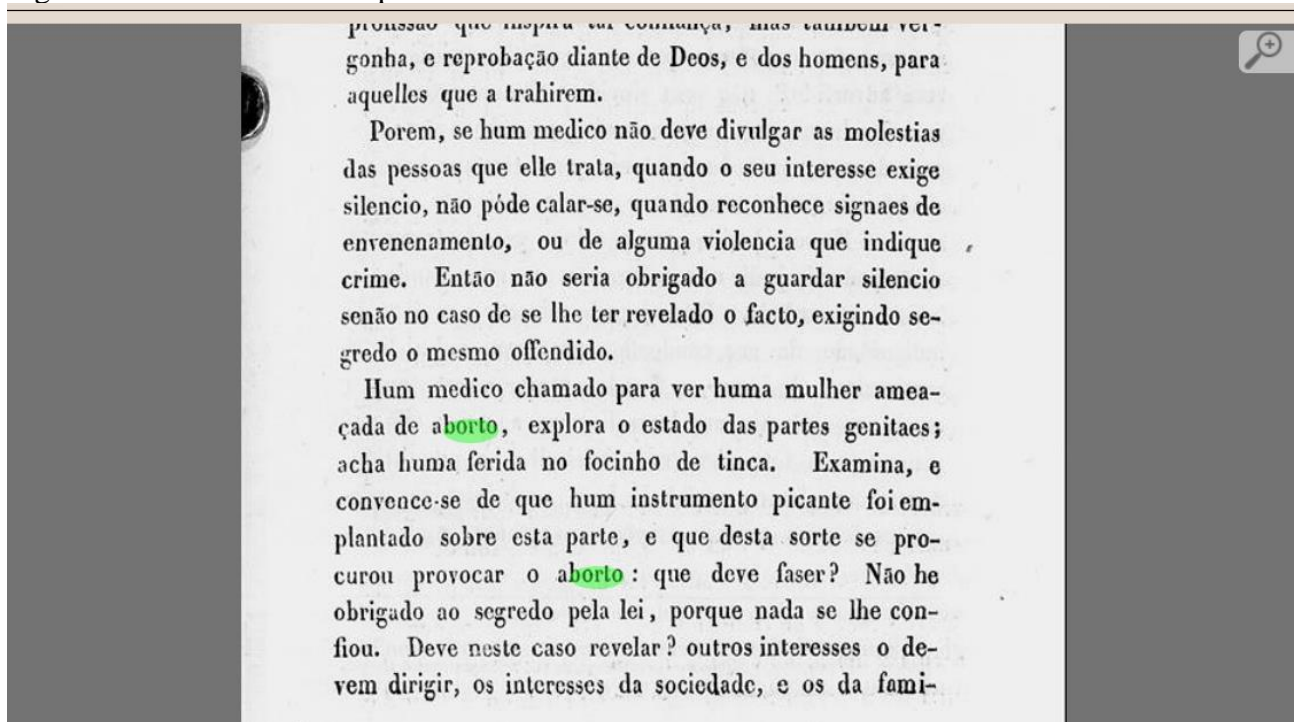
A primeira menção situa-se na página 27 e refere-se ao discurso proferido pelo Dr. José Martins da Cruz Jobim, inaugurando seu curso de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Argumentando sobre a importância da Medicina Legal para a Justiça Civil e Criminal, o autor afirmou que “vários gêneros de assassinatos, como o envenenamento, o aborto, o infanticídio, podem ser perpetrados sem que haja outro meio de mostrar a sua existência, que não seja o exame do Médico-Legista”, apontada como a ferramenta mais importante de um processo judicial.

A segunda citação ocorre nas páginas 268 e 269 (Figuras 7 e 8), sendo parte do discurso do Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles, então presidente da Academia Imperial de Medicina. Em determinada parte, o autor reflete sobre a questão do sigilo médico em relação à saúde dos pacientes. Discorrendo sobre a situação de um médico chamado para atender uma mulher com risco de abortamento, acometida de feridas na região genital causadas por algum objeto cortante, o autor afirma que tratava-se de um caso de tentativa de indução ao aborto. Nesse contexto, “que deve fazer? Não é obrigado ao segredo pela lei, porque nada se lhe confiou. Deve neste caso revelar?”, questiona.

De acordo com o autor, a situação deveria ser regida por dois interesses: da sociedade e da família. Para saber qual interesse a prevalecer, seria necessário saber o porquê do

ferimento. “Se o crime foi cometido por um médico, uma parteira, que pode ter muitas vezes ocasião de cometer semelhantes crimes, e que pode muitas vezes fazê-lo impunemente, o interesse da sociedade exigiria que se denunciasse, sem hesitação, semelhantes tentativa; uma única consideração deverá reter-nos, e é a que se tira da posição da mulher, em quem se tentou o aborto sem sucesso. Se a marcha do processo deve desonrar uma mulher até então honesta, e em quem o desejo de escapar à vergonha das consequências de uma sedução foi a única causa do crime, o médico não deve hesitar em guardar o segredo: o homem de bem não deve certamente levar a vergonha, a desgraça a uma família honrada, com o fim de chamar sobre a cabeça de um miserável a vingança das leis”¹⁹.

Figura 7 – *Revista Médica* – p. 268 – 01/04/1836

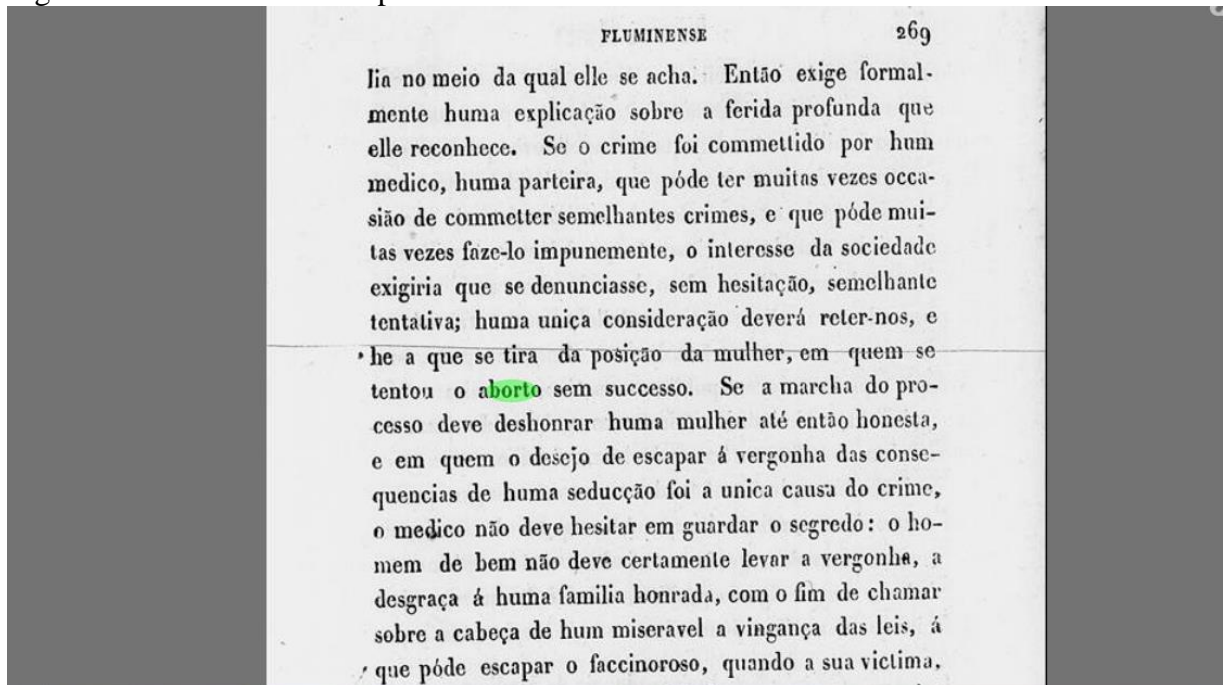


Em outras palavras, o autor argumenta que o crime do abortamento induzido deveria ser denunciado caso cometido por um terceiro. Por outro lado, se o aborto tiver sido manejado com o intuito de encerrar uma gestação fruto de um caso extraconjugal ou pré-matrimonial, o sigilo é recomendado como uma maneira de preservar a honra da família, o que no caso

¹⁹ Grafia original: “Se o crime foi cometido por um medico, huma parteira, que pode ter muitas vezes ocasião de commetter semelhantes crimes, e que póde muitas vezes faze-lo impunemente o interesse da sociedade exigiria que se denunciasse, sem hesitação, semelhantes tentativa; huma única consideração deverá reter-nos, e he a que se tira da posição da mulher, em quem se tentou o aborto sem sucesso. Se a marcha do processo deve deshonrar huma mulher até então honesta, e em quem o desejo de escapar á vergonha das consequencias de huma seducção foi a única causa do crime, o medico não deve hesitar em guardar o segredo: o homem de bem não deve certamente levar a vergonha, a desgraça á huma família honrada, com o fim de chamar sobre a cabeça de hum miserável a vingança das leis”.

daquele contexto histórico, remetia diretamente à figura masculina (o patriarca ou o marido). É nítido como o tema adquire proporções notadamente morais, pois congrega valores e concepções sobre práticas que, socialmente, são objetos de disputa e desigualdades de poder. Isso fica claro quando entram em cena estados afetivos como “vergonha”, por exemplo, que conferem um valor emocional à tematização do aborto, narrado como algo infamante (a depender do contexto e circunstâncias, evidentemente). Há, nesse sentido, um regime de simbolização do aborto explicitamente ambivalente, no qual também é possível enxergar a gestão social dos desejos, bem como a instituição de afetos conforme a situação.

Figura 8 – *Revista Médica* – p. 269 – 01/04/1836



1.3 Considerações finais

É importante frisar determinados aspectos sobre as narrativas da prática do aborto na imprensa brasileira nas décadas de 1830 e 1840. Em primeiro lugar, o assunto estava presente no discurso jornalístico daquele momento, ainda que de maneira pontual e isolada, o que traz à tona novos dados sobre os estudos sobre interrupção da gravidez. Assim, pode-se afirmar que, na primeira metade do século XIX, o aborto integrava a realidade social através do processo que Martín-Barbero (2009) define como mediação, isto é, era um assunto presente tanto nas interações sociais quanto nos canais e instituições pelos quais as sociedades se comunicam e se estruturam. A gênese da esfera pública brasileira não foi silenciosa em relação à interrupção da gravidez, sendo os jornais um motor não só dessa esfera pública, mas

também um propulsor de sociabilidades informais e de imaginários, num contexto de belicismo verbal e panfletarismo injurioso.

Do ponto de vista editorial, o tema foi noticiado de maneira destacada como uma notícia diversa (*fait divers*), isto é, apresentado como um fato total que independe de complexidade e encerra-se em si próprio (BARTHES, 1964). O aborto como *fait divers* remete à notícia cuja densidade – seja pela surpresa, horror ou emoção despertada – reside exclusivamente em sua enunciação como informação. Por isso, são narrativas marcadas pela brevidade e desvinculadas de tensões políticas e morais complexas.

Em tais casos enquadram-se as duas primeiras menções ao tema: a referente à biografia da Rainha Adelaide (Figura 1, p. 39) e a do leilão no qual seria posto à venda um frasco com um “aborto de criança”. Em ambas tematizações, nota-se que não há a necessidade de um conhecimento prévio para lidar com os registros, pois ali está contido todo o saber necessário para sua compreensão. Pode-se dizer que são mediações casuais e dispersas, ainda que não se possa desconsiderá-las porque operam num registro em que o trivial e o extraordinário são evocados, gerando repercussão emocional. Afinal, nenhuma notícia se constitui no vácuo, estando ligada a uma rede simbólica de critérios que autorizam sua existência.

Graficamente, a temática do aborto foi praticamente invisível nos títulos e estruturas editoriais mais destacadas, estando perdida em meio a uma arquitetura textual pesada, composta basicamente por texto. Há, portanto, um baixo protagonismo gráfico e visual, o que não reduz o peso simbólico e valor social da prática.

Em termos propriamente narrativos, o discurso médico-científico é um operador relevante da mediação jornalística do aborto. Isso fica evidente nas demais menções ao tema. Chama atenção, particularmente, a tematização no contexto de reflexões sobre ferramentas clínicas para lidar com o evento do aborto. São os casos dos textos destinados a pensar formas de tratar o fenômeno que, situados no campo do discurso médico, enfatizam o cuidado com a mulher e seu corpo, bem como atentam para o alívio do sofrimento das mesmas.

A narrativa médica disseminava-se socialmente no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, num contexto de apetite por conhecimento. Assim, observa-se um fenômeno que, em franca expansão na França (AURENCHE, 2011), parece se replicar no Brasil, especialmente num Rio de Janeiro cosmopolita: o desejo de informar e esclarecer, por meio de espécies de manual de saúde que buscavam instruir e propagar ciência, com o objetivo estratégico de esclarecer mentes para lograr o progresso. Os jornais, nesse contexto, serviam também como livros e cursos.

Nesse sentido, é digno de nota que narrativas fossem capitaneadas por membros de classes abastadas, especialmente indivíduos com alta escolarização, o que insere o debate sobre aborto no contexto das transações intelectuais e culturais que ocorriam, pelas páginas dos jornais, entre o Rio imperial e países europeus irradiadores de conhecimento e saber das Luzes. O Iluminismo tropical também esteve interessado na interrupção da gravidez e lançava mão não só das Ciências Médicas.

Esse mesmo discurso médico que privilegiou abordagens preocupadas com o cuidado também marca um ponto de virada nas narrações sobre aborto. Através dele, o assunto passou a ser tratado de um ponto de vista mais crítico, complexo, de tom sobretudo moral e afetivo, e com a articulação a discursos mais amplos. A ruptura definitiva com o padrão *fait divers* acontece no momento em que a perspectiva médica aparece associada com uma perspectiva jurídico-legal. Isso é notado quando o aborto é informado como um acontecimento normatizado no âmbito da prática da Medicina, envolvendo questões relativas à ética profissional. Também é observado na discussão acerca do valor do aborto a partir da perspectiva do Direito. Médicos e juristas destacam-se como empreendedores morais da temática, tentando emplacar ideias e definir regras. Nesses casos, o debate incorpora elementos narrativos mais complexos, situando o aborto como um tema reivindicado por estruturas de saber, no âmbito de um jornalismo panfletário, afeito a injúrias e violências verbais variadas.

Aspectos emocionais emergem com mais evidência, em especial com as reflexões sobre a figura do feto, que é posto em linguagem e adquire valor simbólico e, portanto, torna-se personagem moralmente constituído e digno de encarnar a ideia de um feto autêntico (BOLTANSKI, 2004). Isto é, um corpo que não se encerra na sua condição carnal intrínseca, assimilando uma condição simbólica arbitrária, investida de valor que confirma compulsoriamente o seu pertencimento à humanidade. O feto, assim, tinha uma função e um papel social a cumprir em nome da moral e dos costumes, porque estava, antecipadamente, desde o ventre, integrado ao futuro pós-nascimento. O que Pedro (2003) identifica como um processo do século XX, qual seja, o da constituição de novos sujeitos, como “infanticidas”, “fetos” e “aborteiros”, pode ser vislumbrado anteriormente, na vida social e jornalística do século XIX. Assim, fenômenos como assassinato, morte e concepções absolutas da vida compõem um imaginário que a prática começaria a mobilizar com mais intensidade ao fim do século XIX.

2 “AMEAÇA DO FIM DO MUNDO”: NARRATIVAS “FETAIS” NOS ANOS 1890

No final do século XIX, o Brasil continuava a passar por mudanças paradigmáticas e profundas, após décadas de instabilidade política e social. Em 1888, a escravidão era oficialmente extirpada do ordenamento jurídico através da Lei Áurea. Pouco mais de um ano depois, no final de 1889, caía a Monarquia e emergia a República como sistema de governo, sendo o Rio de Janeiro palco principal desses desdobramentos. Contudo, antes mesmo de uma Constituição ser promulgada, em 1891, um Código Penal foi sancionado em 1890²⁰, o que revela a centralidade e o fascínio pela lei penal como ordenadora e estabilizadora da ordem social.

Estabilidade era algo que os novos dirigentes almejavam. Após um processo de transição republicana presidido por militares, sem mobilização e participação populares, feito, portanto, por setores abastados e com prestígio social, sem conflito, o novo regime surgia pacificamente. Suas bases ideológicas estavam amparadas no referencial iluminista em sua variante rígida e radical (positivismo), considerado como o caminho ideal para o progresso da nação.

A Constituição de 1891 tinha inspiração positivista e objetivava consolidar a Modernidade²¹ no país. Consagrava a separação entre Estado e Igreja. Se, de um lado, almejava a eliminação dos privilégios do mundo monárquico, por outro, definia parâmetros e normas jurídico-legais excludentes. Sendo a figura do povo considerada inculta, por estar desvinculada dos saberes iluministas e afastada dos parâmetros vigentes de progresso, os grupos dominantes republicanos interditarão o voto aos analfabetos e às mulheres. A Lei Áurea extinguiu formalmente a escravidão, embora a Constituição preservasse concepções racistas no ordenamento legal do país. Tal qual nas décadas de 1830/1840, as assimetrias sociais, especialmente as raciais e de gênero, permaneciam, tanto no plano abstrato das leis quanto na concretude do mundo cotidiano.

O papel dos jornais ao longo do século XIX é capital para a compreensão da construção da ordem social. O intercâmbio dos saberes e conhecimentos vindos da Europa colonialista, via material impresso, ajuda a entender a edificação das regras e normas legais do país, pois o racismo institucionalizado, assim como a ideia de heterossexualidade compulsória (essencial para a manutenção do modelo patriarcal e patrimonial que sustentava

²⁰ A íntegra do texto está disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>

²¹ De acordo com Morel (2016), “Modernidade é, entre outros fatores, caracterizada pela vontade de domesticar a natureza como caminho para o progresso da civilização” (p. 93).

as relações sociais), provinha, dentre outros fatores, do medo que as elites modernizadoras, com amplo e privilegiado acesso aos meios impressos, tinham em relação aos negros e ao povo. As elites eram a “normalidade”. Conforme relatam Corrêa e Karam (2018), ansiedades sexuais e de gênero²² compunham esse quadro social estruturado em torno de rígidas concepções morais e segregacionistas.

O Código Penal, promulgado em outubro de 1890 pelo marechal Deodoro da Fonseca, refletiria tal dinâmica no que tange aos seus rigores e controle sobre a vida sexual. De acordo com Corrêa e Karam (2018), houve um afrouxamento em alguns aspectos punitivos. Crimes policiais tornaram-se contravenções, como mendicância, vadiagem, capoeira etc. Aumentaram os recursos de defesa para acusados de crimes comuns, assim como o encarceramento foi restringido. Isso levou a críticas de juristas e médicos envolvidos com o universo penal e que eram inspirados pelos ideais positivistas e pela chamada criminologia “científica” (disciplina que se propunha, através do pensamento racional e de evidência naturais/biológicas, estabelecer e colocar à disposição ferramentas e concepções “infalíveis” para amparar leis, punir e corrigir delitos e delinquentes e, assim, ordenar e estabilizar a sociedade). O saber médico, cujas concepções foram centrais na formulação do Código de 1890, “concedeu nova dimensão à justiça, na medida em que lhe emprestou seu caráter de modernidade, consolidando a concepção de que a medicina voltava-se para o futuro, enquanto que a justiça sem a medicina estava presa ao passado” (PEDRO, 2003, p. 126).

No que tange especificamente aos crimes sexuais, novos parâmetros de disciplinamento moral surgiram. A família heterossexual permanecia como núcleo social, ao qual a lei penal arvorava-se do poder de regular de modo a assegurar o regime de moralidade e dos “bons costumes”. O crime de adultério, fundamental para a compreensão das relações de gênero naquele período, foi preservado, e o tratamento diferenciado para os cônjuges adúlteros definia assimetrias evidentes: contra o parceiro sexual da mulher adúltera só seriam consideradas legítimas as provas colhidas em “flagrante delito”. A figura do homem obtinha, assim, uma proteção legal, negada à mulher, cuja palavra, no imaginário corrente da época, era alvo de suspeitas e incertezas. Tais definições estavam largamente baseadas em um ideário biopolítico típico do pensamento positivista, para o qual a mulher era um sujeito importante socialmente na medida em que desempenhava o papel social de figura do lar, destinada a procriar e criar os filhos (ARILHA, CORRÊA, CUNHA, 2016).

²² Gênero, aqui, entendido como os papéis, atribuições e diferenças designadas socialmente entre homens e mulheres, embora naquele período (final do século XIX), o conceito mesmo estivesse longe de ser a definição de um marcador social. Apenas na segunda metade do século XX os estudos de gênero definiriam e consolidariam o conceito como ferramenta de análise científica.

No caso do aborto, o crime foi mantido na seção sobre a segurança da pessoa e da vida, ao lado das práticas de homicídio, suicídio e infanticídio, duelo e lesões corporais. O “Capítulo IV - Do Abôrto” definia como delito provocar a interrupção da gravidez, com penas de prisão variando de dois meses a seis anos. Se o aborto fosse seguido de morte da gestante, a pena de prisão variaria de seis a 24 anos. Nos casos em que o aborto fosse provocado por terceiros, como médico e parteira, a pena seria prisão e privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação.

Uma nova circunstância foi adicionada em relação ao texto penal de 1830. O auto-aborto, provocado voluntariamente pela mulher, tornou-se crime, com pena de um a cinco anos de detenção, reduzida em um terço caso fosse realizado com o intuito de “ocultar a desonra própria”, ou seja, em caso de gestação fruto de relacionamento extraconjugal ou pré-matrimonial. O texto da República previa ainda a figura do aborto legal, ou aborto necessário, destinado a salvar a vida da gestante. Caso o médico ou a parteira, procedendo nesse caso, ocasionasse por negligência ou imperícia a morte da mulher, a pena de prisão variaria de dois meses a dois anos.

Enquanto a República dava seus primeiros passos e o novo Código Penal entrava em vigor, transformações também se davam no universo da comunicação. Conforme Barbosa (2013) afirma, um novo regime de visualidade ganha corpo, especialmente porque as técnicas de impressão de imagens adicionam figuras e fotografias ao modelo até então predominantemente textual dos impressos. Também a autora ressalta que a ordem letrada expandia-se para além das camadas alfabetizadas e alcançava, por exemplo, os escravos, ex-escravos e outras camadas menos abastadas e/ou marginalizadas.

A segunda metade do século XIX no Brasil apresenta, também, algumas características que revelam a explosão da palavra impressa como “coisa visual” em meio à multiplicidade de cenas que se espalham pelos espaços urbanos, descortinando novo estatuto para as representações imagéticas. Ao lado de desenhos e fotografias que passam a ser em colados nos muros da cidade, jornais eram afixados nas portas das redações ou nos quiosques onde eram vendidos, começando a ser vistos também como imagens (BARBOSA, 2013, p. 150).

Assim, os percursos pelos quais a informação jornalística se disseminava passavam por um processo de expansão, capilarizando-se socialmente, tornando-se mais fácil de captura à medida que também iam sendo anunciados pelas reentrâncias urbanas, públicas e privadas, da vida no Rio de Janeiro. Revistas ilustradas e o gênero de folhetim ganhavam densidade ao ponto de a cidade ver surgir mais de 400 periódicos nas duas últimas décadas do século XIX.

Mas não era suficiente expor os jornais como coisa visual. Era preciso que os pequenos jornaleiros – filhos de escravos ou ex-escravos a maioria das vezes –

apregoassem pelas ruelas estreitas o nome do periódico que acabava de ser editado. A *Gazeta de Notícias* foi o primeiro a introduzir a novidade: sobraçando dezenas de exemplares, os pequenos vendedores passaram a gritar a partir de 1875 não apenas o nome do jornal, mas a notícia que certamente poderia mais chamar a atenção do público (BARBOSA, 2013, p. 151).

Cada vez mais, as mediações espraiavam-se através do incremento de técnicas de impressão e de configuração de informações em novos formatos, potencializadas ainda mais por estratégias de divulgação que iam ocupando as interações sociais. Conforme Sodré (1999) frisa, o final do século XIX marca o período em que a imprensa brasileira deixa de ser artesanal para se tornar uma atividade industrial. O jornal estava cada vez mais difícil de ser ignorado. Tinha-se tornado eixo de sustentação do regime sócio-cultural. “Pelas ruas nos bondes, encostados nos umbrais das portas, muitos liam os periódicos que comentavam as últimas notícias ou davam informações sobre o cenário político conturbado dos últimos anos do Império” (BARBOSA, 2013, p. 152). Assim, parece claro que as narrativas jornalísticas haviam se consolidado como fonte de representações a circular pela sociedade.

2.1 O mundo em perigo: narrativas “fetais” e a razão emotiva

Quando se avança no século XIX, pode-se constatar a crescente tematização sobre aborto na imprensa. Afinal, crescente era também o número de periódicos e impressos no Rio de Janeiro, o que obrigou a pesquisa a delimitar o escopo tendo como base os jornais *Gazeta de Notícias* e *Diário de Notícias*²³.

A *Gazeta de Notícias*, do dia 17/06/1890, trazia na página dois, em meio a um conjunto diverso de notas sobre prêmios lotéricos, obituários, classificados, missas, agenda de autoridades e informes sociais, um artigo assinado pelo Dr. Abel Parente em que o autor ataca a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro²⁴. O artigo, intitulado *A nacionalização e a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro – A minha descoberta*, menciona um método descoberto pelo Dr. Parente destinado a impedir a concepção. A invenção, que não é detalhada, é apontada como “uma das belas descobertas da ginecologia, destinada a prestar os mais relevantes serviços à humanidade sofredora, e da qual o autor não deseja fazer

²³ A *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias*, de acordo com Sodré (1999), desempenharam papel expressivo na campanha republicana, foram decisivos nos processos de aprimoramento de técnicas gráficas, constituindo, portanto, em títulos de destaque no Rio de Janeiro em finais do século XIX.

²⁴ Sociedades desse tipo são descritas no livro *La Civilisation du Journal* (KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Phillippe; THÉRENTY, Marie-Éve; VAILLANT, 2011) como abundantes na França durante o século XIX. No Brasil, fenômeno similar também ocorre, dando ênfase em aspectos sensacionais e fascinantes da ciência, apresentada como um ofício triunfante. A chamada « vulgarização » científica é vista como um signo da Modernidade, com evidente consequência cultural. Os intelectuais, ou sábios, são protagonistas da civilização do jornal também no Brasil, inspirados por aspirações pedagógicas voltadas para o « progresso ».

monopólio, apesar dos proveitos fabulosos que lhe podem advir”²⁵. Contudo, a nova técnica despertara incômodo e “ira” na instituição, a quem o autor acusa de “mesquinho espírito de inveja” e “censura” diante de um feito que em outros países seria digno de prêmio.

Questiona o autor como pode ser alvo de crítica algo que impede a concepção “nos casos em que a mulher grávida corre perigo de vida no parto ou a gestação que de modo algum pode seguir a sua marcha”. E conclui que “se nunca foram considerados senão uma descoberta benéfica os meios de provocar o aborto, nos casos reclamados pela ciência, não podem ser considerados senão uma descoberta de grande alcance e de mais larga e benéfica aplicação à clínica os meios de prevenir a concepção. No primeiro caso perpetra-se infanticídio, isto é, um crime, embora justificado pela ciência, além disso, a mãe corre perigo de vida, porque quando não produz a morte, determina quase sempre uma grave moléstia uterina; no segundo caso, ao contrário, não há infanticídio e a mãe não corre o mínimo perigo”.²⁶

Em primeiro lugar, chama atenção a evocação do “infanticídio” associado ao aborto, o que coloca em evidência a centralidade da figura do feto nos debates sobre o fenômeno. Não se trata de uma referência casual, e uma breve historicização contribui para compreendê-la. Duden (1996) sublinha que uma série de discursos, especialmente científicos e racionais, já demonstravam interesse em simbolizar e definir o embrião e o feto nos séculos anteriores, com o intuito de prover a figura de sentido e valor ontológico. Essa espécie de valoração provinha também de outros núcleos narrativos, tais como o religioso, que contribuía para abastecer camadas do imaginário a respeito do aborto.

No contexto brasileiro, em que o Cristianismo é um eixo ordenador de imaginários e de cultura (PARKER, 1991), uma gama de narrativas e representações teológicas tratam com inquietação a questão do aborto. É importante ressaltar, mais do que garimpar e escavar analiticamente milênios de doutrinas da era cristã, que o tema está situado em um território de disputa e controle na medida em que é definido como pecado. Tanto Pedro (2003) quanto Boltanski (2004) apontam os debates e dissensos teológicos ao longo de séculos,

²⁵ Grafia original: “*uma das belas descobertas da gynecologia, destinada a prestar os mais relevantes serviços á humanidade soffredora, e da qual o auctor não deseja fazer monopolio, apezar dos proveitos fabulosos que lhe podem advir*”

²⁶ Grafia original: *nos casos em que a mulher gravida corre perigo de vida no parto ou a gestação que de modo algum pôde seguir a sua marcha*”. E conclui que “*se nunca foram considerados senão uma descoberta benéfica os meios de provocar o aborto, nos casos reclamados pela sciencia, não podem ser considerados senão uma descoberta de grande alcance e de mais larga e benéfica aplicação á clinica os meios de prevenir a concepção. No primeiro caso perpetra-se infanticidio, isto é, um crime, embora justificado pela sciencia, além d’isso, a mãi corre perigo de vida, porque quando não produz a morte, determina quasi sempre uma grave molestia uterina; no segundo caso, ao contrario, não ha infanticidio e a mãi não corre o minimo perigo*”.

intensificados a partir do XIX, em torno da reivindicação da animação do feto, isto é, do momento em que o embrião já pode ser considerado portador de alma e/ou vida. Ao final do século XIX, a Igreja estabelece, sob influência do saber médico (PEDRO, 2003), que a alma instala-se no momento da concepção. O aborto torna-se, assim, um grave pecado. Ocorre um processo que Le Naour e Valenti (2003) classificam como individualização do feto.

De acordo com Leocádio (2006), a condenação ao aborto esteve e está ligada a duas percepções. Primeiro, ao ato de ruptura com a finalidade reprodutiva da relação sexual. Particularmente, na doutrina católica, a moral dominante impõe a concepção como resultado necessário do engajamento sexual, colocando em evidência também a exigência do sexo matrimonial e heterossexual – que transportado para o domínio da ciência e do mundo econômico seria identificado, via a lógica do biopoder e da biopolítica²⁷, como “normalidade” destinada a gerir tanto o corpo individual quanto social, garantindo sua estabilidade, higidez e controle (FOUCAULT, 1993; 2012). A vida, seja pela via da religião, seja pela via da ciência, seja pela articulação de ambas, era explicada por uma chave de leitura de “normalidade” que se pretendia natural, essencializante. Em segundo lugar, a proibição moral ao aborto está ligada a um posicionamento ontológico, ou seja, a suposição de que a vida inicia-se no momento da concepção e que o embrião, no seu primeiro momento, já está investido de singularidade e alma. Trata-se do entendimento do feto como uma pessoa, portadora de alma, à qual o aborto representa, portanto, uma violação à vida humana.

No texto do Dr. Abel Parente, o aborto aparece como um crime pois atentaria contra a vida já concebida, mesmo que justificado para salvar a vida da gestante. Nota-se que o Código Penal de 1890 tratava do aborto e do infanticídio como eventos distintos, em capítulos diferentes, ainda que os situasse dentro de um mesmo núcleo semântico (Título X – “Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida”). Nesse contexto, a condição de pessoa humana atribuída ao embrião/feto é um elemento central para a compreensão do argumento apresentado pelo autor. O método contraceptivo seria uma forma de evitar que uma vida fosse ceifada. Ainda assim, chama atenção como uma narrativa preocupada com a vida humana é ambivalente, pois legitima o aborto quando necessário, em nome da ciência para salvar a vida da mulher (conforme previsto no Código Penal de 1890), sem abandonar a crença de que o ato em si é um crime contra a vida.

²⁷ Conforme Ventura (2010) explica e sintetiza os conceitos de Foucault, “biopolítica indica a anexação e o manejo da vida humana (nascimento, saúde, morte e sexualidade) pelo poder político”. Biopoder consiste no poder “exercido sobre o ser humano em seu tríplice sentido: indivíduo (*bios*) que integra um corpo social; representante da espécie humana, considerado em sua “vida nua” (*zoé*), ou, simplesmente, sua vida orgânica ou corpo biológico; e como coletividade de humanos – o corpo social em si” (p. 13-14)

A prevalência da ciência como narrativa mediadora do aborto é marcante naquela década. Isso se explica, em boa medida, pelo prestígio da ciência enquanto um domínio considerado edificante para a vida moderna, a melhoria das condições de vida humana e o incremento das possibilidades de controle sobre a natureza. E que, para tanto, para se constituir como bússola filosófica, se apresentava como algo naturalizado. A ciência era tida como domínio absoluto, ainda mais no contexto do positivismo republicano que amparava as transformações no país naquele período. Além disso, conforme Foucault (1993) aponta, a lógica de organização política atrelada às relações econômicas projetara um esforço de engenharia destinado a gerir a vida, as estruturas biológicas e suas manifestações em nome do progresso, da racionalidade econômica, de uma missão redentora. A ciência guardava uma dimensão metafísica e dogmática, um discurso que se pretendia supremo, “purificado de acidentes e impropriedades[...], o espelho sem nebulosidade de um conhecimento” (FOUCAULT, 1999, p. 319).

Sendo o Brasil um terreno fértil do que Morel (2016) denomina de sociabilidade científica, em que Academias e Associações pautadas no racionalismo preponderavam nos debates sociais, na produção de saberes e na própria esfera pública do país, é evidente que estavam dada as condições para um debate sobre aborto pautado por essas lógicas. As narrativas impressas eram atores propagadores, legitimados socialmente, da razão e do esclarecimento.

Notícias e artigos abordando a questão do aborto em suas dimensões morais foram frequentes durante os anos 1890. Mais do que uma temática moral, o que chama atenção é a intensificação de narrativas de grande voltagem emocional.

No *Diário de Notícias* de 19/10/1891 (Figuras 9 e 10), artigo na primeira página intitulado “*Linhas por baixo*”, assinado por Gil e situado em meio a vários assuntos e diferentes informes, aborda suicídio de um homem em São Paulo, “desvairado por uma paixão amorosa não correspondida”, para dissertar em termos filosóficos sobre o ato de dar fim à própria vida. O acontecimento, ressalta o autor, ocorrera dias após outro suicídio em terras fluminenses. “Se a moda pega, nova propaganda semelhante àquela que se fez contra a divulgação do suicídio torna-se necessária, indispensável, urgente! Desde já me alisto sob a bandeira dos generosos adversários dessa divulgação”²⁸. O autor demonstra perplexidade e incompreensão diante do indivíduo suicida, “uma criatura que foge miseravelmente ao

²⁸ Grafia original: “*Se a moda péga, nova propaganda semelhante àquella que se fez contra a divulgação do suicídio torna-se necessaria, indispensavel, urgente! Desde já me alisto sob a bandeira dos generosos adversarios d’essa divulgação*”.

cumprimento de sua missão na terra” e que comete “a maior das loucuras e a maior das desgraças” ao acabar com um “dom natural”.

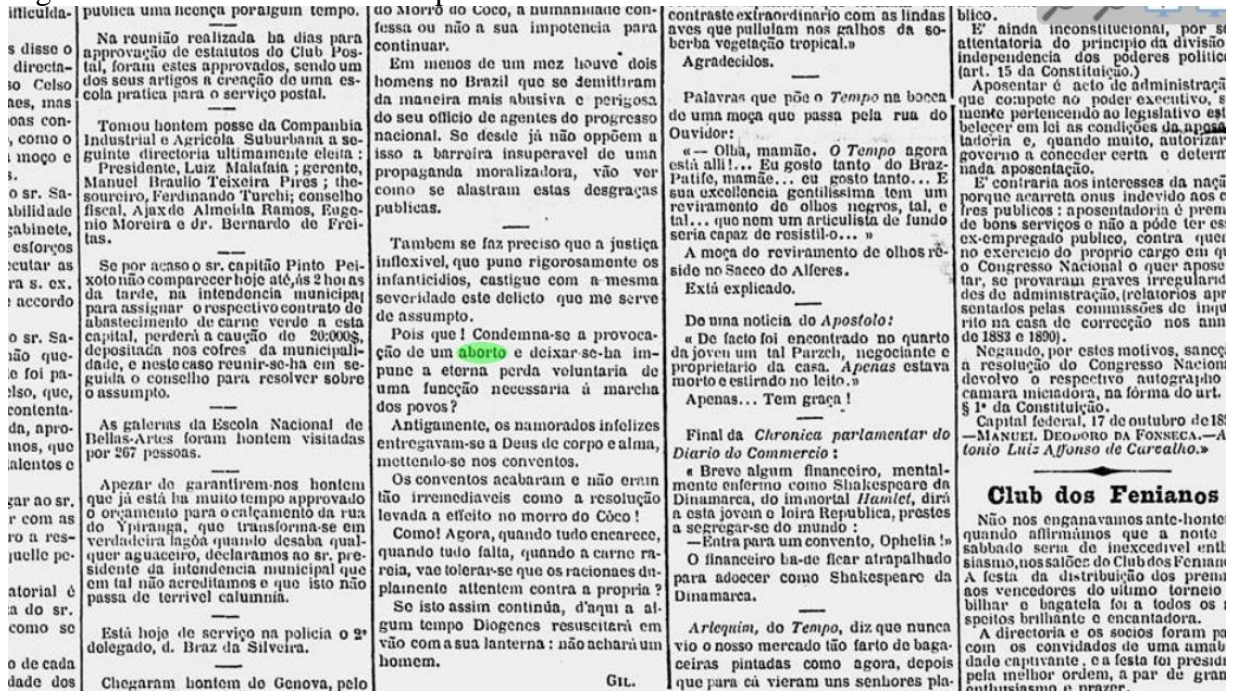
O redator clama por campanha contra tais atos “perniciosos que trazem a ameaça do fim do mundo”. Contextualiza o suicídio em um mundo onde “uma crise medonha avassala”, trazendo “escassez de ouro, comida, fome, o diabo!”. A “população do globo ainda é considerável”, mas o autor alerta sobre os riscos do fenômeno para a continuidade da humanidade. Nesse contexto, ele conclui exortando a campanha e também demandando “justiça inflexível” contra o infanticídio e o aborto. “Se isto assim continua daqui a algum tempo Diógenes ressuscitará em vão com a sua lanterna: não achará um homem”, finaliza o autor, evocando o filósofo grego notabilizado por ter vivido como mendigo – com uma lanterna em punho para lhe revelar um homem que não fosse fútil - e por denunciar o cinismo das instituições e os valores e convenções sociais.

Figura 9 – *Diário de Notícias* – p. 1 – 19/10/1891

<p>homens políticos. ra a Bahia, s. ex. ilhas, de lá voltan- eleito governador, o no senado, onde s, mas sempre ata- e elevando o in- e saudades, porque meiro dos mortos edro de Alcantara. olítico do regimen rou-se em elogiar si proprio tambem, ndencia dos minis- perador, que a nada e encontrasse uma de do gabinete. ador pelo Estado do ino do Amaral, res- namente ao ex-repre- que parecia não ter fallava do imperio, esquecido das reac- para atacar as reac- que s. ex. affir- ito eguaes! ão se lembrasse das oleria calar-se dian- do sr. Saraiva, que já da carta que escre- Araujo, se não nos o da co-participação isto no paiz, depois tido conservador em o a abstenção no pregando depois — ição.</p>	<p>Este serviço não se pôde negar ao sr. Saraiva, que não quiz arrostar com as dificuldades, passando a outro a responsabilidade do governo naquelle periodo critico de derrubada.</p> <p>A renuncia da cadeira senatorial é mais uma prova de fraqueza do sr. Saraiva do que patriotismo, como se disse algures.</p> <p>O retrahimento no momento de cada um assumir a responsabilidade dos seus actos — é antes uma covardia do que um bem.</p> <p>Comprehendemos a posição esquerda em que se achava o sr. Saraiva no senado, que, na phrase pittoresca do presidente da Republica, representa o imperio na America; mas, ainda assim, s. ex. não devia abandonar o seu posto de honra.</p> <p>TELEGRAMMAS EXTERIOR</p> <p>S. Petersburgo, 18.</p> <p>O projecto ministerial, que tem por fim regular a situação dos israelitas na Russia, será apresentado no correr d'este mez ao conselho do imperio, onde entrará em discussão.</p> <p>Buenos-Aires, 18.</p> <p>Os partidos conciliador, radical e autonomista nacional, reunidos em</p>	<p>que já está ha muito tempo approvado o orçamento para o encilhamento da rua do Ypiranga, que transformá-se em verdadeira lagôa quando desaba qual- quer aguaceiro, declaramos ao sr. presidente da intendencia municipal que em tal não acreditamos e que isto não passa de terrivel calunnia.</p> <p>Está hoje de serviço na policia o 2º delegado, d. Braz da Silveira.</p> <p>Chegaram hontem de Genova, pelo paquete italiano <i>Orione</i>, 1,293 immi- grantes.</p> <p>Da mesma procedencia, pelo paquete italiano <i>Rio de Janeiro</i>, 1.191.</p> <p>Total 2.484.</p> <p>Assumio hontem o cargo de medico da policia o dr. Clemente do Rego Barros, ultimamente nomeado.</p> <p>Linhas por baixo</p> <p>Um individuo, desvairado por uma paixão amorosa não correspondida, armou-se de um instrumento cortante e com elle se privou para todo o sempre de uma das funcções mais nobres e essenciaes do homem.</p> <p>Isto deu-se no Morro do Côco.</p> <p>Que descoco!</p> <p>A noticia que nos chega de S. Paulo nada mais é do que a repetição dolorosa de outra que ha dias deram jornaes fluminenses. O caso do Morro do Côco é a reprodução do outro aqui succedido, em que foi protagonista um cidadão hespanhol.</p>	<p>tao irremediaveis como a resolução levada a effeito no morro do Côco!</p> <p>Como! Agora, quando tudo encarece, quando tudo falta, quando a carne ra- reia, vao tolerar-se que os racionais du- plamente attentem contra a propria?</p> <p>Se isto assim continúa, d'aqui a al- gum tempo Diogenes resuscitará em vão com a sua lanterna: não achará um homem.</p> <p>Git.</p>	<p>Dinamarca, do ima- a esta jovem o loira Repul a segregar-se do mundo: —Entra para um convent! O financeiro ba-de ficar para adoeecer como Sha Dinamarca.</p> <p>Arlequin, do <i>Tempo</i>, d vio o nosso mercado tão f ceiras pintadas como s que para cá vieram uns:</p> <p>OLHOS AZUES</p> <p>Deixa que eu poise os olhos sobre os teus E, sempre fitos, Duvide que haja uns olhos tão bonitos Da côr dos céos!...</p> <p>Olhos tão doces; tão azues; eu cuido, Vendo-os mirar, Que Deus do mesmo luminoso fluido Fez o luar...</p> <p>E que assim faça a lua para os prados, Que admiração, Se d'um olhar e d'outro olhar cruzados Fez a paixão?...</p> <p>Traspassa-me de luz, de lado a lado! E que depois Expire e em vez d'um côo ilimitado Eu veja dois...</p> <p>JOÃO SAR</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O vocabulário do mundo letrado, impresso, e da esfera pública nacional no século XIX é reconhecido pela dramaticidade, ao estilo do jornalismo panfletário, verborrágico, tonitruante. Os insultos verbais eram corriqueiros, e estavam atrelados à avassaladora lógica racionalista que varria o país. Nesse cenário, a quebra da normalidade e temas sensoriais eram reunidos em retórica apelativa, e performática de modo a marcar um lugar de fala e, como lembra Barbosa (2013), para angariar público. Ao longo do século grassou o que Morel (2016) denomina como “zoologia política” a povoar as narrativas impressas.

Figura 10 – *Diário de Notícias* – p. 1 – 19/10/1891



A equiparação de alguém ou algo a um animal, naquela imprensa opinativa, constituía-se como metáfora recorrente. O homem moderno era a regra; os atos e pessoas à margem desse regime de “normalidade” eram comparados ao inumano, a monstros. Brasileiros referiam-se a portugueses como camelos, em alusão à corcunda do animal que remetia à noção de deformação. Os brasileiros eram alcunhados de bode, cujo significado em civilizações antigas remetia a um duplo papel: símbolo de potência e santidade, mas também manifestação satânica, corrupta, nefanda (MOREL, 2016).

Gil, o autor, indigna-se e lança mão de argumentos inteiramente emocionais, ainda que sustente sua fala com base em preocupações alegadamente científicas – especialmente demográficas - e mencione o desvario da paixão. Refere-se ao suicida como criatura, como se recusasse a identificar no suicida um ser humano. Urge contra a perniciosidade que ameaça a vida na terra, pede justiça rigorosa diante de um mundo atravessado por crises, menciona a figura do diabo, para, finalmente, equiparar o suicídio com o aborto. O contexto descrito era medonho e macabro. A interrupção da gravidez aparecia nesse horizonte na condição simbólica de algo monstruoso, nefando, uma prática portadora de propriedades contagiosas, visto que sua materialização é tida como capaz de sugestionar e influenciar terceiros. O que diz muito não apenas sobre o aborto ou suicídio em si, mas principalmente sobre o imaginário de pavor associado a atos lesivos à vida biológica e às possibilidades de controle sobre ela. Uma espécie de incipiente preocupação bioética se projetava em relação ao assunto, verbalizada por retórica inflamada e angustiada.

A prática do aborto se avolumava semanticamente, aparecendo um delito não apenas criminal, mas também e sobretudo moral. A narrativa situa-se no território simbólico da morte. Afinal, o embrião/feto seria detentor de um dom natural (uma singularidade ontológica), indispensável à perpetuação da espécie humana. Um feto que Boltanski (2004) classifica como “feto essencialista”, pois confirmado independentemente da adoção simbólica. Um feto atemporal, “independente não apenas da história mas também dos diferentes contextos de interpretações e práticas sociais e redes nas quais ele pode se inserir” (BOLTANSKI, 2004, p. 181). Por isso, defendê-lo era encarado como algo incontornável, imperativo, diante de um ato ultrajante, o que inspira o tom particularmente emotivo e hiperbólico da argumentação.

2.2 Honra, pudor e monstruosidade: emoções e narrativas policiais

O tom exasperado das narrativas sobre aborto coloca em evidência o lugar que afetos e sentimentos ocupavam naquele cenário que se pretendia fundamentalmente racional. Le Breton (2009) dedica-se à reflexão sobre o processo pedagógico através do qual os grupos sociais educam e imprimem emoções, afetos e sentimentos nos indivíduos. Para o autor, não há emoção sem a relação com o outro, sem a inoculação simbólica que instaura a competência de sentir. Não se trata, evidentemente, de enveredar por uma concepção absoluta do coletivo, como se a sociedade fosse munida de poderes irresistíveis e plenos para determinar o que se pode ou não sentir. Trata-se, sim, de pensar o fenômeno das emoções como um evento condicionado pelas interações que se estabelecem entre a dimensão coletiva e a dimensão íntima e subjetiva. Isto é, o afeto como um acontecimento que responde a um certo repertório sentimental forjado socialmente e que é vivido na interseção entre esses roteiros sociais disponíveis e a história de vida pessoal, marcada por vicissitudes próprias e particulares.

Tal abordagem também é estudada por Rezende (2002), que investigando as relações de amizade na cidade de Londres, observou que as relações entre amigos variam conforme o lugar, a cultura e a sociedade. Ou seja, as emoções que vinculam as pessoas, que aproximam ou afastam, são compreendidos como práticas discursivas permeadas por negociações de poder.

A condição de elemento empírico das emoções nas Ciências Sociais não é recente. De fato, recente é a demarcação de uma rubrica teórica e científica específica, no campo da Antropologia, destinada a estudá-las. Durkheim (1996), Simmel (1987) e Mauss (1981), por exemplo, já apontavam em finais do século XIX e início do XX para as engrenagens sociais

da emoções, sem etiquetá-las como uma linha de pesquisa. Assim, os sentimentos eram compreendidos como fenômenos situacionais, influenciados por elementos sociais. Para Rezende (2002, p. 74), os sentimentos são uma forma de prática social, que devem ser mirados como “um conjunto de atos pragmáticos e performances comunicativas, tanto sobre emoções como sobre aspectos tão variados como relações de gênero e de classe”.

No debate jornalístico sobre aborto em finais do século XIX, o componente emotivo é evidente, e sua voltagem está diretamente relacionada às sensações que a figura do feto aciona. Repulsa, espanto, orgulho e honra são alguns dos afetos mobilizados diante de uma interrupção da gravidez. Portanto, o corpo é um elemento central nessas emoções: o do feto, alvo de acolhimento; e o dos redatores, terreno de ira e indignação.

Figura 11 – *Gazeta de Notícias* – 1ª página – 04/11/1896



O cenário em que tais afetos pulsam são as notícias policiais. A *Gazeta de Notícias* de 04/11/1896 publicava em sua primeira página (Figura 11), ao lado de assuntos como a saúde do presidente, loteria, realização de abate de animais para consumo e agenda do Congresso, uma pequena nota referindo-se ao espancamento de uma moradora de Paquetá, promovido pelo marido, que a teria levado a um aborto. “O feto foi examinado pelos médicos da polícia e bem assim a parturiente.” Finaliza a nota, sem autor, que “pela autopsia feita no feto ficou verificado que este nasceu morto, não apresentando vestígio algum de ferimento ou contusão”.

Figura 12 – *Gazeta de Notícias* – página 02 – 30/08/1890

<p>Hontem aqui chegou o governador deste Estado, vindo do Curilyba. Teve esplendida recepção. A questão das barreiras ficou resolvida, com a completa liberdade de transitio.</p> <p>Parabens aos dous Estados. Chegou tambem a comissao da estrada de ferro de S. Francisco ao Rio Negro. Cidade em festas.</p>	<p>Ouro Preto, 29</p> <p>O Dr. João Horta, director do thesouro, foi hoje sorprendido, ao chegar á reparição, com uma manifestação dos seus collegos, que encheram de flores a sua mesa de trabalho, em signal de regosijo pelo seu anniversario natalicio.</p>	<p>Mossoró, 29</p> <p>O Dr. Ferro Cardoso foi aqui recebido com enthusiasmo. Mais de 2000 pessoas concorreram á conferencia que o Dr. Ferro Cardoso aqui realiso, sendo muito applaudido.</p> <p>(Particular.)</p>	<p>AGENCIA HAVAS</p> <p>Madrid, 29</p> <p>O govêrno decidiu enviar reforços para a colonia militar hespanhola de Mellila, na costa de Marrocos.</p> <p>Nota-se augmento dos casos de cholera nas cidades de Toledo e Valencia.</p>	<p>Pariz, 29</p> <p>Por ordem do governo, o vice-almirante Duperré, commandante em chefe da esquadra do Mediterraneo, deve partir brevemente para a Spezia, onde irá saudar o rei Humberto.</p>	<p>Roma, 29</p> <p>Crê-se que as eleições para a nova camara dos deputados se realisará em novembro proximo.</p>	<p>Entrô essas pessoas algumas ate deram com o chapéo de sol na cabeça do Ton Kinson: que elle e seu companheiro rotiraram-se e seguiram para a policia, onde foram dar queixa de seu marido como turbulento, queixas que repeti: em consequencia da queda que leron: tusões provenientes da queda que leron: soffreu um mau successo, pelo que ainda se acha de cama, tendo sido o seu medico assistente o Dr. Antonio Felicio dos Santos. E mais não disse e assignaram o delegado, declarante e interprete e eu etc....</p>	<p>Attesto que a Sra. Miscione (Thereza), esposa do Sr. Michel Miscione, soffreu forte contusão no ventre e na região dorso-lombar, e em consequencia d'isso teve um aborto de feto, de um a dois mezes. Actualmente está soffrendo de molestia consecutiva ao accidente referido; que teve logar ha 5 dias.</p> <p>Certifico que a referida senhora precisa de 20 a 30 dias, para se restabelecer. Rio, 23 de agosto de 1890.—Dr. A. Felicio dos Santos.</p>	<p>Existo mais o attestado do Dr. Thomaz Coelho, medico da policia, que procedeu a exame medico de corpo de delicto, e egualmente verificou o mesmo soffrimento.</p>	<p>FESTIVIDADES</p>	<p>Nos Pilares, em Inhaúma, festeja-se amanhã, ás 10 horas da manhã, S. Benedicto, com missa solemne e sermão pelo Revd. vigario João Baptista da Cunha.</p> <p>Às 5 da tarde será cantado o <i>Te-Deum</i>. Das 4 horas em diante tocará em um coreto uma banda de musica, e ás 10 da noite será queimado um fogo de artilharia.</p>	<p>Para applaudir a grande actriz o publico tem hoje a comedia <i>Les Deux Meuniers</i>, o vaudeville <i>La Corde Sensible</i> e diversas cançonetas.</p>	<p>O SARRILHO</p> <p>Isto, leitor amigo, é acabar de ler a <i>Gazeta</i> e ir comprar bilhete para o <i>Sarrilho</i>. E este conselho que damos de graça, tem todo o cabimento, porque hoje repete-se a festa que hontem se realiso por occasião do meio centenario, e muita gente voltou para casa sem ter podido assistir a ella.</p> <p>Portanto, para que hoje não aconteça mesmo vão bem cedo.</p>	<p>MIMI BILONTRA</p> <p>No Variedades repete-se hoje a <i>Mimi Bilontra</i> que continúa a atrahir grande concurrencia e a ser recebida com grande enthusiasmo, bisando-se os principaes numeros de musica, e sendo chamados á scena e muito applaudidos todos os actores e com especialidade a Leonor Riveiro e o Peixoto.</p>	<p>CATO PRETO</p> <p>Toda a gente que procura distrahir-se e espalhar as magoas, vai ao Sant'Anna assistir no <i>Cato Preto</i>, á mais engraçada de todas as magoas representadas e que têm de ser representadas.</p>	<p>Estreá hoje no palco de S. Christovão a companhia equestre Pery.</p> <p>No Polytheama, kermesse e espectáculo variado hoje.</p>	<p>Conceição, tu mecas, res. e fal. á r. do Benam n. 210 A.</p> <p>Ereção syphilitica.—O esposo Pedro, 2 mezes, res. e fal. na casa dos esposos.</p> <p>Febre remittente palustre.—A hum. Declinda de Oliveira, 45 annos, res. á r. de D. Alair Valdear n. 11, e fal. na Santa Casa.</p> <p>Febre remittente typhoides.—Ventura, filho de Carlos Baptista de Castro, res. e fal. á r. de Pay sandá n. 30.</p> <p>Frequencia congenital.—A hum. Maria, filha de Virginia da Conceição, 19 dias, res. e fal. á trav de Leonardo n. 1.</p> <p>Hemorrhagia pulmonar.—O hum. João Ignac Freitas, 28 annos, res. e fal. á r. da Conceição n. 67.</p> <p>Insuflencia da mitral.—O afric. Felizardo, 60 annos, res. em Iguaçu, e fal. na Santa Casa.</p> <p>Impulsiões.—O lras. Antonio Coelo, 20 annos, res. em Queimados, e fal. na Santa Casa.</p> <p>Marasmo senil.—A afric. Lucinda Marianna de Conceição, 90 annos, res. e fal. á praia Formosa n. 43; a hum. Antonia Maria do Espirit Santo, 80 annos, res. e fal. no hospicio nacional de alienados. (Total 2.)</p> <p>Meningite tuberculosa post variola.—O hum. Manuel Serpa, 22 annos, res. e fal. no hosp. de Santa Barbara.</p> <p>Schistos hepatica.—O hum. Virgilio de Barros, 34 annos, res. e fal. á r. de Assis Bueno n. 9.</p> <p>Syphilia ty eiral.—A hum. Adelaide do Medeiros, 50 annos, res. e fal. á r. dos Invalidos n. 19.</p> <p>Sua declaração.—Os hums. Joaquim Quintão de Costa, 37 annos, res. á r. da Sãde n. 28; José Antonio de Paula, 37 annos, res. á r. Bella de S. João n. 37, e fal. na Santa Casa. (Total 2.)</p> <p>Typhic pulmonar.—Os hums. Laila Lenos da Rocha Freire, 30 annos, vivio, res. e fal. á r. da Sãde n. 15; Carlos Alves da Silva, 21 annos, res. e fal. no hosp. do Carmo. (Total 2.)</p> <p>Tuberculose pulmonares.—O humo Luis Angéla, 48 annos, res. e fal. de S. Christovão n. 31; fal. á r. do General Poira n. 63; Virgínia Mar Rosa da Conceição, 38 annos, res. e fal. á r. da Gu da Velha n. 28 e fal. na Santa Casa; o baib. Si lvia de Sant'Anna, 52 annos, res. e fal. á r. da A n. 64 e fal. na Santa Casa; a hum. Justina Luiz, 22 annos, res. na estação da Conceição e fal. na Santa Casa; o russo Daniel Lesperi, 27 annos, res. e fal. do Hozende n. 78 e fal. na Santa Casa e hum. Maria Angelica de Andrade, 25 annos, res. e fal. á r. Berio de Uá n. 18. (Total 6.)</p> <p>Uremia.—O cer. Francisco Bivacqua, 60 a nos, res. e fal. á r. do Mundo Novo n. 7.</p> <p>Variola confluenta.—A hum. Joana Maria, 30 annos, res. e fal. á r. da Sãde</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Também na *Gazeta* de 30/08/1890 (Thereza), distribuída em conjunto com temas dos mais variados, trazia na página dois a notícia de que a senhora “Miscione (Thereza), esposa do Sr. Michel Miscione, soffreu forte contusão na região do ventre e na região dorso-lombar, e em consequência disso teve um aborto de feto, de um a dois meses”. Assinada pelo Dr. A. Felicio dos Santos, a nota constitui um attestado médico, através do qual o médico certifica que “a referida senhora precisa de 20 a 30 dias para se restabelecer” do acidente. As circunstâncias da contusão não são detalhadas. A nota é encerrada com a afirmação de que o Dr. Thomaz Coelho, médico da policia, também examinara a paciente e chegara à mesma conclusão.

O noticiário policial, nesses contextos, não aprofunda-se, nem emite juízos de valor inflamados sobre os contextos em que as gestações de tais mulheres foram interrompidas. O *fait divers* reaparece. Nota-se em um dos casos que a violência doméstica parece ser a causa do aborto, o que permite interrogar-se sobre a dupla moralidade e o regime de afetos e emoções que relatam, friamente, a ocorrência do aborto, ocasionado por lesão corporal, sem condenar a agressão de que foi vítima a mulher de Paquetá. Que tipo de relações sociais produzem sinais e narrativas tão contraditórios sobre vida e morte?

Na segunda nota, não há detalhamento das circunstâncias da lesão geradora do aborto. Detalhes e palavras que, escondidos e silenciados, indicam tão ou mais pistas e evidências sobre a realidade do que se tivessem sido pronunciados e expostos. São aspectos que revelam

as estruturas de poder, desigualdade, afetos e interações sociais que permeavam o Brasil em finais do século XIX.

Curioso notar como tais notícias que, por motivações morais, omitiam-se em relação às circunstâncias abortivas, coexistiam com notas preocupadas com o fenômeno do aborto, como a publicada pelo *Diário de Notícias*, de 01/12/1890, na página 2, intitulada “A reforma do ensino no Brasil”. Ali lia-se, em meio a um emaranhado de notícias sobre obituários, notícias do Congo, meteorologia, desastres, preço do café, entre outras, sobre as peculiaridades do uso do espartilho e sobre os riscos à saúde da mulher que a vestimenta representava. As normas de costura para a produção do acessório tinham sido excluídas do regulamento do ensino Normal. O autor, identificado como R.R, condenava tal exclusão, julgada necessária na formação das professoras pois o espartilho poderia provocar, entre tantas moléstias, “disposição para o aborto, para o desenvolvimento imperfeito do feto, hemorragias uterinas etc”.

No *Diário de Notícias* 27/01/1890, a nota “Velhaca de Força” (Figura 13) aparecia na primeira página em meio a notícias/notas sobre roubos, casamentos, telegramas oficiais, decretos de Estado e denúncia contra uma quitanda pela venda de frutas verdes e podres. No texto, o relato de uma queixa ao delegado por parte de uma “Luisa de tal, de ter sido violentada por João Manuel Dantas Guimarães. A vista da queixa de Luisa, que demonstrava por palavras, repassadas de soluços, e como que ditadas por inocente, dolorosa e covardemente ofendida no seu pudor, a autoridade iniciou logo o competente inquérito”.

Exame realizado, foi constatado que a “suposta menor verificou-se ter mais de 18 anos, e já ter tido um aborto, há tempos e, pelas informações colhidas, ser uma velhaca de força”. Em tom condenatório, a nota conclui que “para evitar que continuem estes fatos, que claramente demonstra o pouco respeito à autoridade, e a facilidade de atirar a calúnia sobre qualquer um, de ordem a tolher um cidadão na sua liberdade, era por demais justo que o dr. delegado fizesse a falsaria assignar termo de bem-viver²⁹, ao menos para exemplo”.

²⁹ “Documento processual expedido pela polícia contra aqueles indivíduos encontrados fora de certo um padrão de tolerância exigido pelo Código de Processo Penal. Estes processos não diziam respeito às infrações consideradas criminosas, eram essencialmente normatizadores da ordem pública, portanto, podia-se fazer prender no caso da reincidência da sua assinatura” (MARTINS, 2004).

Figura 13 – *Diário de Notícias* – 1ª página – 27/01/1890

Em 20/02/1897, a *Gazeta* publicava na primeira página (Figura 14) nota a respeito de delegado que realizou uma visita à casa n° 88 da Rua da Misericórdia, no Rio, após tomar conhecimento de que um “recém-nascido, filho de Francisca Maria do Nascimento” fora enterrado no terraço. O delegado foi informado de que a mulher tivera um aborto, decorrente “de pancadas que lhe dera seu marido João Alves da Silva, tendo sido o feto *inhumado* por este, auxiliado pelo crioulo Deodoro”. O policial designou exumação e autopsia a ser feita no feto, realizada pelos médicos Thomaz Coelho e Sebastião Cortes.

O interesse social pelo aborto era evidente. A obsessão criminal, explícita. E chama atenção, como de hábito, não só o protagonismo da figura fetal, sob uma perspectiva mórbida, mas também como as mulheres que passaram pelo aborto ocupam lugar narrativo ou de menos visibilidade ou de franca suspeição, sendo os agentes públicos, como os delegados, mais prestigiados e autorizados para falar sobre o tema.

Figura 14 – *Gazeta de Notícias* -1ª página – 20/20/1897

<p>que o trataram de mais perlo sa lembrança, e no mundo das as um nome illustre a que se justiça.</p>	<p>sentadas como verdadeiras. Continúa o inquerito.</p>	<p>governo ?</p>
<p>-presidente da Republica ficou sua residencia nas Laranjeiras.</p>	<p>Chegando ao conhecimento do delegado da 5ª circumscripção urbana, que na casa n. 88 da rua da Misericórdia fôra enterrado em um terraço da mesma casa, um r. commascido, filho de Francisca Maria do Nascimento, para lá se dirigiu hontem, sendo então informado de que Francisca havia tido um aborto, em consequencia de pancadas que lhe dera seu marido João Alves da Silva, tendo sido o feto inhumado por este, auxiliado pelo crioulo Deodoro.</p>	<p>Especialidade: dentaduras—Di Rua Gonçalves Dias n. 1.</p>
<p>. vice-presidente da Republica am hontem os Srs. ministro interior e justiça.</p>	<p>O Dr. chefe de policia, ao ter conhecimento do facto, designou o Dr. Carijó, 1º delegado auxiliar, para proceder a exhumação e autopsia do feto, sendo n'essa deligencia acompanhado dos Drs. Thomaz Coelho e Sebastião Cortes, medicos de sua repartição.</p>	<p>Consta que o Sr. general Graça dante superior da guarda nacional festou desejo de, em grande r mar os corpos d'essa milicia no corrente; para esse fim confer os commandantes das 2ª e 3ª declarando estes ser impossivel matura, á vista do pequeno esp po para se prepararem os corp E' provavel que essa revisi no dia 13 de maio, no campo d tovão, segundo a vontade do dantes ouvidos.</p>
<p>tenente Duarte Huel Bacellar s reverteu ao quatro activo, ado no lugar que lhe compe da escala, bem como no qual creado pelo decreto de</p>	<p>O Sr. Dr. Rodrigo Octavio, 1º secretario da Academia de Lettras, recebeu do Exm. Sr. Dr. Amaro Cavalcanti, ministro do interior, a seguinte carta:</p>	<p>O bilhete n. 33946, premiado tos da loteria da Capital Fedida hontem, foi vendido no do Sul.</p>
<p>am hontem á tarde de Petro. ministros da industria e da ubiu o Sr. ministro da fazenda.</p>		<p>Ainda estão a chorar penuria</p>

As notícias/notas aqui em análise podem ser compreendidas como registros *fait divers*, sobretudo se forem levados em conta os componentes de violência, agressividade e morbidez. Não apenas em termos de conteúdo, mas também em termos de posição editorial, visto que localizavam-se enquanto notícias diversas, no bojo de uma gama ampla de textos tratando de assuntos variados, sem qualquer conexão. A dinâmica do *fait divers* está atravessada por tensões e emoções que não existem *a priori*. *Fait divers* são notícias. E nenhuma informação assim o é espontaneamente, como se fruto de uma causa natural (TRAQUINA, 2012; SILVA, 2005). Do mesmo modo, os afetos nelas presentes não são atemporais, tampouco pré-simbólicos. São fenômenos sociais.

Nesse panorama noticioso, salta aos olhos a violência como ocorrência cotidiana e como elemento imbricado ao fenômeno do aborto, que aciona ora o horror ao descrever fetos ocultados e sem vida, ora a moral para condenar a mulher “falsária”, que mentira sobre sua idade e virgindade e já tivera um aborto. Trata-se de narrativas predominantemente fetais, pois esta é a figura que parece nutrir os afetos ora acolhedores, ora condenatórios, alimentando um imaginário que Pedro (2003, p. 32) vincula aos anseios da então nascente República em relação à criança como “herdeira do novo regime”. Nesse sentido, o interesse no feto pode ser compreendido como um fato político e ideológico, que tem nas narrativas jornalísticas uma fonte de confirmação e mediação.

O *Diário de Notícias* de 03/08/1891 republicava, na página 02 (Figura 15), notícia de *A Província* do Pará sobre a cearense Anna Gonçalves Bezerra, “branca, de 32 anos de idade,

a qual há cerca de cinco anos abandonara o marido” que morava de favores na casa de Manoel dos Santos. A mulher era com frequência vista grávida, conta o texto, sem que se soubesse que fim levaram os filhos. Quando perguntada sobre, ela respondia com “evasivas fúteis no sentido de fazer crer na existência das crianças em casa de supostas comadres amigas”. Grávida havia cinco meses, Anna “dizendo-se doente, recolheu-se ao quarto”. Ao deixar o quarto, dias depois, “notaram os demais moradores, com admiração, ter deixado de apresentar sinais de gravidez”. Interpelada sobre, nada respondeu Anna. “Entretanto, notava-se que grande fétido vinha do quarto de Anna”. Algumas pessoas, então, revistaram o cômodo e “consequiram descobrir um feto humano dentro de uma caixinha de madeira guardada dentro de um baú”. A polícia foi avisada e Anna, interrogada pelo delegado. “Entre outras cousas de pouca importância, declarou ter tido, na sexta-feira, às 11 horas da noite, um filho, que houve de João de tal, agora em viagem para as ilhas. Escondeu o feto entre papeis e trapos, por ter vergonha dos parentes e pretender enterrá-lo ocultamente, desde que para isso se achasse com forças”.

Figura 15 – *Diário de Notícias* – página 2 – 03/08/1891

DIARIO DE NOTICIAS -- Segunda-feira 3 de Agosto de 1891

curavam de preferencia tomar o trem de S. Paulo, pelo lado do Hamaraly, os bonas. Um verdade. hehehe!

O serviço da estrada do ferro Central foi tão detestavelmente feito, que provocou os mais legitimos protestos por parte do publico.

Trens completamente cheios ficaram parados mais do uma hora á espera não sabemos de que, com impaciencia do mesmo publico, que paga generosamente.

Na estação de S. Diogo ficou um trem parado meia hora, a ponto dos passageiros queorem quebrar as vidragas dos carros e saltarem sem ter concluido a viagem.

Se aquillo algum dia foi serviço de transporte de passageiros, o diabo que o queira para si.

Ainda bem que o sr. dr. João Crockett Pereira de S.º, director da estrada, esteve no Derby-Club e provavelmente devia ter presenciado aquella lastima!

Ora imaginem se aquillo, em vez de ser de dia, como foi por ter sido transferido o resto da corrida, fosse de noite!

Que horror!...

taram bem o quarto e conseguiram descobrir um feto humano dentro de uma caixinha de madeira guardada dentro de um baú.

Foi então prevenida a policia.

Comparecendo o subdelegado do districto, capitão Constancio, submetteu Anna Gonçalves Bezerra a interrogatorio.

Esta, entre outras cousas de pouca importancia, declarou ter tido, na sexta-feira, ás 11 horas da noite, um filho, que houve de João de tal, agora em viagem para as ilhas. Escondeu o feto, entre papeis e trapos, e por ter vergonha dos parentes, e pretender enterrá-lo occultamente, desde que para isso se achasse com forças.

Quanto ás determinantes e circunstancias por que deu-se o aborto, parece que a autoridade não dirigió neste sentido o seu interrogatorio.

Ha, porém, toda a probabilidade de ter sido provocado criminosamente, por qualquer meio revoltante e monstruoso.

Foram tambem inquiridos os donos da casa onde foi encontrado o feto.

No cemiterio Santa Isabel procederam á autopsia no pequenino cadáver os Drs. Marianno de Aguiar e Matta Rezende, que nada puderam averiguar, sob um ponto de vista incontestavel, por estar o feto quasi completamente decomposto.

A accusada do horrendo crime está presa na casa onde reside.

Alli permanecerá até que o seu estado permitta-lhe a renegação para a cadeia publica.

Sobral e Piza e Almeida, foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

Passagem. — Ao sr. ministro Faria, civel n. 30.

Causa com dia crime n. 8.

JULGAMENTOS. — *Recistas civel.* — N. 11.253. — Rio Grande. — Recorrentes, Manuel Jacintho da Silva e sua mulher; recorrida, Constanca Maria de Jesus. — Foi negada a revista.

N. 17. — Capital. — Recorrente, Manuel Bernardino da Silva; recorrido, Domingos Antonio Rodrigues. — Não tomaram conhecimento por ter sido interposta depois da lei.

N. 22. — Capital. — Recorrente, Bernardo Coelho Duarte; recorrido, Antonio Francisco Lopes Cavadinha. — Foi negada a revista.

N. 11.307. — S. Paulo. — Recorrente, a Companhia Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy; recorrida, a Companhia Sorocabana. — Idem.

Habzas-corpus. — N. 52. — Paciente, Joaquim Gonçalves Pereira. — Foi concedida a sultura pedida.

Nectandra Amara

Pelo uso que fez, durante dois zez, da tintura de *Nectandra Am* posso afirmar ser esse mediam um poderoso debellador da dyspe e um excellento regulador das iões intestinaes.

ANTONIO BARROZA

Bahia, 24 de Junho de 1891.

(Transcripto do *Pequeno Jornal* Bahia.)

PARTE COMMERCIAL

Rio, 3 de agosto de 18

Mercado monetario

CAMBIO

De 27 a 1 de agosto

São estas as taxas que officialem foram adoptadas pelos bancos no movimentos de cambiaes, na se que fimlou, como se vê da pre tabella:

a 16 d.	a \$615
a \$700	a \$622
a \$348 1/2	

A PEDIDOS

A New-York Life Insurance

Extrahimos do *Diario do Commercio* a seguinte noticia, que realmente evidencia o poderio d'essa importante companhia, tantas vezes notavel pelo rigoroso e jamais desmentido conceito que soube angariar da opiniao publica,

A notícia relata que a autoridade não pareceu interessada sobre as determinantes e circunstâncias do aborto. “Há, porém, toda a probabilidade de ter sido provocado criminosamente, por qualquer meio revoltante e monstruoso”, continua o texto, completando que a autopsia do “pequenino cadáver”, realizada no cemitério, fora inconclusiva por causa do

avanzado estado de decomposição do feto. “A acusada do horrendo crime está presa na casa onde reside. Ali permanecerá até que o seu estado permita-lhe a remoção para a cadeia pública”, finaliza a notícia.

É evidente o caráter sentimental da narrativa, não apenas por causa da adjetivação, ao caracterizar de “monstruoso” e “revoltante” o aborto, mobilizando assim emoções fulminantes, como também na captura das circunstâncias e do clima social que rondava a prática. Há traços similares ao que se via também em jornais franceses, por exemplo, interessados no “bas fond”, nos espaços identificados com as camadas pobres, lugares de miséria e de exotismo, habitados por indivíduos cujos segredos provocam curiosidade, fascínio e medo (KALIFA, 2011). Na civilização do jornal brasileira, os atos hediondos e os mistérios que rondam a violência também eram notícia. A mulher fora alvo de vigilância sistemática, tendo por fim a casa “revistada” por moradores inquietados pelo destino da gravidez. E a figura (e palavra) do feto, na condição de “pequenino cadáver”, consolidava-se nas narrativas jornalísticas de então, nutrindo e consolidando o imaginário delituoso sobre aborto.

2.3 Considerações finais

O noticiário policialesco teve grande destaque nas narrativas sobre aborto na década de 1890 na imprensa do Rio de Janeiro. Quando se olha ainda mais atrás para o século XIX, especificamente as décadas de 1830/1840, na qual textos médicos e clínicos eram mais numerosos e privilegiavam uma abordagem focada no amparo e cuidado da mulher, nota-se uma descontinuidade: as narrativas médicas deixam a cena, dando lugar, em finais do século XIX, sobretudo às narrativas policiais, assentadas em bases morais e jurídico-legais.

Nesse cenário, o tom punitivo ganha espaço, incorporando-se com mais visibilidade às mediações sobre interrupção da gravidez. A imprensa prestigia um abordagem de denúncia que, se em termos editoriais fica dispersa em meio a um cardápio variado de notícias, emerge, por outro lado, com força notável em termos de moralidade e afeto. Uma espécie de “publicidade punitiva”, baseada no escândalo e exposição da “vergonha”, ganha corpo, para recorrer à análise também identificada por Pedro (2003) em jornais de Florianópolis durante o século XX.

O enquadramento *fait divers* é central para compreender tal cenário, cuja figura proeminente é o feto, uma palavra que centraliza e protagoniza as narrativas. Nesse sentido, pode-se rastrear uma continuidade discursiva em relação às décadas de 1830/1840, quando

por meio de tal padrão narrativo a prática do aborto também fora mediada. Contudo, o tom condenatório acentua-se, primeiro em termos quantitativos, com mais notas, textos e artigos tratando do tema; segundo, em termos de conteúdo, na medida em que o feto é textualmente acionado, assimilando um status simbólico específico e sendo visto como portador de vida. Sua condição/singularidade ontológica é um elemento narrativo essencial, e remete diretamente ao contexto de uma esfera pública letrada e impressa amparada nos ideias do Iluminismo em sua fantasia radical (Positivismo), para o qual certos padrões de progresso implicavam a vida reprodutiva, com finalidade demográfica regulada em termos legais e moral. A emergência da República brasileira, com efeito, coincidiu com o aceno jornalístico em defesa da condição e singularidade fetal.

Esse feto inscrito em racionalidade é, também, um personagem metafísico, revestido de moralidade sexual, pois sua condição é tida como absoluta, uma emanção divina, cuja destruição pelo aborto é considerada um sinal de apocalipse. Isso remete ao que Boltanski (2004, p.98) define como “caráter espiritual e sacro da procriação”.

Esse encantamento fetal é, obviamente, atravessado pela emoção, elemento integrante da dinâmica do *fait divers*. O feto constitui-se como corpo a ser defendido, como corporeidade e território de afeto, de onde emergem sentimentos como dignidade, indignação, horror, pudor, honra. “Ao abortar, a mulher não mata apenas o bebê, mas a Deus também” (BOLSTANSKI, 2004, p 376). E de onde emergem igualmente predicados repulsivos e revoltantes como monstruosidade, que contribuem para delinear, socialmente, as linhas simbólicas que divisam a normalidade daquilo que é bizarro, medonho, esquisito, inaceitável. O aborto, desta feita, é um operador de competências sentimentais, em que a mulher é situada como um ator coadjuvante, um acessório reprodutivo, um corpo, temível e perigoso, cuja autonomia é desconsiderada.

O pressuposto ontológico do feto é nítido, ainda que a ciência ou razões médicas atuem como justificativas para a realização da prática de interrupção da gravidez. O positivismo reinante, contudo, era ambíguo, como o é toda forma de poder e ordenação social, e sua indignação é relativa quando confrontada com o regime de moralidade e afetos dominante.

Portanto, sendo as notícias compreendidas como caixa de ressonância social e cultural, é possível considerar que as narrativas sobre aborto, presentes na civilização do jornal brasileira que se expandia no final do século XIX, apresentam padrões e características recorrentes. O feto é o protagonista de uma trama em que aparecem também outros personagens sociais notáveis, os empreendedores morais, letrados e republicanos do Brasil do

XIX, distribuídos desigualmente no tecido social: delegados, médicos-legistas e maridos, munidos de prestígio para proferir regras sobre a vida reprodutiva. No teatro da modernidade que nascia, uma gama de sentimentos sombrios grassava na tematização do aborto. Mais do que nunca, a sensação de estranhamento se consolidava no imaginário nacional.

3 ENTRE A BATINA, O JALECO E A TOGA: CLAMORES NACIONALISTAS NA DÉCADA DE 1940

Politicamente, o século XX no Brasil guarda continuidades em relação ao século anterior. A sina de instabilidade e rupturas permanecia. Os anos 1940 põem em marcha um processo autoritário cujas raízes mais imediatas encontram-se nas duas décadas antecedentes. A chamada Primeira República, vigorada entre 1889 e 1930, ruiu na esteira de uma série de movimentos e levantes contestatórios da ordem então dominante. O modelo republicano do início do século XX era controlado pela elite político-econômica do eixo São Paulo-Minas Gerais, configurando a chamada “República do Café com Leite”. O desgaste desse modelo foi acelerado pela figura de Getúlio Vargas, que liderou movimento contrário ao estado geral das coisas e às forças políticas então dominantes.

A primeira fase da Era Vargas (1930-1945) nasce com o apoio de uma coalização eclética, congregando setores militares, industriais, sindicatos, comunistas, religiosos, entre outros atores sociais. Entre suas marcas, consagradas na Constituição de 1934, está a criação de um modelo jurídico-legal que estabelece garantias como o direito à educação, assim como um ordenamento legal para regulamentar as relações de trabalho, estabelecendo, entre outras previsões, a jornada de trabalho de oito horas diárias. Também nesse primeiro momento da Era Vargas, é realizada uma reforma eleitoral, instituindo o voto feminino, embora mantendo a exclusão dos analfabetos. Também foi o momento em que o país impulsiona o processo de industrialização e em que a urbanização começa a vicejar.

Como toda ruptura, os primeiros anos da Era Vargas deixaram uma nuvem de poeira que não baixou. Época de efervescência, foram anos conturbados, com a eclosão de movimentos políticos impactantes, como a Revolução Separatista de 1932, em São Paulo, e o Levante Comunista de 1935, contrários aos rumos que Vargas dava ao país. Nesse contexto de permanente ebulição, com o acirramento do clima político e das disputas por poder, Vargas rompe com a ordem republicana, sob o pretexto da ameaça de um golpe comunista no país (o chamado Plano Cohen), fecha o Congresso e implementa autocraticamente uma Constituição, em 1937, na qual estabelece um regime ditatorial. As eleições são suspensas, a censura, instituída, e os dissidentes são perseguidos. Conforme Arilha, Corrêa e Cunha (2016) lembram, a ruptura emerge com clara inspiração fascista, que naquele período florescia na Europa às vésperas da Segunda Guerra Mundial. A Era que tinha se iniciado liberal e anti-oligárquica, com medidas inclusivas, implementado novos parâmetros de direitos sociais e de seguridade social, convertia-se em um regime autoritário.

No universo dos jornais impressos, é um período desfavorável, pois a restrição à liberdade de expressão e de imprensa vigora. Em 1939, o regime cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que determinava assuntos proibidos no cardápio noticioso de jornais e rádios. Em outras palavras: falava-se a respeito daquilo que o poder público permitia. O DIP se fazia presente nas redações: um censor era designado pelo regime para acompanhar e “liberar” a circulação dos periódicos (SODRÉ, 1999). Não é forçoso reconhecer o impacto desse movimento para a circulação social de assuntos. Na prática, conforme lembra Seabra (2006), o jornalismo político deixa de existir.

Foi um período de reaproximação entre atores sociais e políticos teoricamente apartados. A Igreja Católica e o regime Vargas estreitam laços, com consequências nas relações e nos imaginários que dizem respeito a gênero e à vida reprodutiva (ARILHA; CORRÊA; CUNHA, 2006). A política social e de saúde oficial preconizava uma abordagem pró-natalista, alimentando um imaginário maternalista, no qual a reprodução era um fenômeno vinculado prioritariamente à mulher, uma espécie de ato imperativo, da mesma forma que a geração de filhos era compreendida como fundamental para o desenvolvimento industrial da nação. Progresso, nacionalismo e maternidade estavam irmanados num propósito político.

Conforme Pedro (2003) enfatiza, havia a clara intenção de estabelecer uma espécie de “comunicação orgânica”, ligando, ideologicamente, o corpo feminino, a vida das crianças, o espaço familiar e o corpo social. Nesse contexto, os médicos foram empreendedores morais a serviço do Estado, zelando pela nacionalidade e combatendo as mazelas, assim como colocando a saúde pública no rol de prioridades do poder público (PEDRO, 2003).

O componente biopolítico, isto é, a captura e manejo dos fenômenos biológicos da vida humana pelas forças políticas e de comando, era evidente, e a gestão instrumental desses fenômenos era voltada para fins econômicos. Os papéis sociais estavam intimamente relacionados ao mundo produtivo. A higidez das pessoas significava saúde do país. Por isso, a redução da mortalidade infantil era uma prioridade do governo e abastecia de água o moinho do imaginário maternalista, no qual mulher e gestação delineavam os contornos morais de uma sociedade/país que, novamente, marchava em busca de uma identidade.

A mulher adquire certo protagonismo social naquele período, mas do ponto de vista penal, a questão do aborto apenas atualiza as definições do Código de 1890. O Código Penal de 1940³⁰ mantém a prática do aborto no âmbito das representações associadas à morte

³⁰ A íntegra do texto está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm

(Título I – Dos crimes contra a pessoa - Capítulo I – Dos crimes contra a vida). É definido como crime “provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque”, com pena de detenção de um a três anos. O auto-aborto é preservado na condição de delito. Também é criminalizada a interrupção da gravidez sem o consentimento da gestante, com pena que varia de três a dez anos. São estabelecidos agravantes, com aumento de pena, caso a gestante sofresse lesão corporal grave ou mesmo viesse a óbito. Contudo, é introduzido o chamado aborto necessário, realizado com o intuito de salvar a vida da gestante ou para por fim a uma gestação fruto de estupro.

Arilha, Corrêa e Cunha (2016) observam que a previsão de não punir o aborto nos casos de estupro constitui uma abordagem que retoma, sob outros termos, a preservação da honra. Isto é, o aborto seria compreensível menos como um reconhecimento da autonomia feminina, violada pela violência sexual, e mais como um movimento ideológico de tutela da mulher, considerada, pelo imaginário dominante, como eixo de sustentação da estabilidade social e do desenvolvimento de uma nação que se propunha à industrialização e, portanto, almejava a saúde e fortalecimento de sua força de trabalho – sendo a família heterossexual e reprodutiva núcleo social para tanto.

Além disso, em 1941 é promulgada a Lei de Contravenções Penais, que define como delito anunciar processos, substâncias e/ou objetos que provocassem aborto ou evitassem a gravidez. Isso dá uma certa medida das condições legais e normativas em relação à prática, revelando o espírito do tempo no tocante aos imaginários que embalavam os fenômenos da vida reprodutiva.

Investigar a década de 1940 é embrenhar-se em um terreno de adversidade, diante do contexto autoritário e sua engenharia biopolítica, caracterizada pela proposição e adoção de discursos e medidas destinados a gerir, tanto simbólica quanto legalmente, o corpo social através de distintas instâncias da vida – entre elas, a vida reprodutiva. Sobretudo quando se tem como campo de pesquisa jornais e periódicos e como objeto de estudo a prática do aborto. Ao longo dos anos 1940, o regime vai se enfraquecendo, e a liberdade de imprensa sendo lentamente restaurada. Contudo, os efeitos da censura são marcantes no período. O jornal de referência escolhido foi o *Jornal do Brasil (JB)*, que junto a outros jornais teve papel importante nos desdobramentos políticos e sociais da década de 1930 e 1940. Além disso, o periódico demonstrava estrutura empresarial sólida, tendo sido responsável por abrir espaço para novos rumos editoriais ao ampliar seu noticiário para além das fronteiras nacionais (SODRÉ, 1999).

Apesar do ambiente adverso à liberdade de imprensa e expressão, é notório o aumento significativo da temática do aborto, que pôde ser, ao contrário da base empírica do século XIX, mapeada durante toda a década e encontrada, constantemente, em cada ano do decênio. Diante de uma base documental ampla, recorreu-se a um levantamento escalonado: cada ano foi mapeado e analisado em apenas um semestre; assim, em 1940, os primeiros seis meses são o foco; em 1941, o segundo semestre; em 1942, concentra-se outra vez no primeiro semestre. O ano de 1945, que marca o fim do Estado Novo, é mapeado integralmente. Os dois últimos anos da década são também analisados com escalonamento: 1948, de janeiro a junho; 1949, de julho a dezembro.

3.1 Demografia e progresso: o aborto em tempos de calamidade

O Código Penal foi publicado em 7 de dezembro de 1940 e suscitou intensos debates no Congresso, conforme Leocádio (2006) aponta. Contudo, tais debates não aparecem nas narrativas jornalísticas. O que emerge são narrativas que insuflam ideais nacionalistas, reeditando no século XX imaginários e representações mediadas ao longo do XIX.

O *JB*, ainda preservando arquitetura gráfica semelhante à reinante no século XIX – paginação monótona, colunas estanques e rigidamente alinhadas – ampliava, por outro lado, os recursos visuais ao flertar com colunas menos austeras e mais borradas e dinâmicas, apostando em imagens e desenhos e dando espaço para títulos e subtítulos mais destacados. Começava também um movimento de especificação editorial, em que determinados assuntos, como noticiário do mundo, comércio e finanças, esporte e cinema, discriminavam e delimitavam a localização de núcleos temáticos destas respectivas searas da realidade social.

Na página 6, dia 14/01/1940, o *JB* publicava, ao lado de seções como *Diversas Notícias* e *Coisas da Cidade*, um artigo localizado sob a identificação “Comentário”. O título era “Paradoxos do lar”, assinado pelo Monsenhor Conrado Jacarandá.

No artigo, o autor discorre sobre a “Exposição do Progresso Social”, ocorrida na França, e que sediou o “Congresso da Mãe do Lar”. “A vida dos povos tem, como interesse supremo, a realidade do lar; que ele exista, frutifique, derrame sombra e se multiplique. A sua fertilidade é benção e esperança”, o autor introduzia sua tese.

A partir daí, Monsenhor Jacarandá desenvolve seu argumento em defesa do estímulo da “mais humana e nobre das missões: a educação dos filhos”. Tece loas ao governo brasileiro, presente no evento, que “está querendo colocar a família no seu lugar, como fonte verdadeira de força nacional”. E finaliza elencando as conclusões do encontro na França, que

exortou, entre outras recomendações, “o resgate dos valores morais, espirituais, sem os quais é impossível qualquer renovação ou progresso social; a estabilidade e segurança da união conjugal; luta contra o divórcio e suas crescentes facilidades; intensificação dos esforços de preparação da jovem e da mulher para a tarefa delicada e complexa de mãe do lar”. Conclama também “respeito à vida, luta contra o neomalthusianismo, repressão ao aborto” etc.

O aborto continuava em sua condição simbólica de ameaça à vida, dentro de um imaginário amplo, de base moral, no qual não apenas o papel social da mulher tradicional, do lar, é reiterado como também sua importância para o conjunto da sociedade. A perspectiva biopolítica, de base demográfica, é notável.

Pela primeira vez, no escopo desta pesquisa, o aborto aparece explícita e formalmente sendo narrado por um ator religioso, permitindo observar um incipiente ativismo clerical como mediador social e jornalístico da interrupção da gravidez. Também é digno de nota a articulação, para não dizer aliança, entre Igreja e Estado para tratar da temática de um ponto de vista nacionalista.

No dia 25/04/1940, na página 9 (Figura 16), o *JB* dedicava mais espaço ao assunto. E é possível notar que, visualmente, o tema vai ganhando destaque ao ocupar regiões nobres dos cadernos. Nesse registro, sob o título “Crônica Jurídica” e sob o subtítulo “A infância abandonada e delinvente – Rumos novos para resolver o problema – A opinião autorizada do Juiz Saboia Lima”, o autor divide a porção superior da página com notícias da Segunda Guerra Mundial, então em curso, e da atividade do Departamento de Imprensa e Propaganda. O aborto era um tema espremido entre o conflito e a censura.

Figura 16 – *Jornal do Brasil* – página 9 – 25/04/1940



O texto reflete sobre a delinquência entre os adolescentes e situa o problema no âmbito das relações sociais fragilizadas. Reconhece que há um problema nacional e social, cujas origens podem ser encontradas, entre outros fatores, no egoísmo e no “preconceito da mulher moderna, de que a vida do lar e a criação dos filhos é a prova da mediocridade”. Para o autor, a vida moderna está na base desses problemas, por incluir a mulher no universo laboral e influenciá-las a trocar os sacrifícios de criar e educar as gerações futuras pelos prazeres mundanos.

O juiz Saboia Lima expande sua crítica ao condenar o enaltecimento da esterilização, no contexto de uma modernidade malthusiana³¹: “proporcionam indicações práticas para consegui-la, quando não se a tem, recorre-se ao aborto”. E continua: “Médicos há que até preconizam a castração da mulher sempre que tenha que ser feita a operação de apendicite: e, então...uma epidemia de apendicite invadiu todas as classes”.

O juiz enaltece o Estado Novo, que age em prol de uma civilização superior para despertar “energias ocultas, coordenar trabalhos particulares, em trabalho ao mesmo tempo de economia e da mais ampla proteção aos valores capazes de melhorar e desenvolver-se”. E conclui, propondo soluções para o problema da delinquência: “Nesse assunto de assistência social, não há homem que possa rivalizar com a mulher. [...] com essa fina inteligência do coração, que ninguém possui como elas, são as senhoras as melhores pesquisadoras dos males sociais e as suas mais dedicadas enfermeiras. São elas as colaboradoras insubstituíveis de todas as instituições de assistência”.

Empolada e entusiasmada, a narrativa está longe de ser notória apenas pela sua forma. Novamente, é possível observar o alinhamento entre o periódico e o clima político de então. A reiteração do papel social da mulher, destinada ao cuidado e à criação, passa pela naturalização de um corpo programado, na sua presumida essência biológica, à assistência. O homem é considerado incapaz para tanto. Já a mulher, moldada pelo amor do coração. É digno de nota que o autor se aborreça com estratégias de escape aos roteiros sociais de vida reprodutiva, com mulheres alegando apendicite para tomar controle sobre seus corpos. A fuga do modelo reprodutivo era fonte de sentimento de repulsa no imaginário dominante, o que

³¹ A teoria malthusiana é de autoria do inglês Thomaz Malthus, que viveu entre meados do século XVIII e início do XIX. Suas reflexões, em termos gerais, resumem-se na ideia de que a população humana crescia exponencialmente, enquanto a produção de alimentos expandia-se em ritmo menor, o que acarretaria em escassez e fome. A explosão demográfica era considerada uma grave ameaça e, por isso, alimentava desejos e convicções sobre o controle da natalidade. Le Naour e Valenti (2003) afirmam que Malthus é um pensador central para os estudos e debates sobre reprodução e natalidade que florescem a partir do século XIX, pois situa a demografia no âmago da economia política.

empurrava as mulheres à clandestinidade. Amor e ira, nesse contexto, coexistiam na usina social de sentimentos evocados pelo aborto.

É paradoxal observar que o impulso industrializante que insere, ainda que sensivelmente naquele momento, a mulher no mundo do trabalho seja considerado pelo autor como combustível dos desarranjos sociais, entre os quais o aborto, não obstante o desenvolvimento industrial ter sido um projeto político e econômico do governo, ao qual o jornal e o autor alinhavam-se. A condenação ao aborto, assim como os papéis sociais da mulher e os imaginários reprodutivos, permeavam narrativas complexas e ambíguas.

O tratamento destinado à interrupção da gravidez aparecia na fronteira ampla e tensa entre modernidade e tradição, esta considerada a condição ideal de desenvolvimento e progresso, aquela como um presente difuso, desprovido de caracterização sólida, mas de qualquer forma ameaçador nas suas tendências e comportamentos regressivos. Havia nas narrativas daquele período a ideia corrente de um choque entre modelos de civilização e de organização social, no qual o presente aparecia como uma constante ameaça aos valores pretéritos considerados virtuosos e objeto de nostalgia. E o aborto continuava, no passado (século XIX) e naquele presente, considerado com frequência uma dessas ameaças.

Daí que não surpreende que a violência daqueles tempos, exemplificada na delinquência juvenil, seja uma temática tratada em articulação com o aborto, reforçando o imaginário de destruição e risco associado à prática.

É notório ainda como o direito permanece como eixo narrativo expressivo, especialmente por causa da figura de autoridade do juiz autor do texto. Trata-se de um lugar de fala com amplo poder e legitimidade. Um típico empreendedor moral. Ao percorrer o fio histórico estendido nesta tese, as narrativas jurídico-legais são numerosas. Do século XIX até os anos 1940, constituíram um operador de simbolização permanente. O juiz Saboia é exemplo claro dessa tendência. Sua fala não é fortuita (a identidade de juiz é destacada no subtítulo) e pode ser compreendida no contexto de um país que se reorganizava social, política e economicamente, e amparava-se em lógicas normativas rígidas. A perspectiva punitiva e de controle sobre os corpos era reeditada através da fala autorizada de uma eminência social. Quem poderia contestar a legitimidade de um juiz, num período autoritário com inclinação abertamente nacionalista, a evocar sentimentos de pertencimento e de proteção à vida e à ordem social? O aborto mantinha-se no seu percurso narrativo marcado pelo tom emotivo, mobilizando sentimentos de desprezo e mesmo ódio diante de um mundo cuja tradição desmoronava com as transformações da ordem econômica e das relações sociais.

Nesse sentido, as narrativas jornalísticas ficam concentradas no campo das representações jurídicas e religiosas, o que se reflete na reprodução de concepções sobre corpo e papéis de gênero. Sentimentos como raiva e pavor diante da calamidade – vale ressaltar que o mundo era palco da Segunda Guerra -- completam o percurso narrativo, alimentando um imaginário já conhecido, da morte e da tragédia, que se desenvolve (re)inventando o aborto no século XX.

Em 1941, o primeiro registro sobre a prática é encontrado no *JB* de 11/07, página 14, na modalidade editorial do *fait divers*. Em meio a uma miríade de temas dos mais variados, tais como agenda de autoridades, notícias das Forças Militares, anúncio de festas, editais públicos, notas de homenagens e informes de negócios, uma breve nota com o título “Distribuído a 5ª Vara Criminal o inquérito em que são acusados o Dr. Wolfgang Bacelar Melo e outros” relatava que o 1º delegado enviara a juízo os autos do inquérito em que o Dr. Wolfgang e Heronita Oliveira Cavas, conhecida como Madame Anita, e outros indivíduos responderiam às acusações de terem provocado aborto.

A nota é sucinta e não proporciona oportunidade de compreender com detalhes o caso, tampouco de identificar as circunstâncias do aborto. Constitui um típico *fait divers*, pela sua brevidade e conteúdo criminal. Reforça a lógica penal e de punição que amparava e condicionava o cardápio noticioso da década de 1940. Tal qual no século XIX, determinados padrões sobreviviam às décadas e contribuía para reafirmar o lugar social espinhoso, de espanto e pavor, no qual o aborto se situava. Chama atenção que é a primeira notícia que se tem, no escopo desta pesquisa, de um médico ocupando a condição de réu pelo crime de aborto. No século anterior, os médicos apareciam ora como produtores de narrativas sobre aborto, relatando experiências clínicas e farmacológicas para lidar com o fenômeno, ora como agentes prescritivos de normas e regulações acerca da atividade médica e suas implicações éticas e legais. Não raro, eram contumazes opositores da prática, ainda que a relativizassem sob certas circunstâncias. Aqui, há uma inflexão que parece vilanizar a figura médica, no sentido de que ela passa a ser representada como um algoz, alguém que aparece na narrativa como protagonista e perpetrador do crime de aborto, e não mais como um agente que cuida ou que dita as regras.

Se o médico é sujeito de um deslocamento simbólico, também a figura do feto é objeto de uma mudança relevante, pois mostra-se ausente no início dos anos 1940. Enquanto no século XIX, predominavam narrativas que nomeavam, explicitavam, esmiuçavam a condição corporal do feto, bem como sua potência ontológica, em meados do século XX, o feto não mais desempenha protagonismo. Sua figura desaparece do vocabulário, o que,

retomando as reflexões de Foucault (1999), é muito representativo acerca dos impactos e dos sentidos que a linguagem estabelece com a realidade social. Teria o feto perdido importância social? Parece claro que não, e uma das possibilidades a se levantar é se, antes de um apagamento, não estamos diante de um silêncio protetor, como se não fosse prudente sequer mencionar uma imagem que, no contexto natalista e nacionalista, devesse ser preservada. Ou, ainda, não haveria uma equiparação semântica entre feto e criança, figura esta tão central para o pensamento biopolítico em voga naquele momento?

Boltanski (2004) dedica parte de suas reflexões a compreender o lugar que o feto ocupa em diferentes contextos sociais, políticos e filosóficos. Um deles é o dos Estados nacionalistas e de caráter industrializante. Nesses contextos, ele identifica que o que prevalece é a vontade coletiva sobre os atos reprodutivos. Assim, o feto é confirmado desde o ventre como um bem de domínio público, independentemente da vontade materna. Aqui, parece haver correlação com a equiparação semântica entre feto e criança, pois o estágio intra-uterino é, desde sempre, uma posse coletiva com finalidade política e social, sendo o embrião/feto um corpo automaticamente encarado como singular, dotado de personalidade e valor: uma criança no ventre.

No dia 23/07/1941, na página 6, o tema reaparece. E retoma narrativa típica do século anterior, quando impressos científicos especializados dedicavam-se a debater e sistematizar conhecimento sobre diversos assuntos (MOREL, 2016; SODRÉ, 1999). Ladeado por informações também variadas sobre a cidade, militares, setor agrário, imigrações e notas religiosas, estava publicada uma nota com o título “Arquivo da Polícia Civil de São Paulo”, sem autoria indicada. No texto, era anunciado o livro com o mesmo título e que apresentava páginas de um “esforço intelectual de funcionários e autoridades” discutindo problemas que afligiam “todos aqueles que desempenham funções públicas no difícil setor policial”. A partir daí, o texto elenca alguns dos temas que são contemplados em capítulos, entre os quais está “O aborto no novo Código Penal (Medicina Judiciária)”. A dobradinha medicina e direito outra vez, tal qual ao longo do século XIX, mediava a tematização jornalística da prática, ainda que de maneira sucinta e breve, mas, de qualquer forma, (re)inventando a temática a partir de um olhar triunfante sobre o “novo” texto criminal num âmbito da vida social acometido por “dificuldades”.

Nesse espírito científico reeditado, de aventura pelo conhecimento, o *JB* dedicava (Figura 17) no dia 10/08/1941, em sua página 36, um longo texto sobre o Instituto Biológico de São Paulo. Com o título “Uma organização científica que eleva e honra o Continente Americano”, sem autoria identificada, o texto falava da importância do órgão para o país, sua

No artigo, a autora, pela primeira vez uma mulher produzindo narrativa sobre aborto, reflete sobre a situação populacional na França. Aborda criticamente a mudança demográfica causada pela prática das famílias francesas de preferir o filho único: “esse rebento único, querido, mimado, cercado de conforto, tornou-se praticamente a causa primordial da morte lenta da nação”. Por isso, foi elaborada uma política familiar que conseguiu retomar o crescimento da população, conforme a autora afirma, particularmente após a 1ª Guerra Mundial³².

O texto cita outras medidas que, tomadas na década de 1930, contribuíram para o processo. Foram elas: a repressão ao aborto e a modificação na lei do divórcio. De acordo com a autora, no cenário de guerra então vigente, era necessário que outros países acolhessem crianças francesas afetadas pelo conflito. E conclui que o “aumento da natalidade [...] mostra que o reerguimento do número de nascimentos na França é uma coisa perfeitamente possível, e autoriza todas as esperanças no reerguimento definitivo para o futuro”.

Um padrão que se repetia nas narrativas era não apenas a perspectiva demográfica, além do evidente pano de fundo do imaginário penal e punitivo. Eram também costumeiras as narrativas sobre aborto no bojo da Segunda Guerra. O contexto de destruição e de inquietação com o futuro (sempre considerado sombrio) configuravam um cenário fértil para a simbolização do aborto.

Figura 18 – *Jornal do Brasil* – 1ª página – 14/09/1941



³² Le Naour e Valenti (2003) demonstram que a 1ª Guerra teve efeitos devastadores para a demografia francesa, provocando uma França “desnatalizada”, traumatizada pelo conflito e, conseqüentemente, angustiada com o temor do desaparecimento. Por isso, o aborto é tido, a partir dessa conjuntura, como um ato anti-nacional, que coloca a pátria em xeque. Um ato contrário aos interesses da sociedade e do Estado, que passa, por sua vez, a também circular no imaginário brasileiro.

Havia um esforço editorial crescente e nítido para privilegiar realidades estrangeiras. À medida que o mundo vai sendo mobilizado para representar e mediar a interrupção da gravidez, as fronteiras simbólicas vão sendo expandidas, e o aborto vai sendo inventado também por esses percursos globais.

Em 1942, no dia 11 de fevereiro, o *JB* destacava na página 35, em meio à publicidade de produtos, notas religiosas, notas sociais (“elegâncias”), programação de rádio etc, um anúncio intitulado “Anais brasileiros de ginecologia”, publicação científica de 1942, de autoria do professor Arnaldo de Moraes. A obra era voltada ao resumo de publicações estrangeiras, contendo no sumário temas como: “câncer de colo de útero, defeitos congênitos da pele e sua patogenia e aborto recidivante e aborto iminente”.

No dia 18/04, na página 9, o mundo letrado das ciências continuava sua marcha. Desta feita, na seção “O Livro do Dia” dava-se destaque para a obra “O novo Código Penal e a Medicina Legal”, de autoria de Leonidas Ribeiro, então professor da Faculdade Fluminense de Medicina. O livro partia do pressuposto da importância da Medicina Legal para a “elaboração de boas leis penais”. O autor do livro, conforme a nota registra, dizia-se inspirado no médico italiano Cesare Lombroso³³. Entre as temáticas abordadas na obra estavam “dor”, “inversão sexual”, “curandeirismo”, “infanticídio” e “aborto”.

A mediação científica preservava-se nas narrativas jornalísticas, situando o saber médico como produtor privilegiado de representações sobre a prática do aborto, e num movimento cada vez mais estreito não apenas com o direito como campo de saber amplo, mas com o direito penal visto particularmente como uma forma privilegiada e eficaz de regulação reprodutiva e ordenação social. Também a medicina, em seus nichos especializados, destacava-se como mediadora do tema.

3.2 Novas arenas no Pós-Guerra: bioética, debates globais e política parlamentar

Em 1945, o Estado Novo ruiu. Desgastes de diversos fronts contribuíram para o desfecho: o fim da Segunda Guerra Mundial, na qual o país manteve-se neutro até 1942, quando cerrou fileiras com os Aliados e enviou soldados para combater na Europa; críticas contra a falta de liberdades civis; pressão política de setores econômicos e políticos contra o

³³ Cesare Lombroso (1835-1909) tornou-se célebre por sua teoria que associava delitos e crimes a propensões naturais e biológicas, numa chave de compreensão considerada racista nos dias atuais, pois situava tais propensões no âmbito de uma perspectiva evolutiva em que determinados grupos ou indivíduos eram mais “desenvolvidos” que outros. Pedro (2003) observa que os Códigos Penais do século XIX, bem como doutrinas de direito privilegiadas no XX possuíam influência das concepções de direito, medicina e sociedade de Lombroso.

autoritarismo em um mundo que acabara de testemunhar a queda de regimes fascistas. Nos momentos finais do Estado Novo, Vargas extinguiu a censura oficial (DIP) e viu-se obrigado a libertar presos políticos. A criação de novos partidos políticos e a definição de eleições gerais para o fim de 1945 puseram fim ao regime, sem contudo, conforme Arilha, Corrêa e Cunha sublinham (2016), extinguir os imaginários maternalistas e biopolíticos turbinados no período.

É nesse ambiente que o *Jornal do Brasil*, de 26/04/1945, noticiava na página 8 (figura 19), em meio a assuntos diversos, uma breve nota sobre palestra da embaixatriz dos Estados Unidos, Berle Junior, na Sociedade de Obstetrícia do Hospital Pró-Matre. Médica, ela é descrita como “nome destacado dos círculos médicos, pois clinicou muito tempo em seu país”. A palestra teve como foco o aborto “sob ponto de vista médico-social e, também, a mortalidade infantil provocada pela diarreia aqui e nos EUA, onde segundo suas expressões, em 1900, Nova Iorque e Rio de Janeiro estavam em igualdade”. A nota finaliza dizendo que a palestra, cuja sala “se encheu de figuras de destaque, médicos e enfermeiras”, foi ilustrada por filmes mostrando métodos eficientes para preservar a saúde infantil.

O tema permanece sendo tratado como um assunto médico, associado ao combate à mortalidade infantil, e não fica clara a posição quanto à aceitação da prática. É digno de nota ainda que uma mulher apareça como empreendedora moral, o que a função de Embaixatriz, tanto quanto a profissão médica, parece contribuir para o prestígio e o poder de discorrer sobre o tema. A fala científica é o território semântico privilegiado: hipóteses epidemiológicas, métodos de preservação da vida infantil são elencados para uma plateia caracterizada como prestigiosa em um hospital. O aborto era cada vez mais inscrito em narrativas catedráticas e formais, em que o prestígio profissional e intelectual e a relevância política credenciavam as vozes.

Figura 19 – *Jornal do Brasil* – página 8 – 26/04/1945

nosso país.

Loções Gally

PERFUMAM OS MAIS BELOS PENTEADOS!
Orygan — Ève Rose — Narciso Azul — Paris e Harpa
A venda em todo o Brasil

CONFERÊNCIAS — O Instituto Brasileiro de Letras realizará, hoje, em sua sede — Edifício "Jornal do Comercio", 4º andar, sala 423 — às 17 horas, uma sessão especial em homenagem a Rio Branco. Será orador o Dr. Oton Costa.

— Realiza-se, hoje, às 18 horas, na Faculdade Nacional de Filosofia, à rua Aparício Borges n. 40, 4º andar, mais uma conferência da serie que, a convite daquela Instituição, ali está sendo levada a efeito pelo professor Morton D. Zabel.

O conferencista dissertará sobre: "Benjamin Franklin: o caráter americano na literatura".

— A Embaixatriz Adolf Berle Junior, é nome destacado dos círculos medicos, pois clinicou muito tempo em seu país. Foi, pois, como medica, que a ilustre dama dos Estados Unidos realizou ontem, pela manhã, na Sociedade de Obstetricia do Hospital da Pró-Matre aplaudida conferencia, focalizando o aborto sob o ponto de vista medico-social e, também, a mortalidade infantil provada pela diarreia, aqui e nos Estados Unidos, onde, segundo expressões suas, em 1900, Nova York e Rio de Janeiro estavam na mesma igualdade. A conferencia foi ilustrada com varios filmes, onde foram mostrados os metodos mais eficientes a fim de preservar a saúde da infancia. A sala da Sociedade de Obstetricia do Hospital da Pró-Matre, se encheu de figuras de destaque, medicos e enfermeiras, para ouvir a Embaixatriz norte-americana.

FESTAS — O Fluminense F. C. realizará, amanhã, no "Grill-Room" do Cassino da Urca, um jantar-dançante, das 20.00 às

A Bahia cultua a memoria de J. J. Seabra
ABERTA A CONCORRÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DO MONUMENTO AO SAUDOSO HEPTACENO PUBLICO

A Secretaria Geral da Comissão Executiva Pró Monumento J. J. Seabra acaba de abrir concorrência, por edital publico "Diario Oficial" do Estado da Bahia, em 24 do corrente mês apresentação de desenhos quietes, no prazo de 90 dias projeto para execução do monumento a ser erigido na Pr. Piedade, em Salvador, áquel dooso lider democrata.

As inscrições estão abertas concorrentes, na Secretaria do Instituto Historico e Geografico Bahia, podendo os interessados, os artistas que d concorrer, obter todas as informações aqui no Rio, por inter da Secretaria da Casa da Bahia Avenida Rio Branco 114, 9º onde se encontra, em original edital da concorrência. O monumento teve o seu orçamento do em Cr\$ 700.000,00, sendo a Comissão Executiva desti premio de Cr\$ 10.000,00 ao do projeto que obtiver a se colocação, ficando a execução obra a cargo do artista e classificar em primeiro lugar Secretaria da Casa da Bahia contram-se fotografias e p do local onde será erigido monumento, especialmente feita ra orinetar os artistas qual ambiente que emoldurará de arte.

O CENTENÁRIO DO BARÃO D'ORIO BRAGA
A SOLENIIDADE DE ONTEM NO CLUB MILITAR

Colaborando no programa centenario de nascimento do Barão do Rio Branco, o Club Militar realizou, ontem, às 17 horas pressiva cerimonia, com a sença de altas autoridades e militares, convidados, de instituições educacionais do de destacar os Ministros Estado, os adidos militares e gentina, aeronautas da

Não por acaso o aborto extravasa sua tematização do campo da medicina e entra no terreno da política formal, mais especificamente a partidária. No dia 04 de maio de 1945, num país que se distanciava do autoritarismo e via surgir novas agremiações partidárias, o *JB* estampava na página 6 (Figura 20) o título "Coisas da Política". No regime democrático que se avizinhava, e naquelas circunstâncias de imaginário, o aborto não deixaria de ser uma preocupação dos pretendentes do poder. Entre as coisas da política, estava a fundação do Partido da Lavoura, Indústria e Comércio, cuja reunião inaugural o *JB* relatava citando os presentes, as declarações e a íntegra do programa.

Entre as propostas e princípios do partido estavam “a supremacia da técnica, garantia de trabalho a todo cidadão, moralização do ensino médio e superior, garantia à propriedade, assistência à velhice e à infância, moralização da família e repressão ao jogo, vícios degradantes, destacando-se o abuso do álcool e a indústria do aborto criminoso”. Dentre as aspirações, constavam ainda a defesa de um governo republicano, do sufrágio universal, secreto e direto aos maiores de 18 anos de ambos os sexos, além da “defesa da eugenia”³⁴ na preparação de gerações fortes”.

Figura 20 – *Jornal do Brasil* – página 6 – 04/05/1945

JORNAL DO BRASIL — SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1945

PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO

INDÍCIAS CONTRA AS PADRÕES QUE ESTÃO BURLANDO A TABELA — O CARVÃO, A CARNE E OS OVOS

Em virtude da ausência do Coronel Jesuino de Albuquerque, decidiu a reunião de ontem da Comissão Consultiva do Serviço de Abastecimento o Sr. Silvío Maia, iniciando os trabalhos, discutindo o problema do abastecimento de carvão à cidade. O Sr. de Abastecimento, ao que chamou o Sr. Silvío Maia, tem um plano, por todos os meios, para solucionar esse assunto. Assim é que providenciada a venda, em mercados de emergência, de certas quantidades de carvão vegetal, tão indispensável, principalmente, nos lares mais modestos. A partir de amanhã, os mercados de emergência do Meyer, Isabel e Botafogo começarão a vender carvão. Primeiramente o vendido mil quilos, posteriormente, ser aumentada a quantidade. Cada pessoa será adquirir, no máximo, 5 quilos de carvão. Dentro de alguns dias, os mercados de São Tomé e Penha serão, da mesma forma, igualmente abastecidos com carvão vegetal.

Formou, ainda, o Sr. Silvío Maia, que o Coronel Jesuino de Albuquerque está estudando uma nova taxa para se estabelecer uma taxa de sacrifício sobre o carvão destinado aos gaúchos e que será ser vendida ao público. Foi a seguir, o Sr. Silvío Maia, sobre a questão do tomate, o que deveria ser feita nova classificação do produto, que passa a ser oferecido ao público dois tipos. Um, de primeira, cujo preço máximo do tabelamento, isto é, a Cr\$ 5,50, e outro de tipo popular, que seria vendido em Cr\$ 4,00 o quilo. A respeito de tomate, acentuou o Sr. de Abastecimento, que a Prefeitura do Estado do Rio, dentro de um mês, esse assunto ficou a ser resolvido na próxima reunião. Outro assunto, cuja solução foi igualmente adçada, é o que se refere a um pedido de au-

Coisas da Política

A entrevista do Brigadeiro Eduardo Gomes — O Sr. Getúlio Vargas deverá ser o presidente de honra do Partido oficial — Anunciado um comício das esquerdas, falando o Sr. Luiz Carlos Prestes — O programa do Partido da Lavoura, Indústria e Comércio

Não houve em Yalta que:

Por BARNET NOV

Washington, 3 (Por telegrafica) — “Nosso aqui, na Grímécia”, Churchill, Roosevelt, numa declaração conjunta pedida no fecho da Conferência de Yalta, “velo reafirmo comum determinação, vindoura, de manter igual à unidade de propósito de ação que tornou certa a vitória das Nações nesta guerra”.

Tais palavras, vigorosas de esperança, causam gozo em todo o mundo e por todos foi reconhecidas aquelas palavras “Grandes” estavam intencionalmente com uma e crescente compreensão entre os países e entre todas as amantes da paz podem altas aspirações da humanidade serem alcançadas”.

Aquilo sucedeu em Yalta, porém, agora estamos durante o intervalo das sessões uma sucessão de mentes foi registrada e cessos lançaram um sombra de dúvida sob clamada unidade americana.

Hoje, é berrantemente naturalmente, que não harmonia de pensar e que não se trata a questão.

A muito debatida questão consistiu em (1) Os Estados Unidos Grã-Bretanha concordar aceitar as exigências sobre o território polaco e sul da denominada Ison; 2) A ampliação do no de Unidade Nacio-

O MAIOR-BRIGADEIRO Eduardo Gomes, visado diretamente pela última oração do Sr. Getúlio Vargas, entendeu de seu dever trazer, imediatamente, a sua refutação a vários trechos do pronunciamento do estado do Rio de Janeiro da Gama. E fez-lo — não há nega-lo — com uma serenidade e uma objetividade dignas do registro. Se vários aspectos ainda existem a ser focalizados pelo candidato oposicionista, e que certamente serão assunto para novas declarações públicas, o certo é que alguns dos mais cruciantes problemas do momento nacional foram abordados com segurança e elevado espírito de crítica. A alta exagerada e sem controle dos preços, que teriam por teto o próprio céu, e o pauperismo das populações brasileiras, apesar dos ilustres aumentos de salários, mereceram do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes crítica oportuna e feliz. Assim também ocorreu, por exemplo, com o que se refere aos emprestimos externos, embora S. Excia. se houvesse olvidado de recordar que o Sr. Getúlio Vargas é também um homem do passado, nascido e criado em meio às virtudes e aos erros dos tempos que agora são tão duramente criticados por ele mesmo. Finalmente o drama da inflação, sem redens nem medidas, foi duramente proferido pelo candidato da União Democrática Nacional. Mas vale res-

Estados afora, cujos Estatutos serão lidos e conhecido o seu programa político da benevolência para o Brasil e o mundo, pela paz e pelo que se pronunciarão os seus representantes, entre a corrente democrática do País, seja em Assembleia Municipal ou em Parlamento Nacional.

Outrossim, peço-lhe alterar a ordem da Comissão para elaborar os Estatutos do Partido da Lavoura, Indústria e Comércio, para a seguinte: Julio Cesar de Melo, Humberto Bruno, Guilherme da Silveira Filho, Manuel Caldeira de Alvarado, Ismael Cavalcanti, José Alberto da Silva, José Veloso de Castro e José Morris Dias.”

A seguir, o Sr. Cesário de Melo procedeu à leitura do programa do Partido, que é o seguinte:

“A Lavoura, a Indústria e o Comércio representam as três organizações coletivas de melhores responsabilidades na estrutura econômica do Mundo. A atuação útil de cada uma dessas organizações depende da uniformização de seus ideais, por isso, só em conjunto é que poderão concretizar seus intentos de Paz e de Progresso, duas aspirações milenares da Humanidade, no caminho seguro da Civilização Cristã.

O congruamento e fortalecimento da Lavoura, da Indústria e do Comércio determinará, como consequência lógica, o amparo de todas as demais classes sociais que pela natureza de suas funções, se filiam a essas três grandes organizações econômicas, exaltando-as

terbase coletivo, mesmo com o sacrifício particular de seus adeptos. Art. 2.º — O Partido da Lavoura, Indústria e Comércio se assolará para manter a unidade Nacional, dentro do regime Republicano Federativo. Art. 3.º — O Partido da Lavoura, Indústria e Comércio, atuará em todos os Estados do Brasil, por intermédio de Delegações diretamente ligadas à Comissão Central Deliberativa. Art. 4.º — O Partido da Lavoura, Indústria e Comércio exercerá sua atividade dentro da Ordem, de Disciplina e da mais estrita obediência às Leis do País, cuja utilidade, no interesse geral, seja manifesta. Art. 5.º — O Partido da Lavoura, Indústria e Comércio, pugnará dentro das inúmeras aspirações do povo:

No País — a) pelo regime Republicano Federativo e Representativo; b) pela Unidade Nacional; c) pela unificação da Magistratura; d) pelo regime de autonomia e responsabilidade administrativa do serviço público; e) pela autonomia administrativa dos Estados, Territórios e Distrito Federal; f) pela supremacia da técnica; g) pela garantia do trabalho a todo cidadão válido e capaz; h) pela moralização do ensino médio e superior e pela educação profissional generalizada; i) pela garantia à propriedade; j) pela justa remuneração do trabalho e da ciência aplicada; k) pela equiparação do trabalho e da técnica ao capital; l) pela criação do Banco Rural; m) pela assistência à velhice, à invalidez e à infância; n) pela moralização da Família e repressão ao jogo e vícios degradantes, destacando-se o abuso do álcool e a indústria do aborto criminoso; o) pela eugenia da

De modo explícito, o tema do aborto adquire institucionalidade na medida em que é mencionado como um objetivo de governo. Além do fato óbvio de, no contexto desta tese, ser pela primeira vez identificado como uma temática partidária (e, portanto, com implicação eleitoral), é também alvo de aspirações que tornam ainda mais denso o tema: o imaginário nacionalista é articulado com ideais tecnocêntricas, eugenistas e higienistas, o que ajuda na

³⁴ Eugenia pode ser explicada como um esforço de intervenção seletiva para alterar, aprimorar ou corrigir características individuais e/ou coletivas, uma espécie de tentativa de programar indivíduos. Conforme Torres (2008) afirma, evocando o precursor das ideias eugênicas, o inglês Francis Galton (1822-1911), “a ideia de que a família e a sociedade podiam ser cultivadas como um jardim, do qual ‘ervas daninhas’ deviam ser eliminadas em benefício de ‘plantas úteis’, era uma metáfora de suas proposições. A eugenia pretendia oferecer uma seleção eficiente e rápida: o que a natureza levava gerações para realizar, a ciência poderia obter criteriosamente através do planejamento”.

compreensão do prestígio que Lombroso reunia naquele período. As repercussões simbólicas da Segunda Guerra e suas origens ideológicas continuavam presentes. O tom é punitivo e de repressão e remete aos pânicos e temores políticos e morais que povoavam a sociedade brasileira em meados do século XX no tocante à vida biológica e seus fenômenos.

Do ponto de vista social e educacional, continua o texto, o partido propunha ainda “assistência hospitalar, ensino primário gratuito e obrigatório para alfabetização, repressão às greves, ao suborno, ao contrabando e ao aborto criminoso”. Com efeito, a interrupção da gravidez era reiterada como um delito, um ato criminoso, sendo motivo de preocupação específica, ao lado de fenômeno díspares e difusos como greve, contrabando e suborno. Educar e cuidar eram aspirações que não faziam sentido sem o ato de punir, o que demonstra que o aborto era um tema socialmente pedagógico, isto é, alimentava ansios de controle e regulação tanto do corpo coletivo da sociedade quanto dos corpos individuais. A punição à prática era encarada como uma forma de educação moral.

Figura 21 – *Jornal do Brasil* – página 9 – 22/06/1945

Registro de diplomas no Departamento Nacional de Educação

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, autorizou fossem registrados os diplomas de: Engenheiro Civil: Eugênio Oivaldo Grandinetti; Médico: Mário Leoni, Leopoldo Cristiano Krichanã da Silva, Orlando de Lacerda Rocha, Francisco Ribeiro da Silva, Cirurgião Dentista: Aladim de Souza Rocha, Fernando Silveira Abbot, Newton Bião Azeredo, Francisco Teófilo dos Santos; Farmacêutico: Ari Atiab Marques; Bacharel: Valter Mala Almeida, José Bastos Ferreira, Eklia Nassim Kallias, José Peralto Ayres, Valdir Freitas de Castro, Newton de Oliveira Quirino, José Artires Sandoval, Plínio Rebouças Bangel; Bacharel em História e Geografia: Daisy Pereira da Silva, Alfredo Hans; Bacharel em História Natural: Francisco Jerônimo Sales Lara; Bacharel em Filosofia: Maria de Lourdes de Souza Pereira; Certificado do Curso Especial de Dactilografia: Ursilene Vieira Duarte.

ANAIAS BRASILEIROS DE GINECOLOGIA — Recebemos o n.º 5 do Vol. 19, ano X, Junho de 1945, dessa publicação científica, de que é diretor-fundador o Prof. Arnaldo de Moraes. Este número que se apresenta com mais de 100 páginas de texto das quais 50 consagradas a resumos de publicações estrangeiras, trás o seguinte sumário: **Trabalhos Originaes** — Tumor de estômago da gravídula — Prof. Arnaldo de Moraes. Em torno das rupturas do útero em trabalho de parto — Dr. Vitor do Amaral Filho. Histerectomia mensural — conservadora (Instilação previa de contraste corado na cavidade uterina) — Dr. Luciano H. Dutra. Sobre um caso de cisto dermóide ovariano — Dr. Jorge Rodrigues Lima. **Aborto** retido tubário (Miscarriage Abortion) — Dr. Oscar B. Nestares e Dr. Nicolau Assall. **Progressos da embriologia humana e notas e comentários.**

Por motivo de concerto, ficarão sem energia elétrica, hoje, 6.ª-feira, os seguintes logradouros: São Cristóvão — Das 6 às 7,30 horas. — Rua da Alegria, entre o prédio n.º 821 e Rua Avila; Rua Ferreira Lopes, entre os prédios n.ºs 56 e 78; Rua Capitão Felix, toda; Rua Avila, toda; Rua Urubim, toda; Rua Couto Magalhães, entre os prédios n.ºs 183 e 234; Rua “D”, toda; Rua “E”, toda; Rua Ferreira de Araújo, toda.

Atravessaram o Atlântico para se exibirem apenas aos “pracinhas”

Bad Em. 21 (Por João McDermott, da U. P.) — “Lamentamos isto, caro senhor, mas queira sair!” E foi assim que dois guardas militares puseram um tenente da entrada dos artistas do teatro local para fora. Depois, à guisa de explicação, disseram mais: “Aquelas ‘meninas’ disseram que desiam divertir unicamente soldados. Queira desculpar sr. tenente.” E foi assim que um oficial ficou impedido de assistir uma representação de dezesseis delicias americanas que trabalhavam no “premiere” da esplanada “Copecabana Review.”

All em cima eu disse um oficial, mas o certo é que na “orenière” da “Copecabana Review” não se contou com a presença de nenhum deles — nem inferiores nem superiores. O espetáculo era exclusivamente para os “pracinhas” americanos.

Para convencer o “quadro” uma das garças, uma garça do Kentucky, de nome Marva Morton, fez a seguinte declaração: “Atravessamos o Atlântico para divertir soldados, e não oficiais. E é isso o que estamos fazendo.”

ONIBUS INCENDIADO-33 — Para Avenida Graça Aranha, foi solicitado, ontem, um socorro dos Bombeiros para extinguir as chamas de que foi presa o onibus n.º 3093 da “Frota Excelsior”, que faz a linha “Forte de Copacabana”. Originou o fogo um curto-circuito nas instalações do veículo. Com a presença de sempre, compareceram ao local os bravos soldados do fogo que prontamente debelaram as chamas que já iam envolvendo todo o veículo. A polícia do 5.º Distrito soube do fato.

O FISCAL DO CASSINO FOI AGREDIDO PELO MÚSCO — O fiscal do Cassino da Urea, Marcelo Melo, de 33 anos, casado, funcionário publico e residente à rua Marechal Niobe, 53, apartamento 3, queixou-se ao 3.º Distrito de que fora agredido a socos e pontapés pelo músico da orquestra do referido cassino, Antonio Cardoso Martins, mais conhecido pelo vulgo de “Russo do Pandeiro”. A agressão se verificou à hora de saída, tendo a vítima em busca de socorro, dirigido ao Hospital Miguel Couto.

Mais do que um tema genericamente médico ou hospitalar, o aborto era capturado por olhares especializados dentro do próprio campo da saúde. No dia 22 de junho de 45, a página 9 do *JB* trazia (Figura 21) uma pequena nota intitulada de “Anais brasileiros de ginecologia”, na qual informava sobre o n.º 5, do volume 19, ano X, de junho de 1945, da publicação. Eram mais de 100 páginas, das quais 50 dedicadas a resumos de publicações estrangeiras. Entre os

títulos, estava “Tumor de células da granulosa”; “Em torno das rupturas do útero em trabalho de parto”; e “Aborto retido tubário (missed abortion)”, de autoria do Dr. Oscar B.Nestarez e Dr. Nicolau Assari. A narrativa enciclopédica, de listar e apresentar temas e termos, de influência claramente Iluminista, permanecia viva e ativa, numa sinalização de que o desejo de saber e conhecer tornava-se mais sofisticado e não cessava com o passar do tempo. Se, antes era o saber médico genérico que se notabilizava, agora era o saber ginecológico – ramo voltado para o estudo e cuidado das particularidades sexuais e reprodutivas do corpo biológico da mulher - que mediava a temática.

A diagramação densa, majoritariamente textual e com parca divisão editorial era semelhante à dos jornais do fim do século XIX. Isso se deu no ano de 1945, também pouco na tematização sobre aborto, e também viria a ser uma característica gráfica do ano de 1948, que passava, contudo, a arejar as páginas com títulos e subtítulos destacados, além de fotos.

Figura 22 – Jornal do Brasil – página 8 – 30/01/1948

JORNAL DO BRASIL — SEXTA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 1948

Notas Religiosas

SANTO DO DIA

SANTA MARTINHA, VIRGEM E MARTIR

A gloriosa santa, filha de uma mais distantes famílias romanas e mesma hoje considerada como das padroeiras de Roma, nasceu no domínio do paganismo e quase muito bem educada, entrou ao cristianismo e logo se converteu à religião. Parando os pais, deu pobres toda a sua fortuna. Fez de castidade e passou a viver em cristã. Quando o Imperador disso, mandou chama-la e levou a abandonar a religião. Como se negasse a isso foram-lhe feitas ameaças. Martinha prometeu que se sacrificaria ao deus e único Deus. Entendendo como um ato de ablução, o Imperador uma grande festa em nome de Deus Apolo. Quando Martinha chegou, fez uma invocação à imagem oculto por terra. Então e indubiado, o Cesar chamou-a a muitos suplícios que ela teve com tamanho heroísmo que era foram as conversões. Finalmente Martinha foi com a feras. Ainda ali as feras mataram. Desesperado o César mandou a morte pela espada e assim a foverm no Reino dos Céus.

MARTIROLOGIO

que se veneram hoje:

Odesia — São Barão. Bispo.

Antiochia — Sto. Hipólito. Martir.

Francá — Santa Adelinda, religiosa.

Viterbo — Santa Jacinta. Martir-religiosa.

MONIAS VOTIVAS PELA REUNIA DAS IGREJAS

— (Noticias Católicas) — Já é mês da União das Igrejas e tendo sido inumeros os officios celebrados em Roma e Washington, em intenção de uma festa. Em Washington mereceu especial destaque a missa celebrada pelo tipo de Travençolo, na India, to-

PADRE JOÃO GUALBERTO DO AMARAL

O falecimento desse brilhante sacerdote e um dos maiores oradores sacros da atualidade

Com a morte do padre João Gualberto do Amaral, entretanto ocorrido, perdeu o arco brasileiro uma de suas figuras de maior destaque e a oratória sacra um dos seus elementos mais brilhantes. Possuidor de vasta e sólida cultura científica, padre João Gualberto era dotado de notáveis dotes de oratória, tendo-se notabilizado pelas excelentes conferências que proferiu, atraindo sempre um numeroso auditorio. Mesmo nos pulpitos, as suas qualidades de orador experimentado tomaram seus sermões dos mais apreciados pelos católicos em geral.

Padre João Gualberto era mineiro, tendo nascido em abril de 1873. Matriculado ainda menino no Seminário de Mariana, ante a completa vocação para a vida sacerdotal que manifestava, Padre João Gualberto fez neste educandário um curso brilhantissimo, presencioso da brilhante carreira que iria ter na vida Sacerdotal. Ordenado Sacerdote, o Bispo D. Silveiro Gomes Pimenta mandou-o a Roma onde se doutorou em Direito Canônico, pela Universidade Gregoriana, tendo sido premiado com medalha de merito.


Tornando ao Brasil, trabalhou com D. Silvestre, indo, depois para São Paulo, diretor espiritual e professor de teologia e Direito Canônico.

Sua projeção na capital da Republica data de 1914 quando o cardinal Arcoverde lhe confiou a revisão das pastorais coletivas dos bispos do Sul do Brasil. Por iniciativa ainda do primeiro purpurado brasileiro foi orado um curso de apologetica para os intelectuais da capital do Brasil. Foi na cateira desse curso que o padre João Gualberto conquistou o título de professor de professores. Esse curso teve sede no Circolo Católico e foi ministrado por meio de conferencias eruditas e altamente científicas, às quais assistiram médicos, advogados, engenheiros, professores, artistas e academicos. A partir de então, e por espaço de trinta anos desde aquela época, os intelectuais jamais deixaram de estar em contacto com o Ilustre sacerdote, que então deixou de existir. O padre João Gualberto foi varias vezes presidente de turmas de doutorandos de medicina direito e engenharia, a muitos dos quais orientou na confecção de suas teses. Preziandose justa homenagem o professor Lúlio da Cunha, então reitor da Universidade, deu o seu nome a uma enfermária de um dos novos hospitais.

Padre João Gualberto, por essa ocasião deu notavel aula sobre Anatomia Patológica. Em Mangunhos, o padre João Gualberto teve ocasião de realizar uma preleção, recebendo do saudoso Carlos Ottagio e sede colapsos calorosos aplausos. Certa feita na Academia de Medicina, convidado pelo Dr. Felício dos Santos, João Gualberto proferiu sobre "O aborto nas suas relações com a moral católica". Em São Paulo, ele realizou uma serie de conferencias contra Enrico Ferri, que ficaram cheias. Pertencendo o padre João Gualberto, desde 1911, ao Livro do Mérito. O sepultamento do eminente sacerdote realizou-se ontem, às 17 horas, no cemiterio de Petrópolis. O passamento do Ilustre sacerdote causou geral consternação em todos os meios católicos sendo lamentado por todo o clero brasileiro.

O novo Diretor do I. A. NOMEADO O P. DO CORREA

Repercutiu a menção do Prof. de Araujo, e versidade do Brasil do cargo de Diretor do Instituto de Pensão dos I. Transp. tes e C. hospital, recém li



Dr. Oswaldo Cor
moderno edificio gundo as modern Prof. Oswaldo Co milita - ha muit

No dia 30 de janeiro de 48, na página 8 (Figura 22), era o empreendedorismo moral e cristão que se destacava: com o título “Padre João Gualberto do Amaral” e o subtítulo “O falecimento desse brilhante sacerdote e um dos maiores oradores sacros da atualidade”, o aborto tornava-se um tema de obituários. Nesse caso, como uma maneira de elogiar a figura póstuma por sua erudição e conhecimento. O clérigo falecido é descrito como “brilhante, possuidor de vasta e sólida cultura”, tendo se notabilizado ao longo da vida pelas “excelentes conferências que proferiu, atraindo sempre numerosos auditórios”. Segue detalhando a biografia, nascimento em Minas Gerais no ano de 1873, formação de seminarista, doutor em Direito Canônico e professor de Teologia em São Paulo. Tantos predicados que, entre outros, o levou a proferir na Academia de Medicina a palestra “Aborto nas suas relações com a moral cristã”.

Mais do que a narrativa religiosa, chama atenção o entrelaçamento entre a doutrina cristã e os saberes médicos, o que reforça a figura da autoridade como sendo fulcral para a compreensão dos valores e sentidos da interrupção da gravidez. Algo que Becker (2008) observa com argúcia ao notar que o empreendedorismo moral é uma forma de parceria: isto é, todo sujeito ou grupo social que busca definir regras assim o faz buscando o trabalho profissional de alguma categoria, como médicos, por exemplo, para conferir legitimidade.

Esse tipo de parceria – medicina e cristianismo -- também seria notado no exterior. Em 03 de março de 1948, do exterior chegava a notícia de críticas que o Serviço Nacional de Saúde britânico (National Health Service - NHS), então prestes a ser oficializado, vinha sofrendo. Na página 5, sob o título “Os médicos de John Bull”³⁵, o texto (Figura 23) afirma que os católicos estavam na “dianteira dos protestos, demonstrando o quanto de incongruente e disparatado existe no plano governamental, já aprovado no parlamento, no que toca ao aspecto moral, ficando todos os médicos da Grã-Bretanha sujeitos ao Estado, com um salário básico individual e controlados como quaisquer outros funcionários”.

Aqui como lá, a prática do aborto institucionalizava-se, sendo pensada como serviço, como ação do Estado. Era um objeto de disputa ideológica. Continua o texto: “Temem os médicos católicos que, diante de uma lei, os facultativos terão de debater-se frente à alternativa de praticar certos atos fora da ética profissional ou renunciar totalmente a sua carreira, pois que ninguém mais terá o estímulo da livre concorrência para coisa alguma, pondo-se num mesmo pé de igualdade um charlatão, que pratica toda sorte de esperteza

³⁵ John Bull é uma espécie de personagem-síntese, uma figura fictícia, criada no século XVIII e popularizada em jornais, que personifica a Inglaterra. Um tipo semelhante ao que representa a imagem do Tio Sam para os Estados Unidos.

dentro do consultório, desde o aborto legalizado até a eutanásia desumana, e um médico de verdade, que faça carreira de sacerdote e não abdique de suas ideias de humanidade em favor dos enfermos”.

Figura 23 – *Jornal do Brasil* – página 5 – 03/03/1948



A inquietude quanto ao aborto adquiria camadas de significados mais amplas, pois para, além do habitual peso moral, trazia ao debate questões complexas e densas como ética médica e livre iniciativa econômica. Além disso, colocava em cena, pela primeira vez, a prática da eutanásia como fenômeno a povoar o imaginário sobre vida, morte e reprodução, algo que Boltanski (2004) identifica nos debates bioéticos que seriam intensificados na segunda metade do século XX – muito em função das práticas e dilemas causados por recursos biomédicos que permitiam manipular a experiência reprodutiva e outros domínios da

vida biológica humana, como a genética e o crescente aparato técnico e medicamentoso de tratamento de doenças e prolongamento da vida. Diante de um mundo que se transformava e recém-saído de uma guerra marcada por horrores, a questão bioética consolidava-se como uma ansiedade de mentes e corações ao redor do mundo. A prática de conduzir, ativamente, à morte alguém em situação de doença, dor e/ou sofrimento incurável e insuportável, juntava-se à galeria dos temores morais. O aborto, nesse sentido, jamais aparecia como um evento criminoso ou imoral isolado textualmente. Estava sempre cercado de um duplo, pois associado a outros atos que abasteciam, igualmente, o imaginário sombrio em que a vida humana, encarada como sagrada, podia ser manipulada pela livre vontade e por terceiros.

Figura 24 – *Jornal do Brasil* – página 5 – 03/06/1948



Após o amplo conhecimento das práticas eugenistas dos Estados totalitários e fascistas que levaram à II Guerra Mundial, houve um descrédito, sobretudo nos países ocidentais, das biopolíticas desses regimes. Assim, o que Boltanski (2004) aponta como “evidências monstruosas do eugenismo” parece servir de pano de fundo histórico quando o tema é aborto. A imagem do horror se repaginava, com novas palavras e expressões para traduzir pavores antigos relativos ao extenso conjunto de fenômenos biológicos que envolvem procriação, duração e extensão da vida e da morte. Ao conjunto de fenômenos que, no final das contas, trata da vida como um bem supremo, para o qual a sua manipulação para além de um suposto curso natural e divino é considerado desviante e imoral.

A Segunda Guerra era, sem dúvida, vivida como trauma naquele período. Os crimes nazistas eram muito recentes e permeavam os jornais nas suas múltiplas narrativas. No dia 03 de junho de 1948, na página 5 do *JB*, lia-se o título “O médico de Hitler” (Figura 24). O texto relatava inicialmente a execução de Karl Brandt, médico particular do ditador alemão Adolf Hitler, condenado ao lado de outros seis médicos pela morte de “milhares de pessoas por meio da eutanásia”. O texto enaltece a profissão médica, afirmando que a execução não é um crime político, de um nazista que paga, com a vida, por seu envolvimento com o fascismo. É, antes de tudo, a execução de um médico, “responsável por matar aqueles que os nazistas julgavam inúteis ou prejudiciais. Isto, eles chamaram de eutanásia. Mas é isto, realmente, a eutanásia”.³⁶

Descreve alguns dos crimes e experimentos, como a emasculação de homens, qualificados como “transgressões do mandamento ‘não matarás’”, e menciona o papel de Deus no exercício da medicina. Mais de uma vez, deixa claro que a eutanásia é um crime “incompatível com o exercício da medicina”, assim como também o é o aborto terapêutico.

E procede à analogia: “Se um norte-americano da Ku Klux Klan lincha e mata um negro americano em nome da moral, um médico que faça parte da Ku Klux Klan, partidária da eutanásia, não terá o direito de matar todos os negros que puder”.

Nem mesmo o aborto terapêutico, destinado a salvar a vida e/ou preservar a saúde da gestante, escapa. A visão absoluta e sagrada da vida, desde suas dimensões uterinas, continua a influenciar as narrativas sobre interrupção da gravidez. Fica evidente que o totalitarismo da Segunda Guerra constitui uma usina de medos e receios. E tais medos magnetizam os desejos de controle dos corpos e da vida, como se estes não pudessem ser presididos pela consciência e autonomia do indivíduo. Aborto e eutanásia representavam sinônimos de terror e infâmia.

³⁶ Ao que tudo indica, o texto confunde eutanásia com assassinato com fins eugenistas, porque, no primeiro caso, trata-se de colocar fim a uma vida em sofrimento tendo em vista o desejo e autonomia do indivíduo. O que os nazistas realizavam eram a eliminação de indivíduos considerados “impuros” e “danosos” para a sociedade, sem qualquer consideração à dignidade e autonomia dos mesmos.

Há, aí, um clamor pela vida que se faz presente por uma espécie de incômodo, que viria a se intensificar ainda mais na década de 1970, com a sofisticação de técnicas biomédicas e as práticas de manejo do corpo humano que passavam a ser possíveis e facilitadas. Afinal, os experimentos nazistas de cunho biomédico foram, e continuam sendo, um arquétipo poderoso de tudo aquilo que se deve considerar ignominioso. Os papéis sociais se alteram drasticamente. De criadores de regras, os médicos tornam-se violadores das mesmas. Becker (2008) sublinha que toda regra, para ser definida, legitimada e assimilada socialmente, requer uma cadeia de fenômenos que vão desde a existência de um estado de medo, passando pela estipulação do desvio, até a aplicação final, seja pela polícia ou outro ente institucional. Aqui, o aborto, no caldo político ainda fervilhante e atemorizado do nazismo, constitui-se como ato profundamente “desviante”, equiparado a assassinato, eutanásia e pensado até mesmo à luz da supremacia branca. É, por assim dizer, uma imoralidade plena, posto em contraposição aos parâmetros de dignidade que ansiosamente eram ventilados para repudiar o que o mundo testemunhara poucos anos antes.

[...] o desvio não é uma qualidade simples, presente em alguns tipos de comportamento e ausente em outros. É antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento. O mesmo comportamento pode ser uma infração das regras num momento e não em outro. Se um ato é desviante ou não depende em parte da natureza do ato e em parte do que outras pessoas fazem acerca dela. (BECKER, 2008 p. 26)

Fazia-se, por óbvio, péssimo juízo sobre o aborto, cujas referências estrangeiras provinham agora de lugares mais distantes no globo à medida que o tempo passava e os jornais conseguiam capturar informações igualmente remotas. O ano é 1949. No dia 23 de julho, página 6, o título “A superpopulação do Japão” e o subtítulo “A Igreja reprova a limitação da natalidade” (Figura 25) são uma espécie de confirmação global do empreendedorismo moral da Igreja Católica no tocante ao aborto. O texto informa a discussão gerada por artigo de médico das Forças Armadas nipônicas que propunha a limitação da natalidade por meios artificiais para conter o aumento da população no país asiático.

“Seríamos desleais ao espírito do Nosso Mestre se não protestássemos, sem termo e com veemência, contra a defesa da limitação artificial da natalidade como solução a nossas dificuldades nacionais”, protestaram bispos contra o artigo e contra outras propostas semelhantes que ganhavam força.

Os clérigos condenavam na mesma toada o aborto e o infanticídio, tidos como “imorais, assim como práticas anticoncepcionais”. A limitação artificial da natalidade era apresentada como “profanação do matrimônio que em muitos casos acarreta, já desde esta

vida, os castigos das penalidades e da miséria: profanação do matrimônio que arrebatava à mulher a sublime dignidade de esposa e mãe e a reveste com os atavios da concubina”. O imaginário do horror e perturbação, baseado nas crescentes preocupações bioéticas, mantinha o fôlego.

A Segunda Guerra permanecia como um trauma poderoso, pois é mencionado que muitos japoneses desconfiam das “influências estrangeiras” no país então ocupado após ser derrotado no conflito. “Uma estatística popular sobre a matéria (limitação da natalidade) atribui à inspiração de cientistas ‘ocidentais’ e ‘experientes técnicos’ a campanha de fazer do Japão um laboratório e de seu povo a cobaia para a experimentação”.

A tematização do aborto expande-se geograficamente. E ganha voltagem geopolítica, capturada no turbilhão demográfico que começava a ganhar força nos fóruns e debates globais pós II Guerra, com discussões acaloradas sobre a gestão da natalidade como uma maneira de reduzir a pobreza e lograr progresso. A referência demográfica, agora, adquiria densidade mundial, incidindo diretamente na temática do aborto. Uma dinâmica que tanto Boltanski (2004) quanto Pedro (2003) observam, alimentando mais do que debates, fomentando disputas pela definição/controlar de ações governamentais voltadas para a gestão dos corpos. A fala empreendedora cristã acompanha esse processo, assim como o saber médico. Em conflito, não necessariamente em parceria, prelados e profissionais da saúde digladiam-se sobre o tema do aborto, cuja voltagem social e política passa a ser, de maneira incipiente, um tema também de números e dados, algo que Pedro (2003) identificaria anos mais tarde, especificamente a década de 1960, relatando a publicização da prática do aborto através de registros estatísticos.

Figura 25 – *Jornal do Brasil* – página 6 – 23/07/1949

(press) — O Sr. ... líder do PSD ... declarou a ... uma per ... de Constituição ... esse órgão ofe ... exata do arti ... fofos. O Sr. ... nde que se o ... rros renunciar ... adador, de acordo ... creio de aquele ... des 15 dias de ...

(spress) — Fa ... sobre as reu ... los petebistas, o ... reira disse ape ... "Estamos pro ... der".

(spress) — Se ... deputado Ma ... e reunir aos se ... e Ulisses Ro ... ontram na Jias ...

(spress) — Di ... o Sr. Paulo No ... etario geral do ... m do Rio, tendo ... ara Campos de ... amado do Sr. ... O Sr. Paulo ... verá seguir de ... Grande do Sul, ... organizar o seu ...

(spress) — O ... mblieta Legisla ... Machado Neto, ... que lhe dirigiu ... Estado, a resp ... tos em marcha ... adual que onte ... o Tesouro do ... a deve ser noje ... ador do Estado, ... ó será publicada ...

(spress) — Com ... passou por esta ... onimo Coimbra ... de Goiás, que ... varias autorida ... ando á reporta ... de Goiás disse ... PSD estão impe ... éia do Estado, a ... to de lei que ... nto de Terras e ... rou que os seus ...

A superpopulação no Japão

A IGREJA REPROVA A LIMITAÇÃO DA NATALIDADE

Tokio, 18 de julho (N. C.) — "Seríamos desleais ao espírito de Nosso Mestre e ao de S. Francisco Xavier se não protestássemos, sem temor e com veemência, contra a defesa da limitação artificial da natalidade como solução a nossas dificuldades nacionais", afirmam os bispos do Japão em pastoral conjunta, ao condenar a propagação de algumas autoridades e órgãos da opinião pública japoneses às medidas anticoncepcionais.

O dr. Warren Simpson Thompson, médico e conselheiro do Supremo Comando das Forças Aliadas no Japão, escreveu um artigo no diário "Nippon Times", em que sustentava que, diante do crescente aumento da população nipônica, se impunha a limitação da natalidade por meios artificiais. Acrescentava o médico que a Igreja Católica não se oporia a tais práticas.

Por sua parte, os capelães católicos da zona de ocupação Tokio-Yokohama publicam uma declaração em que refutam as afirmações do dr. Thompson e lembram a doutrina da Igreja contra a limitação de natalidade.

Em uma estatística popular levantada há pouco acerca das medidas sobre o controle da natalidade, japoneses eminentes manifestam que a rendição incondicional do Japão na última guerra não significa que este país deva ser a cobaia para as experiências de povoamento que alguns desejem realizar.

Em seus documentos os bispos, depois de lembrar que há dois anos fizeram um apelo aos estadistas do mundo para que produzissem alguma solução justa e humana ao problema japonês do crescimento da população, dizem enfaticamente: "Não podemos em consciência aceitar nenhuma solução... que implicasse meios imorais."

Os prelados evocam S. Francisco de órgãos da opinião pública japoneses o deleite de sua alma, mas condenou ao mesmo tempo o aborto e o infanticídio. Tais práticas...

O que há é apana ... feita, porém que p ... uma vez que a ... permita. O ar. Ivo ... der da maioria de ... falou a seguir, acom ... to de vista do de ... nense, adiantando ... Camara devia trata ... te da elaboração de ... siação com o mesm ...

A seguir o preside ... tação o requerimen ... nício Fontencle, qu ... votação simbólica, ... como já dissemos.

O novo arrend ... Estrada de F ... Catarí

O Presidente da ... cionou a resolução ... autoriza o Poder E ... lebrar com o Gov ... Catarina novo cont ... damento da Estrad ... mesmo Estado.

A imprensa e ... entre os povos

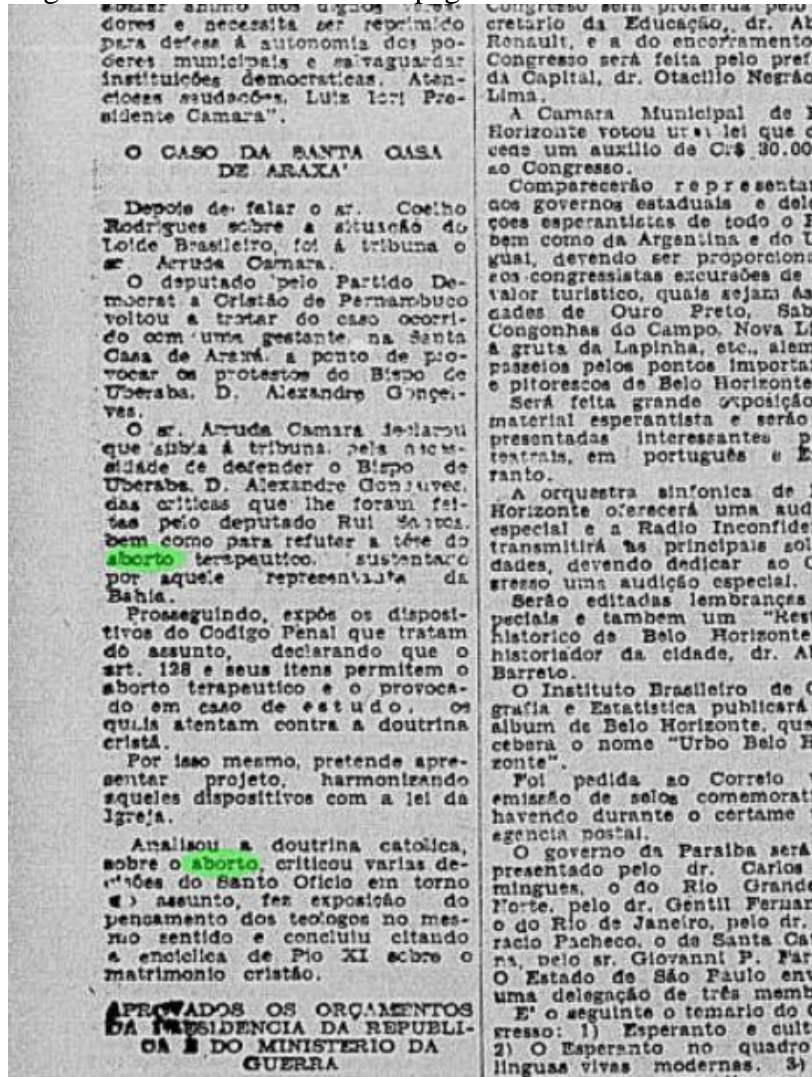
DIRIGE-SE A' A. B ... XADOR ARGENTIN

O presidente da ... aileira de Imprens ... Embaixador Juan ... guinte carta: — " ... ao Sr. presidente o ... veis de sua nota de ... por ocasião da efê ... pais. Se como cidad ... primeiro, e como M ... lações Exteriores de ... pre intencamente, ... ditames do meu c ... amizade brasileiro ... ser indesejável, n ... tar-lhe que como I ... gentino nesta nobre ... ra, trabalho sem de ... cious, entendendo ... com lealdade e patr ... riação de paz, frate ... gresso dos povos da ... cio devidamente a ... prensa em geral de ... para que este sup ... cumpra sem vacila ...

Se a temática, no âmbito nacional, começa a ser ensaiada como uma preocupação partidária, era uma questão de tempo até que fosse incorporada ao ambiente parlamentar. Na página 10 do dia 20/09/49 (Figura 26), o *Jornal do Brasil* relatava o debate ocorrido no plenário da Câmara dos Deputados. "O Caso da Santa Casa de Araxá". O então deputado Arruda Câmara, do Partido Democrata e Cristão de Pernambuco, comentou o episódio de uma gestante na Santa Casa de Araxá que tinha despertado protestos do bispo de Uberaba. O congressista subiu à tribuna para defender o clérigo de críticas feitas por outro deputado. "Bem como para refutar a tese do aborto terapêutico", acrescentou. O texto é curto e pouco informativo. Também no jornal não foi encontrado outro texto sobre o caso da gestante, mas

presume-se que ela fora ou tivera indicações de ser submetida ao procedimento previsto como permissivo legal no Código Penal de 1940: gravidez de caso de estupro ou com risco de morte à mulher.

Figura 26 – *Jornal do Brasil* – página 10 – 20/09/1949



O deputado “expôs os dispositivos do Código Penal que tratam do assunto, declarando que o art. 128 (quando é feito por médico nos casos permitidos) e seus itens permitem o aborto terapêutico e o provocado em caso de estupro, os quais atentam contra a doutrina cristã”. O texto menciona que, por tal desencontro entre a lei penal e a doutrina cristã, Arruda Câmara pretendia harmonizar tal dispositivo com a “lei da Igreja”.

Por fim, “fez exposição do pensamento dos teólogos no mesmo sentido e concluiu citando a Encíclica³⁷ de Pio XI³⁸ sobre o matrimônio cristão”. Seja no Japão, seja no Brasil, a questão do aborto aparece vinculada intimamente ao casamento, numa leitura moral em que a vida social depende, para sua estabilidade e harmonia, da união entre duas pessoas com finalidade reprodutiva. Não se trata apenas de resguardar o feto contra os avanços da medicina, mas também de assegurar que sua sacralidade seja fruto de uma relação entre homem e mulher. Além disso, a ciência, nesse panorama transnacional, é cada vez mais colocada em suspeição: o fascínio com a técnica biomédica, descrita sempre nos termos de uma “artificialidade” perigosa, é um olhar ressabiado, temida pelos seus efeitos; médico e monstro compondo uma metáfora mais do que nunca real, um contraste simbólico a preencher o imaginário da vida reprodutiva.

Vale ressaltar o lugar que a mulher ocupa nessas tematizações. A rigor, é como se a própria mulher fosse uma ameaça ao feto. A figura da gestante era constantemente citada de modo marginal. Prevalciam falas e declarações emitidas por figuras religiosas, médicas ou políticas – majoritariamente do sexo masculino -- cujas perorações eram sintomáticas das desigualdades de gênero e dos papéis sociais que cabiam a homens e mulheres. Estas, na condição passiva de corpos à mercê das regulações daqueles, invariáveis e eternos empreendedores morais, definidores de regras e desvios.

Aberta a fronteira da política parlamentar do aborto, o Congresso surgia como espaço privilegiado da crescente e, agora, quase diária tematização. “Nas Comissões Técnicas – Extinção automática das Comissões Especiais e de Inquérito” era o título e subtítulo estampado dois dias depois (22/09/49) na página 9 (Figura 27). A matéria relatava que a Comissão Especial de Proteção à Natalidade acabara de encerrar-se. Lista os parlamentares integrantes, todos homens, e menciona que a comissão fora criada para “investigar as causas da proliferação do aborto no país”. A lógica do pânico, da monstruosidade perpetrada contra os “não-nascidos” avolumava-se no Parlamento.

³⁷ Conforme a Arquidiocese do Rio de Janeiro aponta, Encíclica é um documento, também conhecido como carta circular, em que o Papa dirige-se aos bispos para dissertar e refletir sobre um determinado assunto e, assim, assegurar coerência e unidade doutrinal. A Encíclica também pode ser direcionada ao público geral, não apenas aos católicos, especialmente quando aborda questões sociais e econômicas. Fonte: <http://arqrio.org/noticias/detalhes/3243/o-que-e-uma-enciclica>. Acesso em 22 jan. 2019.

³⁸ A Encíclica Cati Connubii, de 1930, dispõe sobre o matrimônio cristão e suas condições, exigências, bem como sobre erros e vícios da família e da sociedade. Nesse sentido, condena “a morte da prole gerada mas ainda não nascida”, caracterizada como inocente e sagrada. Conforme lembram Le Naour e Valenti (2003), o texto papal não desculpa a morte de um inocente, assim como entende toda morte no seio da união matrimonial como um ato contrário à vontade de Deus.

Trata-se, afinal, de um procedimento institucional com objetivo de inquirir, investigar e mapear o fenômeno na sociedade. Não é forçoso inferir que a lógica de crime e vigilância sustenta o procedimento parlamentar, ainda mais que o momento histórico era favorável a perturbações relativas à vida reprodutiva.

No relatório final, o deputado e presidente da Comissão, Nelson Carneiro³⁹, afirmou que “antes de estudar as razões que impedem o nascimento de multidões de novos brasileiros, imperioso se faria examinar os motivos que arrastam à paz dos cemitérios tantas crianças que chegam a nascer no Brasil”.

Figura 27 – *Jornal do Brasil* – página 9 – 22/09/1949

JORNAL DO BRASIL — QUINTA-FEIRA 22 DE SETEMBRO DE 1949

Nas Comissões Técnicas

Extinção automática das Comissões Especiais e de Inquérito — Inclusão dos trabalhadores rurais nos lucros das empresas — Créditos para a Justiça Eleitoral

Acaba de encerrar as suas atividades a Comissão Especial de Proteção à Natalidade, integrada pelos Srs. Nelson Carneiro, seu presidente, Costa Porto, José Romero, Benjamin Parah e Guilherme Xavier. A Comissão fora constituída por iniciativa do representante goiano Sr. Vazro dos Reis e visava a investigar as causas da proliferação do aborto no País. Em seu longo e documentado relatório, o Sr. Nelson Carneiro começa por declarar que, a seu ver, antes de estudar as razões que impedem o nascimento de multidões de novos brasileiros, imperioso se faria examinar os motivos que arrastam à paz dos cemitérios tantas crianças que chegam a nascer no Brasil. O estudo do deputado balano começa pelo debate sobre as causas da natimortalidade e da mortalidade infantil em nosso País, para em seguida aforar as principais determinantes do aborto criminoso, como a miséria, o latifúndio, o desamparo da filiação legítima, o aumento vertiginoso do custo da vida, a situação de mãe solteira, "o mau passo", etc. Afirmando que mérito de seu trabalho é antes reunir elementos esparsos que apontar soluções novas, o Sr. Nelson Carneiro oferece uma detalhada introdução ao problema da criança no Brasil, e destinada a provocar, dentro e fora do Parlamento, os mais variados comentários.

TEATRO E CINEMA
Realizou ontem a sua reunião executiva a Comissão de

Seguiu-se a continuação da análise das emendas apresentadas ao projeto que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, tendo o Sr. Milton Prates mandado anexar ao respectivo processo uma carta do Sr. Leel Infante Cardoso de Castro, contendo sugestões sobre o assunto.

Foram discutidas e votadas várias emendas, tendo-se aprovado apenas uma, de autoria do Sr. Amândio Fontes, mandando estender a participação aos trabalhadores rurais. A respeito dessa emenda amplo debate se verificou, tendo o seu autor insistido particularmente ao aspecto de inconstitucionalidade da exclusão de quaisquer trabalhadores da participação, uma vez que a Constituição determina que se confira tal benefício a todos os trabalhadores de empresa. Ficou ainda a justiça social da medida, assentando que a legislação brasileira se tem limitado a beneficiar o trabalhador urbano, relegando ao desamparo do campo, o que a seu ver, representa uma das principais causas do êxodo rural. Concluindo, o Sr. Amândio Fontes teve oportunidade de ressaltar que a providência somente atingirá os proprietários rurais que pagam imposto de renda, cu aqueles que possuem maiores recursos e maiores lucros.

CREDITOS PARA A JUSTIÇA ELEITORAL
Esteve também reunida ontem uma das turmas da Comissão de

COISAS DA PO

Não perde tem

O namoro do sr. Ademar em reunião da comissão executiva dos Campos Elíseos o

per

Enquanto os "tres grandes", ha meses, "amassam barro" no mesmo lugar, segundo expressão do ex-presidente Bernardes, o governador de S. Paulo prepara a sua sucessão aos Campos Elíseos, e espalha a política passapista por todos os recantos do País.

Não "amassando barro" — e aqui evitamos horrível trocadilho — s. ex.ª, ao mesmo tempo que delibera cobrir todo o Estado de Minas de cartazes de sua candidatura à Presidência da República, está de namoro pegado com a gente do Sul. Telegramas de ontem dão como lançada oficialmente, em Porto Alegre, sua candidatura à sucessão do General Eurico Dutra.

Interessante, sem dúvida, a ofensiva do sr. Ademar de Barros contra as hostes passadistas de S. Paulo. Já ontem aqui noticiamos o desaguiado que constituiu a reunião da comissão executiva do P.S.D. estadual. Em consequência, encontram-se

Depois de prosseguir sobre as causas da natimortalidade e mortalidade infantil no país, o deputado tratou “dos principais determinantes do aborto criminoso, como a miséria, o

³⁹ Nelson Carneiro (1910-1996) foi um advogado baiano que se destacou na vida parlamentar nacional. Deputado federal por seu estado natal, atuou na defesa de teses favoráveis ao divórcio nas décadas de 1940 e 1950, conforme lembra o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Transferiu-se para o Rio de Janeiro, por onde se elegeu também parlamentar e tornou-se nacionalmente célebre por ser o autor da emenda constitucional que instituiu o divórcio no Brasil, em 1975. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelson-de-sousa-carneiro>. Como se verá, a questão do divórcio aparece articulada ao tema do aborto na análise dos anos 1970 feita nesta tese.

latifúndio, o aumento vertiginoso do custo de vida, a 'situação da mãe solteira'. O texto finaliza indicando que o relatório tem condições de "provocar, dentro e fora do Parlamento, os mais variados comentários."

Fora do Parlamento, o tema já existia, pelo menos, desde o século passado. Os jornais analisados nesta tese assim o confirmam. O que se registra de relevante é a pretensão de trazer para a arena parlamentar o assunto, em termos que repetem inquietações e pavores sobre procriação e morte ("proliferações de aborto no país"; "multidões de novos brasileiros impedidos de nascer"), bem como introduzem no país uma política de aborto pautada pelos contextos sociais, agrários e econômicos. Seria um aceno à autonomia da mulher, ou mesmo um reconhecimento de que o aborto poderia ser pensado de forma não absoluta, dissociada de inspirações dogmáticas?

Parece que não, ao menos nos estertores da década de 1940. No dia 1º de outubro de 1949, a página 9 trazia (Figuras 28 e 29) extensa matéria, de alto de página, em que se lia o título: "Pedida a revogação de um dispositivo do Código Penal". O subtítulo: "A Igreja é contrária a toda intervenção cirúrgico-obstétrica que vise a morte do nascituro, ainda que seja para salvar a vida da paciente".

Figura 28 – *Jornal do Brasil* – página 9 – 01/10/1949

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pedida a revogação de um dispositivo do Código Penal

A Igreja é contrária a toda intervenção cirúrgico-obstétrica que vise a morte do nascituro, ainda que seja para salvar a vida da paciente — Hierárquico para as repartições públicas e autarquias — Projetos votados

Outras notas

A Câmara dos Deputados funcionou, ontem, regularmente, tendo a presidido os sr. José Augusto e Munhoz da Rocha, este durante toda a ordem do dia. O primeiro orador do grande expediente foi o sr. Arruda Câmara.

O representante do Partido Democrata Cristiano naquela Casa do Parlamento justificou projeto de sua autoria revogando o art. 123 do Código Penal, na parte em que é permitida aos médicos fazerem a cesariana com o sacrifício da vida do nascituro, para evitar a morte da paciente. Deixou o deputado por Pernambuco:

— Sr. presidente — No meu discurso de 16 de setembro último tratei do problema do direito do nascituro, em face da teologia e da ciência, do ponto de vista religioso e firmemos a tese — O aborto diretamente provocado de feto vivo, bem como a craniotomia, nunca é lícito.

Os Padres da Igreja e escritores escolásticos, usando Tertuliano, que o considerou homicídio antecipado, se provocou antes da animação do feto, os biólogos, a frente Santo Tomás, que lhe atribuiu a malícia de homicídio, e a palavra da Igreja através da Congregação do S. Ofício e Div. de Penitências. Axto V. núcleos se conjuraram para lhe dar nascimento. Toda a prática é então não máis anti-concepção; todavia profilaxia torna-se um assassinato.

Veremach por sua vez escreveu: "ovulum fecundatum maritibus statim Physiologicae sibi incipit". O verdadeiro sujeito ativo do direito sancionado pela proibição do aborto é o pequenino ser que este crime destrói... Só esta teoria justifica a penalidade em todos os casos tempos e lugares (Móritz, O aborto, pag. 104.)

COMEÇO DA PERSONALIDADE CIVIL DO HOMEM

O Código Civil Brasileiro declara em seu art. 4º: "A personalidade civil do homem começa do nascimento com vida mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro". O projeto primitivo, porém, dizia: "A personalidade civil do homem começa com a concepção (art. 2º.)".

Existem efetivamente duas correntes no Direito: escolástica, cuja doutrina a redação final de nosso Código Civil acolheu; a concepção que era atendida no Projeto. Ora, o Projeto era mais lógico. O Código estabeleceu que a personalidade começa no nascimento, mas atribui, em contradição consigo mesmo ao nascituro, desde a concepção, direitos de viver que é o primeiro dos direitos do homem, figura como um dos postulados do programa do meu Partido, que defendemos com tanto mais ardor — ando se grata de um inocente, fragil, oculo, preso, indefeso, sem voz que clame nem proteste, sem uso de razão ainda para argumentar, ameaçado pela maldade, covardia, perversidade, desacerdos e comodismos, pelas soluções allopáticas de uma ciência que pretende salvar a vida matando, semeando a morte, de parte precisamente daqueles que, por missão divina ou por livre vocação, divertiam ser os guardas e defensores dessas vidasinhas em marcha.

Entre duas vidas humanas, entre dois direitos iguais, não cabe ao poder ou à ciência dos homens acolher a que deve ser sacrificada. E quantas vezes o futuro comprovou que a Patria, a ciência, a própria humanidade e até diante de Deus a vida do filho é mais útil que a conservação da vida da autora de seus dias! Bastaria lembrar Pasteur, Anchieta, Rui Barbosa e S. Vicente de Paula.

Nem é mesmo lícito sacrificar uma vida para salvar outra vida mais necessária. O Tribunal de Palmout, em 1864, condenou à morte dois marinheiros ingleses, que após passarem numa barca deprecate dias sem comer, julgaram

JORNAL DO BRASIL — SÁBADO, 1 DE OUTUBRO DE 1949 —

VIVER! MORRER

DEPENDE DO SANGUE, O SANGUE É A VIDA

Tonifique-se com o SANGUENOL que contém excelentes elementos tónicos, tais como: Fósforo, Cálcio, Vanadato, Arseniato de Sódio, etc.

Os pálidos, anêmicos, esgotados, depauperados, mães que criam, magros e crianças raquíticas

Tonificar-se-ão com o

SANGUENOL

e continua ali e alhures a ferir, a vida do inocente, e através dela a sociedade, a patria, a crença e os mandamentos do próprio Deus! Será lícito a medicina e a cirurgia continuarem a matar, quas senhores da vida e da morte, em nome de uma ciência falha, de uma arte duvidosa, de um princípio hipelético? Não é Não!!

Quantas vidas destruiu a medicina através da craniotomia? Condenada por Galeno no II século e pelos SS. Padres e teólogos, pelo lei, pelos imperadores, desaparece na idade média. No século XVII, assinava o celebre cirurgião português Rodrigues de Castro: "Puer vivus dissecari, nulla ratione debat, quamvis Arctonon erim licet interficere alearius vitae gratis".

Mas depois do século XVII foi resuscitada essa terapia obstétrica, condenada pela Igreja.

No entanto hoje a embriotomia está decretada, como escreveu Pinard: "Guermouprès acentua: —

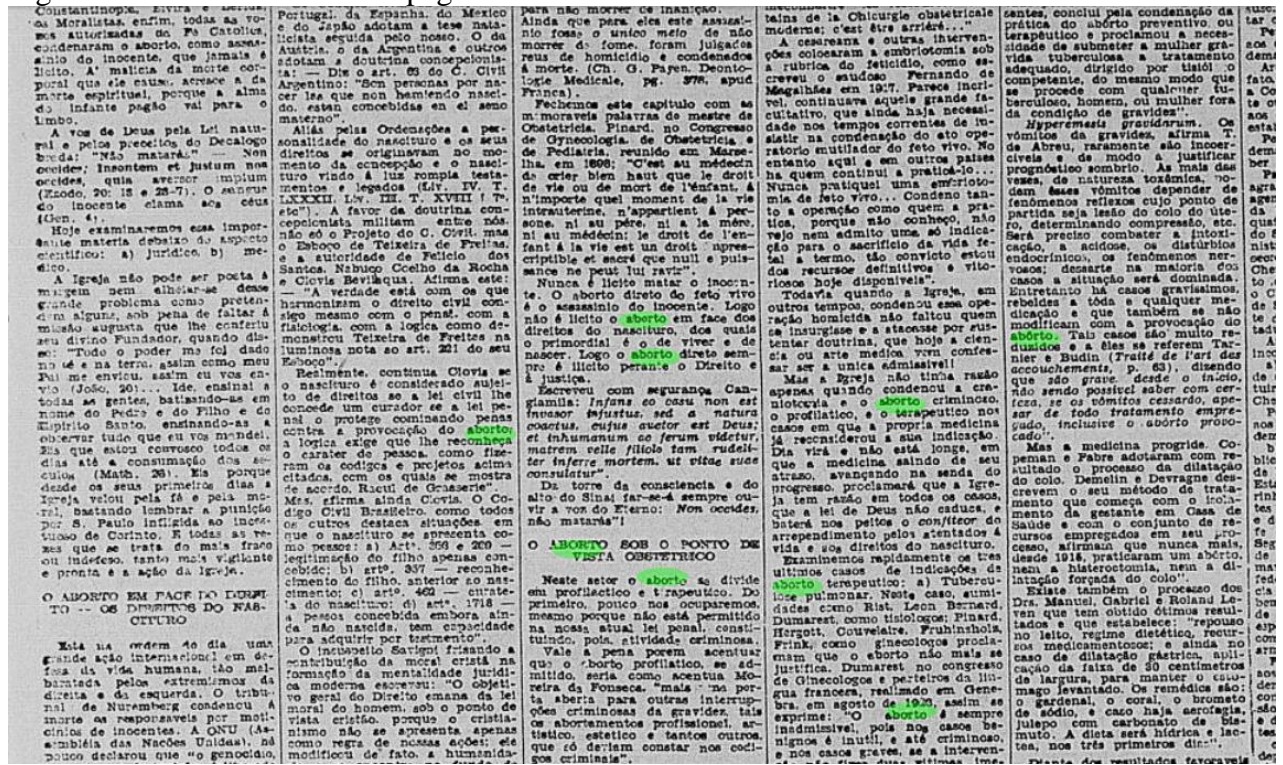
brucioso. E Pinard assevera: "Diante da mulher tuberculosa, ao médico cabe tratar a tuberculose e simplesmente acompanhar vigilante a —avidez".

Pisavay e Lejard obtiveram (Presse Medicale) que mesmo nos casos de gravidez média, nada demonstra a eficácia da interrupção da gravidez".

Os argumentos contrários, de Alfieri e outros, estão suficientemente refutados por T. de Abreu, que cita em seu apoio as opiniões e os processos de tratamento de médicos e professores eminentes, como Forlanini, Friedrich, Kunun, Willy Mayer, H. Edel, Kerschner e Alonso Mac Dowel. Este último declara: "A tuberculosa grávida precisa ser convenientemente tratada com todos os recursos modernos, sem excluir os de colapso-terapia e, assim, fácil será verificar que a gravidez não contribui para aumentar a percentagem ou casos graves e rebeldes ao tratamento.

Este princípio apregoado e defendido por Mac Dowel teve o Congresso Alemão de Fisiologia, realizado em Bad-Kreuznach, em junho de 1935 e presidido por

Figura 29 – *Jornal do Brasil* – página 9 – 01/10/1949



A narrativa religiosa é hegemônica. De imediato, fica claro que a vida da mulher é menos valiosa que a do feto, à luz do empreendedorismo moral cristão, na sua versão parlamentar. Um novo personagem emerge: o nascituro. Até então, predominavam, no dicionário reprodutivo dos jornais, as figuras do feto e da criança. Mas, com o passar do tempo, o processo de multiplicação de termos para nomear o que está no ventre amplia-se. Conforme Boltanski (2004) argumenta, ao longo do século XX, instaurou-se uma luta pela classificação dos diferentes estágios de desenvolvimento embrionário. No Brasil, não foi diferente, e o pós-Guerra, fascinado e, ao mesmo tempo, temeroso com os (des)caminhos bioéticos da vida reprodutiva e da procriação, fabricava ontologias. O nascituro entroniza-se socialmente, trazendo não apenas novo léxico, mas sim inventando, pelas páginas dos jornais, uma palavra cujo sentido é mais profundo do que sua mera ordem alfabética. Pois, conforme Boltanski (2004) afirma:

[...] a referência à função simbólica é necessária para qualificar o ser humano enquanto tal. [...] o processo de humanização não é apenas o seu desdobramento biológico que vai do embrião à criança, e depois à idade adulta, mas também o processo que depende do acesso à simbolização (BOLTANSKI, 2004 p. 252, tradução nossa)

A materialidade embrionária é, a partir de então, adotada e ampliada simbolicamente. Humaniza-se o ser não-nascido. Com notório destaque gráfico, pois presente no subtítulo.

Essa nova categorização ontológica constitui mais uma batalha semântica na guerra política sobre o aborto. Assim, fica-se sabendo que a Câmara dos Deputados, no dia anterior, debatera projeto do deputado Arruda Câmara destinado a revogar o artigo 126 do Código Penal, que autorizava “a cesariana com o sacrifício do nascituro para evitar a morte da paciente”, nas palavras do parlamentar.

O pronunciamento do deputado clamava pelo direito à vida do nascituro, afirmando que “o aborto diretamente provocado, de feto vivo, nunca é lícito”. A vida, nesse sentido, é tida, para retomar a definição de Boltanski (2004), como uma concessão de um Criador, um fenômeno divino, metafísico, cujos estágios anatômicos e embrionários são desimportantes. Pois, na concepção, a vida já está instalada.

O parlamentar avança, recorrendo a ideias de autores clássicos do pensamento teológico cristão, como São Tomás de Aquino⁴⁰ e Tertuliano, para denunciar que “todo aborto é homicídio corporal e espiritual” e que “todas as autoridades da Fé Católica condenam o aborto como assassino do inocente”.

Assassinato, inocente, homicídio, feto vivo, sacrifício. Uma linguagem que não é inédita, mas nem por isso deixa de introduzir novas questões. Em seu longo discurso, o deputado Arruda Câmara reivindica legitimidade para suas ideias usando o Tribunal de Nuremberg, que julgou integrantes do regime nazista após a II Guerra, punindo muitos à morte pelo “assassinato de inocentes”, bem como citando a Organização das Nações Unidas (ONU)⁴¹, que “declarou o genocídio um crime condenado pelo mundo civilizado”.

O aborto é, assim, antípoda do mundo civilizado. Um crime que, cometido contra um inocente, equivale em horror ao extermínio deliberado de grupos e comunidades. Nesse sentido, o deputado elucubra sobre direitos, civilizações antigas, como a romana⁴², para sustentar o raciocínio de que alma e vida instalam-se na concepção. “O direito de viver. Só a

⁴⁰ Pedro (2003) também observou em sua pesquisa que, através da publicação pela imprensa, o tema do aborto é mais do que uma denúncia: é uma constituição de sujeitos. A referência cristã é um padrão histórico na imprensa brasileira, sobretudo através dos escritos de São Tomás de Aquino, para quem a animação fetal, contudo, não se realiza já na concepção, mas sim a partir do 40º dia (feto masculino) e 80º (feto feminino).

⁴¹ Boltanski (2004) destaca que a temática dos direitos humanos, após da Declaração Universal de 1948, reativa o debate global sobre a condição humana e as fronteiras bioéticas que delimitam o pertencimento à humanidade. Assim, na esteira dos horrores praticados pelo nazismo, os direitos humanos são especificados, classificando prerrogativas particulares referentes a mulheres, crianças e, não raro, estendendo-se ao ventre e ao embrião etc.

⁴² É curioso notar as contradições de muitas falas sobre o aborto a partir de perspectivas históricas, pois equívocos podem aparecer no afã de defender radicalmente um ponto de vista. Diversos estudos, entre os quais o de Le Naour e Valenti (2003), mostram que, na Roma Antiga, o direito de vida e morte sobre a prole é uma prerrogativa paterna. Isto é, a partir de autorização do chefe da família, o aborto podia ser visto como legítimo e lícito.

pessoa humana é sujeito de direitos. O homem, mesmo ainda preso no claustro da sua mãe, já possui direitos”.

O ventre “obscuro” e “aprisionante”, deduz-se, não é um lugar civilizado, pois pode ser um obstáculo à efetivação de direitos. Arruda Câmara segue comparando aborto e nazismo, argumenta que o nascituro é um sujeito de direitos, uma pessoa humana, com personalidade civil. Em resumo, um corpo com prerrogativas e garantias idênticas aos do já nascidos, pois teriam, nas palavras de Boltanski (2004), valor moral, capacidade cognitiva e de sofrimento.

Conclui, triunfante, o deputado: “Está plenamente justificada a intransigência da Igreja na defesa dos princípios da moral católica e dos sagrados direitos do nascituro. O aborto artificial deve ser vedado em nosso Código Penal. Só os povos que seguem a lei de Deus podem ter as bênção do céu e possuir verdadeira grandeza, paz e felicidade”.

O universo legislativo lançava-se na política do aborto de maneira indelével. Deus, direitos, nascituro e moral surgiam como palavras-síntese das narrativas oficiais. Os debates sobre a lei formalizavam, assim, a entrada da vida intra-uterina político institucional.

3.3 Considerações finais

A década de 1940 expande as leituras e narrativas sobre aborto na imprensa brasileira. Há, em primeiro lugar, um alargamento editorial da prática, que passa a ser tematizada a partir de núcleos semânticos novos ou mais elaborados teoricamente. Observam-se, ainda, dois momentos distintos na década, tendo como divisor o fim da II Guerra em 1945.

Na primeira metade da década, as perspectivas médicas e jurídico-legais prevalecem, assim como representações no âmbito do *fait divers*. Entram também em cena lógicas explicitamente religiosas, que coabitam as páginas do jornal com narrativas mais específicas, tais como demografia, criminologia e ginecologia. Há um incremento do que se pode chamar de uma intertextualidade narrativa, na qual o tema é abordado cada vez mais como uma questão fincada na interseção de múltiplos e variados campos de conhecimento e operadores de simbolização. Thomaz Malthus e Cesare Lombroso são exemplos dessas pontes narrativas que informam tal intertextualidade.

Também se destaca o aparecimento de atores sociais – empreendedores morais, conforme Becker (2008) classifica - até então ausentes ou não explicitados na produção das narrativas. Médicos-legistas, juízes e clérigos ampliam o rol de atores sociais que estão incorporados de poder e prestígio para falar sobre aborto.

Tais falas se dão em um ambiente já descrito como autoritário, e que afetava a produção noticiosa nos anos 1940. Não fica claro como a censura comprometia diretamente a criação jornalística, mas é fato que o aborto é reinventado em um panorama político até então inexistente na imprensa brasileira, especialmente porque o país, num período de 10 anos, sai de um regime autoritário, na primeira metade, para um regime democrático a partir de 1945.

Os saberes especializados que significam a interrupção da gravidez operam num horizonte nacionalista, que localiza a prática no território simbólico da ameaça e da morte. Uma ameaça que também poderia ser vista como contrária à nação, não somente contra o corpo orgânico, num registro antipatriótico do aborto. Ao tocar um projeto de reformulação da identidade nacional, o regime inseria a organização social e suas estruturas, como a vida familiar, no rol de fatores cruciais para essa reinvenção do país, naquele momento em processo de industrialização e urbanização. Assim, o aborto é abordado no contexto de um imaginário e de medidas abertamente biopolíticas e punitivas, pois simbolizavam o fenômeno como antítese do progresso, estabilidade e higiene do corpo social. O aborto estava longe de ser uma questão privada; era uma temática de relevância social, pois contribuía para reforçar os parâmetros de normalidade e desvio, assim como colaborava para o processamento social de emoções. O Estado era um marcador ontológico. O sentimento nacionalista estava interligado a emoções e furores contundentes, como pavor e ira, que a prática de interrupção da gravidez suscitava. Um regime de afetos e de saberes sentimentais era abastecido quando o aborto entrava em pauta através de narrativas de cunho racional e científico.

No terror que contagia uma multidão, na raiva racista ou nas manifestações de furor individual ou coletivo, não há triunfo da “irracionalidade” ou da “natureza”, mas a aplicação de um raciocínio e de uma lógica mental ao meio social. (LE BRETON, 2009 p. 121)

A demografia é um operador dessa invenção do aborto na primeira metade do século XX. Não que estivesse ausente das narrativas do século XIX, mas agora assumia-se explicitamente e com mais densidade teórica. Isso coloca o tema para além do debate propriamente populacional, remetendo para a conjuntura geopolítica do momento. A Segunda Guerra Mundial estava em pleno curso, e o noticiário internacional integrava-se às narrativas jornalísticas com todos os infortúnios e dados funestos do conflito, cujo desenrolar colocava em risco o futuro da humanidade. A interrupção da gravidez emerge nesse fio narrativo de calamidade, sendo a França, ocupada e gravemente afetada pela guerra, um país que se destaca como referência para a abordagem da prática.

O modelo editorial preservava aspectos do século XIX, tais como diagramação ortodoxa e alinhamento monótono. No entanto, novos traços emergiam, e as colunas ensaiavam uma elasticidade nova, da mesma maneira que imagens e fotografias eram comuns (embora a temática do aborto ainda não tivesse registro fotográfico e/ou imagético). Há, nesse sentido, um deslocamento editorial do ponto de vista gráfico que implica a maior visibilidade das narrativas sobre o assunto. Ainda que não figurasse em título e subtítulos, os textos que abordavam a prática apareciam com mais destaque, ampliando as possibilidades de leitura e interação.

Nesse horizonte mais dinâmico, tanto em termos gráficos quanto em termos semânticos, um dado é bastante expressivo. A despeito do modelo de jornalismo predominantemente opinativo, que guardava semelhanças com o padrão panfletário do século XIX e que favorecia o tom passional e abrasivo, num contexto de expansão das narrativas e dos espaços editoriais, um recuo é notável: a figura do feto praticamente desaparece do noticiário. Enquanto a temática do aborto era reinventada, na esteira de novas representações e palavras que vinham à tona, o embrião/feto era silenciado. O feto totalitário dos regimes nacionalistas e autoritários, a que Boltanski (2004) alude, se manifesta aqui pela ausência. O silêncio era substituído pela figura das crianças, que então apareciam nas narrativas como indivíduos a se resguardar em benefício das nações e do futuro da humanidade. Juntamente com a figura das mães, num contínuo narrativo do século XIX, que então eram consideradas vitais para o processo social em que criação e cuidado consistiam em competências consideradas inatas das mulheres (e sua “fina inteligência de coração”), cujos corpos e funções sociais eram reinventados (e naturalizados) no território doméstico em prol da nação.

O fim da II Guerra traz novos olhares para o aborto e marca um ponto de virada na tematização. As narrativas religiosas começam a prevalecer e, na mesma toada, a ciência é cada vez mais olhada com desconfiança por causa dos horrores perpetrados pelo regime nazista. A crença de que a ciência teria a última palavra sobre o mundo estava abalada.

Nem por isso a medicina deixa de perder prestígio, pois uma espécie de narrativa catedrática e enciclopédica aparece, interessada em questões como mortalidade materna. Também nota-se que a medicina apresenta-se especializada, particularmente através da ginecologia, preocupada em estudar os fenômenos da vida reprodutiva e da procriação de modo a compreender, entre outros temas, a questão do aborto.

Ao passo que os debates se internacionalizam, as narrativas religiosas, particularmente a cristã, consolidam-se. A vida intra-uterina é nominalmente restabelecida, aparecendo na figura do nascituro. Num curto período de tempo, o feto reincorpora-se ao vocabulário

reprodutivo, implicando uma clara expansão semântica que traz questões como direitos, natalidade, eutanásia, pessoa humana e genocídio à tona. A sofisticação da medicina e seus recursos são crescentemente vistos como ameaças, pois projetam a ideia de uma artificialidade perigosa a interferir no curso divino da vida. Igualmente, o corpo da mulher, que hospeda o nascituro, passa a ser visto como ameaça. O feto é visto como portador de alma, e qualquer obstáculo que o cerque ou ameace sua sacralidade é fonte de angústia. Nesse contexto, o tema do aborto é absorvido pelo turbilhão bioético que se formava e turbinava-se num cenário de pânico e pavor frente às recentes monstruosidades que o mundo tomara conhecimento. O fenômeno do fascismo é um operador semântico importante para as narrativas sobre aborto.

No âmbito nacional, o tema passa a ter uma incipiente periodicidade. A tematização partidária e os debates no Congresso, voltados para objetivos punitivos, estavam abertamente vinculados à influência de discursos cristãos. Tais narrativas apresentam-se em diálogo crítico com o direito e a medicina. Além disso, fazem uso de referências teológicas para argumentar sobre natalidade. A vida parlamentar, no tocante ao aborto, apresentava-se cada vez mais com pretensões intelectuais. A defesa contundente da vida sagrada, que merece ser protegida antes de tudo, predomina. A política parlamentar era conservadora e punitiva. Além de intelectualizada, pretendia-se também missionária, engajada numa espécie de cruzada salvacionista em defesa do feto/nascituro. A partir de então, a vida intra-uterina jamais sairia dos jornais. Tornar-se-ia, com efeito, a grande questão nos debates jornalísticos sobre aborto, catapultada pela sofisticação visual das técnicas biomédicas e pela onda de mudanças legais que tomaria o mundo.